

Apresentação Inicial

O presente trabalho pretende dar conta da multiplicidade de aspetos que envolvem a vivência da reclusão e da reinserção social dos indivíduos que saem dos nossos estabelecimentos prisionais. Enquadra-se numa aproximação à sociologia da instabilidade como Dorés (2010) intitula, trabalhando nos liames da prisão e da reinserção. É, a nosso ver, uma temática à qual é necessário dar visibilidade, em razão de alguma indiferença social relativamente ao caminho destes indivíduos. Após o cumprimento da sua pena, o que são?, o que fazem?, como vivem?. Essas questões são relevantes tendo em conta o processo de rotulagem e estigmatização que dificulta o decorrer da sua vida, sendo exemplo disso a documentação necessária para fazemos um contrato de trabalho que, em muitos casos, inclui o registo criminal. Tal exemplo, demonstra como ter um registo ‘limpo’ ou não, pode ter influência em ser aceite num emprego, assim como em outras atividades e no grupo de amigos e família que marcam o nosso quotidiano.

A temática da inserção e, por contraponto, a da exclusão social faz parte das interrogações centrais que dominam a sociedade. Atualmente os números daqueles que são considerados como “excluídos” são elevados e adquirem contornos multidimensionais e complexos, atingindo setores cada vez mais diversificados da população. Nesse sentido, os trabalhos de reinserção assumem, paulatinamente, maior destaque e não podem passar apenas pela vertente da intervenção social a nível do trabalho, devemos contar também com a dimensão cultural e ideológica que interpenetra esta problemática. A inserção poderá passar pela criação de ligações entre as necessidades, as respostas que existem e as que poderão ser criadas.

Focando a população alvo deste projecto, ex-reclusos, sabemos serem caracteristicamente indivíduos que acumulam um conjunto de handicaps, marcados por comportamentos de rebeldia, personalidades instáveis sem projetos de futuro construídos; níveis educacionais e económicos consideravelmente baixos, acompanhados de trajetórias familiares complexas. A marginalidade e desintegração social são consideráveis em razão de um contexto social de proveniência e vivência que os favorece. Sumariamente enunciadas algumas características, posteriormente desenvolvidas e fundamentadas, parece-nos óbvia a condição de necessidade de reinserção para que estes indivíduos superem, ou pelo menos diminuam, o impacto deste conjunto de handicaps na sua vida social.

Assim, e constatando que as diversas fases da vida destes indivíduos são pontuadas por uma série de acontecimentos marcantes que o encaminharam para a situação atual, é

importante o estudo das suas trajetórias de vivência pessoal. Ainda que personifiquem casos individuais podem, certamente dar-nos pistas de investigação mais amplas e, mais do que isso, apontar algumas tendências relativamente a fenómenos ou variáveis estruturais que influenciem trajetórias de vida semelhantes. Por outro lado, o conhecimento dos seus percursos de reinserção e/ou reincidência elucidam, quer os constrangimentos quer as possibilidades, com que estes indivíduos se deparam.

Num trabalho de investigação as pergunta(s) de partida e objetivos são instrumentos fundamentais de trabalho, e como tal, passamos a enunciar os que serviram de base ao nosso trabalho: “Como é que os ex-reclusos percecionam o efeito da reclusão na sua vida e o seu processo de reinserção social?”; “Quais as perceções de técnicos e ex-reclusos acerca das dificuldades/facilidades do processo de reinserção social?”. Os nossos objectivos passam por:

1) Compreender, através do sujeito da ação, da vivência dos processos de reclusão e o impacto que isto tem na sua vida, a sua perceção sobre o processo. 2) Captar o significado atribuído por estes indivíduos à reclusão como ato de rotulagem e estigmatização social. 3) Captar qual a perceção destes sujeitos quanto à “eficácia” da reclusão como correcção dos comportamentos desviantes. 4) Perceber o papel das atividades internas e da própria lógica organizacional dos estabelecimentos prisionais na contribuição para a reinserção social. 5) Dar conta da forma como estes indivíduos vivenciaram o período da pós reclusão, maiores dificuldades/facilidades. 6) Conhecer as estratégias a que eles lançam mãos de forma a integrarem-se na sociedade e quando isso não acontece e temos a reincidência, quais as razões por detrás de tal facto. 7) Apreender as diferenças de perceções entre ex-reclusos e técnicos de reinserção social, quer relativamente às incidências da reclusão na vida dos indivíduos, quer às dificuldades/facilidades do processo de reinserção social diz respeito.

Em concordância com o descrito, apresentamos os capítulos iniciais deste trabalho (Capítulos 1 e 2) direccionados para a abordagem teórica e apresentação de conceitos que operacionalizamos para desconstruir o campo. A socialização, ressocialização, identidade e instituição total são conceitos centrais e sobre os quais procuramos dar uma visão abrangente analisando-os e relacionandos com a vivência da reclusão e da reinserção social. Em termos metodológicos, no capítulo seguinte (Capítulo 3) apresentamos a metodologia por nós escolhida para abordar o objeto de estudo. Recorremos à metodologia qualitativa aquela que, pelas suas características, nos pode fornecer dados mais aprofundados e relatados pelos atores protagonistas de tais vivências.

O trabalho foi desenvolvido em colaboração com a Direção Geral de Reinserção Social, mais propriamente com a equipa do Porto Penal 4 que abrange a área de Gondomar,

Valongo e Maia. Assim, realizamos dois tipos de entrevistas, as semis diretivas e as entrevistas mais aprofundadas, com fim de história de vida. A primeira aplicada em grupo, a quatro técnicas de reinserção social, agentes que têm contato direto com os ex-reclusos e nos relataram o trabalho que realizam junto dos mesmos, os procedimentos e problemas com que se deparam. Para nós, são testemunhas privilegiadas desta temática que, pela sua posição e responsabilidade, têm um conhecimento mais aprofundado das suas vivências. Entrevistámos também uma amostra por conveniência de 9¹ ex-reclusos, em liberdade condicional, os alvos centrais do processo de reinserção social. Os seus contatos foram conseguidos através das técnicas que os acompanham, que nos transmitiram a sua vontade em colaborar no estudo. Estas entrevistas, possibilitaram-nos a oportunidade de registar informações sobre os seus percursos de vida familiar e individual, as dificuldades, a vida escolar e profissional, a sua vivência nos estabelecimentos prisionais, as expectativas para o período da reinserção, o tipo de apoio que lhes foi prestado, quer ainda em período de reclusão quer já após o cumprimento da pena.

Tendo em conta a relevância da Direção Geral dos Serviços Prisionais e Direção Geral de Reinserção Social, dedicamos uma parte do trabalho à descrição de ambas (Capítulo 4), elucidando os seus objetivos, instrumentos de trabalho e áreas de atuação. Incluímos também a análise de alguns dados secundários que caracterizam as populações com que trabalham, nomeadamente, género, habilitações literárias, crimes e acompanhamento pela DGRS.

Chegamos à apresentação dos dados recolhidos (Capítulo 5) em que fazemos uma divisão entre técnicos e ex-reclusos. Dos primeiros, destaca-se a descrição do acompanhamento, podendo este iniciar-se ainda dentro do estabelecimento prisional até ao terminus da liberdade condicional. Neste período, procuram trabalhar competências e papéis, criando contatos que se pretende terem continuidade após a ligação institucional cessar. Apesar das dificuldades e condicionantes dos próprios indivíduos, os técnicos mantêm a confiança na reinserção social.

Relativamente aos ex-reclusos, são entrevistas muito longas com varios tópicos (Socialização, Delito, Experiência prisional, Reinserção Social e Perspetivas de futuro) e subtópicos de análise, pelo que optamos pela seleção de alguns testemunhos consoante as questões². Pode sinalizar-se o fato de estes indivíduos apesar das singularidades serem portadores de handicaps semelhantes ao nível da baixa escolaridade, constrangimentos familiares de diversa ordem e dificuldades económicas. Nos estabelecimentos prisionais, a

¹ Apenas selecionamos oito entrevistas para analisar, visto a outra não apresentar conteúdo significativo.

² A transcrição de todas as entrevistas (Técnicos e Ex-reclusos) está disponível no Anexo IV.

vida não é fácil e eles atestam as dificuldades que atravessaram, recorrendo ao trabalho ou formação, como forma de distração. Os técnicos lá presentes acabam por não prestar o apoio necessário e teoricamente existente, havendo uma dissonância entre o que se prevê a nível legislativo e o que efetivamente é praticado. Este fato reflete-se aquando da saída onde os então ex-reclusos encontram grandes dificuldades. Nesta fase, a família é essencial, sendo, por vezes, o único suporte emocional e, em muitos casos, financeiro destes indivíduos.

Assim, se constata que são ainda grandes as carências do nosso sistema no apoio a indivíduos que fraquejaram e vendo-se nessa condição, sentem dificuldades acrescidas para dela se libertarem e reintegrarem plenamente a sociedade.

1. Instituição, Identidade e Reclusão

Desde sempre se procurou compreender as causas que levam as pessoas a delinquir e, a partir delas, esboçar procedimentos com vista a prevenir novas ocorrências ou erradicá-las de forma, mais ou menos, sistemática. Atualmente, a tendência para ligar a desviância e a marginalidade com a anti-socialidade e a delinquência continua ainda muito arreigada nas explicações deste fenómeno. Em muitos casos, ser marginal não mais é do que ser “original”, através da adoção de atitudes, comportamentos e modos de estar que permitem ao indivíduo demarcar-se do grupo a que pertence e ensaiar a sua adesão a outro(s) grupo(s). Tal situação, ocorre mais em determinados períodos da vida, nomeadamente a adolescência e, na maioria dos casos, significa crises de crescimento e (re)estruturação da personalidade e identidade.

1.1 Abordagens explicativas das condutas criminais

“Um comportamento desviante não é necessariamente um comportamento patológico e só passa a sê-lo quando as instituições através dos seus atores/técnicos, após efetuarem um diagnóstico, começam a constituir um dossier/processo, que passa a identificar esse comportamento como tal, em função de um conjunto de referentes de ordem jurídica, científica, ideológica ou política, que esses mesmo técnicos veiculam” (Gonçalves, 2000:21/22). Assim, antes de encarar determinados atos como convergentes para uma carreira criminal será produtivo “aceder á compreensão do fenómeno”, isto é, “tentar descobrir quais as causas remotas ou mais próximas, que o desencadeiam” (Gonçalves, 2000:32). É isso que a nossa abordagem procura, descobrir o percurso individual e demarcar causas situacionais ou estruturadas que possam, de alguma forma, conduzir cada indivíduo a uma carreira criminal.

Apesar desta forma de encarar a criminalidade e todos os fenómenos a si associados estarem, hoje, mais arreigados na pesquisa científica e até mesmo no senso comum, não foi sempre assim. Durante muitos anos, as explicações biológicas foram centrais, transpostas em exemplos como os ditados ainda hoje evocados, ‘o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita’, dando a ideia da imutabilidade daquilo que nascendo com algum defeito, esta irremediavelmente condenado a viver sempre com ele. Assim, durante muitos anos, pensava-se que pessoas que já nasciam com ‘má índole’, a ‘cura’ era muito difícil ou até impossível.

Como em todas as áreas científicas a evolução e o conhecimento de novas teorias, trouxeram à luz novos ideais explicativos e, atualmente, estas teorias não ocupam um lugar central, têm apenas alguma relevância na compreensão da anti sociabilidade. Estudos feitos provam que “haverá uma influência genética se tivermos em conta que ela é produto, em grande parte, de características que dificultam a socialização da criança, nomeadamente, a

impulsividade, a agressividade, a busca de sensações.” (Gonçalves, 2000:41). Ou seja, estas explicações podem contribuir para o esclarecimento de algum tipo de comportamento, no entanto, não podem, de todo, ser vistas como explicações finais.

A abordagem psicológica foi ganhando algum terreno explicativo e também nesta área foram feitos claros esforços para perceber a origem das condutas criminais. Desde a teoria de Eysenck passando pelas análises psicanalíticas, várias foram as pesquisas efetuadas. As mais relevantes na nossa análise, pois mais próximas da Sociologia são a teoria da frustração-agressão e a teoria de Feldman. A primeira delas, explica o comportamento criminoso como uma reação, visto as hipóteses que apresentam demonstrarem que “qualquer agressão é sempre uma consequência de uma frustração e esta precede sempre um comportamento agressivo. (...) A força da inibição de qualquer ato agressivo é tanto maior quanto maior é a quantidade de castigos que o sujeito antecipa como consequência desse ato. A instigação para a agressão aumenta ou é mais forte quando o sujeito está perante o agente a que é atribuída a responsabilidade da frustração.” (idem, 2000:71).

Quanto à teoria de Feldman, ela recolhe informações da teoria da rotulação “procurando explicar a aquisição dos comportamentos delinquentes em função da interação e dos diferentes pesos que cada um daqueles detém em relação aos outros” (Gonçalves, 2000:75). Assim, “as predisposições individuais exercem mais impacto sobre a etapa da aquisição enquanto que as variáveis relacionadas com a rotulação afetam predominantemente a manutenção da conduta delitiva” (idem). Isto é, o delito primário está caracteristicamente mais relacionado com o indivíduo ou acontecimentos casuais, enquanto a reincidência, essa sim pode, de alguma forma, contar com a influência da rotulagem social.

Feldman (1977) não esquece a importância da socialização (algo que exploramos mais profundamente à frente) e diz-nos que “a aprendizagem pode influenciar o sujeito de dois modos: por um lado, podemos aprender a não-delinquir devido ao efeito da socialização, cujo poder restritivo é mantido à custa das consequências positivas derivadas do cumprimento das normas e às punições que ocorrem quando transgredimos e, por outro lado, a aprendizagem da delinquência pode surgir por via da modelagem e do reforço vicariante e naturalmente pelas recompensas advindas das próprias atividades delituosas, que ajudam à manutenção do comportamento antissocial.” (Gonçalves, 2000:75).

Outras teorias procuraram explicar as condutas criminais, por exemplo a teoria do Desvio Cultural, originária na Escola de Chicago. Shaw e McKay (1931) explicavam o crime baseado nas mudanças sociais ocorridas à época por força da industrialização e a desorganização social e, também familiar que deteriorou significativamente os laços de

coesão existentes no seio das comunidades urbanas. Exemplificavam tal situação com o “enfraquecimento das redes de controlo da família convencional e da comunidade, permitindo a emergência de uma tradição delinquente que, por sua vez, lançava as sementes para a eclosão dos bandidos delinquentes” (Gonçalves, 2000:101). Para estes, em determinados contextos as instituições tradicionais tornam-se incapazes de manter a solidariedade social e de promover a defesa e transmissão de valores convencionais e, na ausência destes, acaba por irromper uma tradição delinquente que vai dar origem e perpetuar uma subcultura desviante/delinquente, particularmente ativa no seio de bandos (gangs) marginais.

Miller (1958) teceu “uma teoria em torno do ambiente familiar das classes sociais mais desfavorecidas” dominados por figuras femininas, cujos homens não asseguram o sustento económico do lar e são figuras frequentemente ausentes, sendo portanto a mulher encarregue de todo o papel de suporte. Mais tarde, a análise sociológica dos chamados ‘bairros de lata’ (Clinard, 1966/1970) contribui para reforçar a explicação da existência de contextos sociais fechados, fortemente estruturados em torno de valores, normas e costumes de uma sub-cultura desviante/delinquente e mais recentemente, com o desenvolvimento dos estudos de etnografia urbana, têm sido chamados ‘bairros sociais’ a responder pelo epíteto de ‘espaços perigosos’ (cf. Fernandes, 1995, 1997). Nesta mesma linha de pensamento, a criminologia ambiental enfatiza sobretudo as variáveis do meio físico que podem contribuir para a ocorrência de um crime. Assim, o contexto urbano tem sido o mais estudado. Refere-se a questão das oportunidades para o cometimento de crimes que certos meios oferecem em maior quantidade do que outros.

As teorias da Anomia (Merton, 1938) são também uma fonte explicativa e dizem-nos que “é a sociedade que pela sua estrutura encoraja o indivíduo a praticar os atos passíveis de sanção” (Gonçalves, 2000:104), isto é, o ser humano é socializado em torno de padrões culturais que enfatizam a ambição e o sucesso e, dessa forma, a competição e a vitória. Em contrapartida, os meios institucionais e legítimos postos ao alcance do indivíduo para cumprir essas aspirações de obter um bom emprego, por exemplo não estão ao alcance, em termos de igualdades/oportunidades, de todas as classes sociais. Assim, “o indivíduo encontra-se perante uma contradição: ter uma legítima aspiração de ser bem-sucedido na vida e a impossibilidade de realizar esse desejo por meio das regras convencionais aprendidas. Daí a pessoa ‘ser forçada’ a delinquir, para resolver esta ‘dissonância cognitiva’” (idem). Acredita-se que os jovens oriundos de classes sociais mais desfavorecidas não podem ‘competir de igual forma com os oriundos das classes mais altas levando os primeiros aos comportamentos desviantes de forma a se igualem com os segundos. Esta teoria, a nosso ver, carece da explicação para

os crimes cometidos por indivíduos originários das tais classes mais altas, pois na sua lógica estes teriam disponíveis os meios para atingir os seus objetivos e dessa forma, não precisariam de recorrer à delinquência.

No que às teorias da aprendizagem social diz respeito, dos vários contributos retemos que o comportamento criminoso é da interação com outras pessoas num processo de comunicação, sendo que os aspetos principais desta aprendizagem ocorrem no seio de grupos pessoais íntimos e não inclui apenas as técnicas de execução dos crimes mas também motivos, impulsos, racionalização e atitudes em relação ao crime. No essencial, o indivíduo torna-se criminoso por causa de um excesso de definições favoráveis à violação da lei em detrimento de definições não-favoráveis a essa violação. De salientar que esta teoria reforça em muito a importância do papel dos pais na aprendizagem dos comportamentos dos filhos. Glaser (1956) acrescenta a esta teoria a importância da identificação, isto é, podemos associar-nos a criminosos e os grupos em que estamos inseridos terem essas características, no entanto, só nos tornaremos seus iguais se ocorrer um processo de identificação.

Relativamente às teorias da etiquetagem social, autores como Becker (1963/64) Kitsuse (1962) Erikson (1966), demonstram que o comportamento de cada indivíduo está continuamente a ser codificado pelos outros que com ele interagem e vice-versa, havendo um processo contínuo de atribuição de significados às nossas ações e é mediante esses significados que o indivíduo orienta o seu comportamento. Portanto, “a forma como os outros ‘rotulam’ ou ‘etiquetam’ o nosso comportamento far-nos-á agir em conformidade e, interativamente, provocará reações de maior ou menor conformidade dos outros em relação a nós” (Gonçalves, 2000:114). A rotulagem é feita pelos grupos que detêm a norma convencional e, como consequência, surge uma divisão social entre estas duas grandes categorias que tende a perpetuar-se e a criar assim um mecanismo simbólico de controlo social. Em caso de crime, quem será automaticamente culpado será quem já passou antes por algum comportamento não conforme á norma e é isto que faz a passagem do desvio primário ao desvio secundário, aquele em que há uma habituação á rotulagem de criminoso. Isto pode ser particularmente relevante para explicar a reincidência, no entanto, não podemos esquecer que é uma teoria que parece não deixar margem ao indivíduo que aquando rotulado, terá uma conduta criminal permanente.

Mais recentemente, a investigação tomou a direção não só da origem do crime mas também a prevenção da reincidência de condutas, sendo atualmente as questões da reinserção/reabilitação, por contraponto á reincidência, eixos centrais da investigação.

Deste conjunto de abordagens que procuram perceber as origens das condutas criminais parece-nos essencialmente que não há apenas uma ou outra causa, este é um fenómeno poliforme e que surge pela conjugação de várias razões. Todas as teorias nos dão contributos para percebermos, não podendo ser eleita nenhuma como central na explicação. Apesar desta diversidade, tal como Gonçalves (2000) nos diz “a investigação disponível ate ao momento é consistente na apresentação de várias constatações:

- O comportamento agressivo e antissocial na infância é preditivo, com muita frequência, do comportamento antissocial e violento do adulto;
- Algumas características fisiológicas podem predispor a criança a ser mais ou menos agressiva, mas tais predisposições são em grande medida moderadas pelo ambiente e pelos universos simbólico-ideológicos em que a criança é criada;
- As atitudes, as crenças e os valores acerca da violência produzem uma influência considerável no comportamento violento;
- As crianças que crescem em ambientes muito desfavorecidos, onde a pobreza, a frustração e a falta de esperança são endémicos encontram-se numa situação de risco muito maior em relação ao envolvimento futuro em atos violentos e antissociais do que outras crianças;
- A violência atrai violência e as crianças que vivem em famílias ou em comunidades onde a violência é frequente e que, além disso, absorvem através dos media outros exemplos e representações dessa violência, encontram-se numa situação de maior risco para se tornarem também violentas” (Gonçalves, 2000:132/133).

Estas são algumas das constatações que estudos até ao momento efetuados parecem provar, muitas outras são enunciadas quer no senso comum quer na comunidade científica. No entanto, em muitos dos casos não foram ainda comprovadas.

1.2- Instituição Total Prisão

Passamos agora a abordar um outro aspeto central que é a instituição total prisão, local onde estes indivíduos passaram algum tempo da sua vida. As instituições totais são “organizações racionais conscientemente planeadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas” (Goffman, 2003:70). Quanto à prisão, o seu objetivo oficial é a “reforma dos internados na direção de algum padrão ideal” (idem) e também, “a limitação da liberdade, a segregação social temporária, a ressocialização e não necessariamente a ideia de castigo” (Gonçalves, 2000:189). Devemos encará-la “como

uma forma de punição cujo aparecimento, transformações futuras e atual permanência devem ser enquadradas em toda uma ideologia que veicula a necessidade de identificar e punir o desvio de acordo com o princípio de uma ‘ortopedia corretiva’, fundada, consoante os desígnios da ideologia e da época histórica vigentes, na religião, na moral, na sociedade e também no saber intelectual dominantes” (idem:138).

1.2.1- Nascimento

Lefevre (1979) fornece um importante contributo ao estabelecer a ponte entre o aparecimento da prisão e a forma como a sociedade lidou com duas das grandes doenças que a flagelaram: a lepra e a peste. A necessidade da disciplina para controlar a peste em quarentena e a junção das duas noções levam ao nascimento do conceito prisão “local de encerramento, de exclusão. Mas onde é imposto um esquema disciplinar rígido. Numa palavra, a prisão permite controlar o espaço de exclusão, criando a dicotomia e a etiquetagem” (Gonçalves, 2000:143). Assim, esta instituição “nasceu sob o desígnio do isolamento, enquanto organização/instituição fechada sob si própria. Toda a sua imponência arquitetónica suscita no observador a sensação de afastamento, de interdição, de corte entre os dois mundos: os que estão do lado de dentro e os que estão do lado de fora” (idem:186).

Os indivíduos que nela permanecem são os chamados reclusos que “podem ser descritos como um grupo de indivíduos que são obrigados a viver em determinadas condições de espaço e clima social, por um tempo igualmente determinado, mas bastante variável de indivíduo para indivíduo” (Gonçalves, 2000:209). Estes podem ser diferenciados entre primários e reincidentes, “se estamos perante um indivíduo que faz dos comportamentos desviantes e do crime em geral o seu ‘modus vivendi’ ou se, por outro lado, se trata de um delinquente ocasional cujo crime remonta a vários motivos específicos” (Gonçalves, 2000:227). No primeiro caso, podemos estar na presença de um reincidente; no segundo caso, é bem mais provável tratar-se de um primário.

Foucault (1987) considerava, que outrora, as punições em geral e a prisão provinham de uma tecnologia política do corpo que ora se assumia como objeto do suplício ora representava o espírito a (re)educar. Deste modo, a prisão foi “resultante de um processo político de controlo e segurança interna do grupo social, que coloca o condenado como alguém que simultaneamente, é objeto de submissão ao poder punitivo e, sobretudo, é exemplo didático para o povo, tal qual garante da lei e do poder” (Foucault, 1987:132). A prisão e toda a sua estrutura e arquitetura não foram sempre como as vemos hoje em dia, vários foram os tipos de penas e castigos que ao longo dos anos foram sendo aplicados em

diversos países e culturas, sendo frequente outrora os castigos corporais como torturas, suplícios, o exílio, a deportação. Inicialmente, a utilização sistemática dos castigos corporais era a prática comum em todo o mundo. Procuravam o exemplo através da exposição social e punição corporal, apresentado a morte do detido. Foucault (1987) na sua obra “Vigiar e Punir: História da violência nas prisões”, descreve-nos claramente aquilo que segundo o mesmo representa uma ‘arte quantitativa do sofrimento’, já que inicialmente o corpo é exposto de forma a toda comunidade o ver, percorrendo as principais ruas da cidade com uma placa onde estava escrita a sentença que lhe foi dada, parando em diversos pontos da cidade considerados marcantes, nomeadamente a igreja onde o condenado refere o quanto foi infame o crime que cometeu até chegar ao cadafalso, onde a morte só sucederá após um considerável período de tortura. A arte com que eram construídos os suplícios e os instrumentos demonstram bem o perfeccionismo posto em prática de forma a levar o condenado não só ao sofrimento mas sobretudo à confissão arrependida dos seus atos perante os espectadores.

Poderíamos questionar-nos então sobre o porquê da existência permanência e intensificação, ao longo dos séculos, deste tipo de práticas punitivas? Mais do que exteriorizar uma certa familiaridade com a morte e rituais a ela associados, o suplício dos condenados tinha a função precisa de revelador da verdade e do operador de poder, assegurando “a articulação entre o escrito e o oral, o secreto e o público, o procedimento do inquérito e o ato da confissão” (Foucault, 1987:62). Através do corpo visível do criminoso, o crime reincarna o seu horror, manifesta-se e finalmente, anula-se. E é esta relação, verdade – poder, que persiste no seio de todos os mecanismos punitivos, quer eles se inscrevam ou não de uma forma tão visível no corpo dos condenados.

Mais tarde, o advento da revolução francesa e de todo o movimento de ideias que a precede, acentua a necessidade de acabar com os suplícios e reservar a pena de morte para os casos de violência extrema. É preciso punir sim, mas de outra maneira e o homem evoluído e racional abomina os suplícios e identifica-os a práticas revoltantes e tirânicas. Nasce então, por esta altura, o impulso de “reconhecer no criminoso, por pior que ele seja, a existência do que até aí lhe era pura e simplesmente negado: a sua ‘humanidade’, isto é a sua própria existência enquanto ser humano” (Gonçalves, 2000:141) é o primeiro passo para a defesa dos direitos do cidadão/delinquente/recluso. O corpo deixa de ser o ponto de punição, “transformando-se este em algo que atua na alma do indivíduo através do mecanismo reflexivo que o leva a reconsiderar e a corrigir as suas condutas, os seus hábitos, em suma a sua personalidade” (idem:142). Atualmente, o principal meio punitivo não passa pela

aplicação de castigos corporais, mas sim pela privação de liberdade, sendo que há ainda em alguns países reminiscências dos processos já apresentados.

A prisão, como instituição total que é, encerra em si, no seu funcionamento e organização algumas características muito específicas. Não só Goffman estudou estes aspetos, como também Foucault procurou entender um pouco melhor este ‘mundo’, por vezes considerado um mundo à parte. Para Foucault a noção de disciplina visível é realmente relevante, ela representa a repartição dos indivíduos em espaços bem determinados, quer pela regra de clausura quer pelo enquadramento dos indivíduos no seu próprio lugar, evitando com isso a formação de grupos e ações coletivas dentro da instituição. (cf. Foucault, 1987)

A organização do espaço passa também a ser importante no carácter útil e funcional e a disciplina associada à gestão do tempo e o seu controlo através do estabelecimento de horários rígidos constitui outra das características identificáveis no universo prisional. É uma instituição em que predomina o poder coercitivo personificado no pessoal de vigilância e nos detidos entre si, na conquista de privilégios internos. Dentro da prisão existem formalmente três tipos de subculturas: a criminal; a prisional e a convencional ou legítima. A hierarquia é muito rígida e de difícil transição, existindo uma forte pressão na sua manutenção.

1.2.2- Arquitetura e espaço

Relativamente à construção arquitetónica, esta foi sofrendo uma evolução que “respondeu, um pouco por todo o lado, a modificações que ocorreram quer ao nível da população prisional quer ao nível dos métodos de tratamento penitenciário e às próprias preocupações inerentes à segurança dos detidos” (Gonçalves, 2000:176). Lefevre (1979) apresenta três características distintivas da construção arquitetónica: ser funcional, ser utilitária e ser disciplinar. Alguns dos princípios incluíam a construção de edifícios retangulares ligados entre si, existência de uma adequada separação entre os vários tipos de reclusos, segundo a idade e o tipo de delito, permitir a segurança e supervisão elevadas. A evolução passou pelo panótico de Bentham, que encerrava o facto da “disposição das celas, em edifício circular de vários andares à volta de uma torre central de observação, rasgadas por janelas/grades nas paredes interna e externa, de tal forma que a luz penetra em todas elas vinda do exterior, possibilita ao guarda colocado na torre central a observação, a todo o momento, do que se passa em cada uma delas” (Gonçalves, 1993:100). É o controlo total de cada gesto do detido. A eficácia e economia deste partido arquitetónico, foi posto em prática em algumas prisões. A construção em forma radial ou em forma de estrela foi outra opção operacionalizada e caracteriza-se, fundamentalmente, por torres centrais donde partem alas

que albergam os reclusos em celas dispostas, umas em frente das outras, com vários pisos. Esta disposição permite sobretudo, uma vigilância eficaz que se estende desde o vigilante de setor até ao chefe de ala acabando o controlo que está situado na torre central e por onde tudo tem de passar.

Mais tarde, “a necessidade de tornar menos severa a componente física das prisões e também de orientar da melhor maneira as celas em relação à luz solar, fez com que nascesse uma nova estrutura arquitetónica, cujo principal impulsionador foi o arquiteto americano Alfred Hopkins” (Gonçalves, 2000:173). Os edifícios em espinha caracterizam-se pela disposição dos blocos de celas paralelamente, com recreios entre cada um deles e unidos entre si por um corredor perpendicular. Estes edifícios visam sobretudo separar os vários tipos de reclusos, consoante a sua situação prisional, a sua perigosidade, a sua idade, sexo etc. O modelo ‘concentracionário’ ou em forma de ‘ferradura’ concentrava em dois edifícios simétricos e colocados no centro do espaço prisional a zona destinado às celas dos reclusos. Mais recentemente, temos o sistema ‘pavilhonar’ que consiste, como a palavra diz, na construção de grandes edifícios relativamente distantes uns dos outros mas todos eles autónomos no que toca a refeitório, locais de trabalho e de escola, bem como para visitas.

1.3- Prisão e Ressocialização

A arquitetura penitenciária pode ser posta ao serviço da ressocialização dos indivíduos através do conceito ‘interface’, isto é, o estabelecimento de um espaço de trocas entre a comunidade urbana e prisioneira em que ambas partilham um certo número de atividades através do acesso aos espaços onde se desenrolam. É o que hoje em dia se tenta operacionalizar nos nossos estabelecimentos prisionais, reforçando a relevância da manutenção do contato e da integração dos reclusos com a comunidade que o envolve.

As prisões têm dois sistemas de controlo social em conflito, o sistema formal, criado pela administração e que visa a ressocialização e o sistema informal, a cargo dos reclusos e transmitido sucessivamente aos novos entrados, que tende para a prisionização através do treino dos recém chegados num código social hostil às intenções da administração. Para a manutenção do equilíbrio do sistema prisional, as várias subculturas parecem co-existir em termos balanceados. “A prisão é assim marcada como um local onde a coabitação de vários tipos de população reclusas pode conduzir a dois tipos de saídas”. Por um lado, a prisão pelas suas características intrínsecas pode ser encarada como “uma ‘escola de crime’ uma vez que a contínua permanência de vários tipos de reclusos induz a aprendizagem de novos tipos de criminalidade”, por outro lado, ela “pode apenas refletir a composição mais global da

sociedade, que se divide fundamentalmente em duas orientações: desviante e não-desviante” (cf. Gonçalves, 2000: 153) e, nesse sentido, nada mais é do que a transposição do mundo externo numa lógica de contexto macro, composto por vários retalhos com características e objetivos distintos num contexto micro, o universo prisional.

Desde o seu surgimento, a prisão enquanto instituição, vem servindo diferentes lógicas sociais. Isabel Rego (2001) na sua análise da obra de Combessie (2001) elucida-nos que Claude Faugeron realça três destas lógicas, o encarceramento com o sentido de neutralização, ou seja, que busca afastar do convívio social o indivíduo verdadeiramente perigoso para a sociedade, o encarceramento no sentido de diferenciação social ou ressocialização, aquele que tem por finalidade proporcionar na cadeia uma formação adequada para que o criminoso possa ser reabilitado a voltar à sociedade; e, por fim, o encarceramento da autoridade, o que visa afirmar uma relação de poder (cf. Rego, 2001). O nosso trabalho foca-se sobretudo na lógica social da prisão como local de ressocialização e que funciona com o intuito de preparar o indivíduo para voltar à sociedade.

1.4- Prisionização

Continuando a acompanhar a abordagem desenvolvida por Gonçalves (2000), este demonstra-nos que a cultura prisional é algo muito presente nos estabelecimentos e influencia decisivamente a vivência da reclusão. Na linha desta noção, surge através de Clemmer (1940) o conceito de prisonização, termo que se refere à adoção em maior ou menor grau, dos usos e costumes, e em geral da prisão, isto é, socialização ou assimilação por parte dos detidos dos símbolos, valores e modos de pensar e agir da subcultura carceral. A prisonização “é um processo lento e gradual que se inicia por uma conversão ao anonimato, na pertença a um grupo de indivíduos que deixam de ser conhecidos pelos seus nomes para passarem a ser identificados por números, trajando todos de igual forma; posteriormente, o recluso passa a interiorizar o ‘calão prisional’ e a ver nos guardas o símbolo do poder onnipresente e inquestionável; com o correr dos meses, passa a considerar o trabalho, a roupa, a comida e o alojamento como algo que a instituição lhe deve e é esta mudança de atitude que, posteriormente fará com que o recluso não se conforme mais com qualquer tipo de trabalho intra-muros aspirando a postos ou funções que sejam mais cómodos, menos pesados e onde a probabilidade de conflitos com outros reclusos diminua” (Gonçalves, 2000:149). Os fatores principais nesta questão são a aceitação do papel de subordinado, acumulação de informações sobre a prisão, novas formas de vestir, dormir, a utilização do calão prisional mas também

factores de personalidade, a sua maior ou menor rede de sociabilidade externa à prisão, a aceitação ou não da sub-cultura carcerária.

Para Clemmer (1940) o recluso com baixo índice de prisionização é aquele que tem uma pena curta a cumprir, possui uma personalidade estável, isto é, com existência suficiente de contatos positivos e socializadores, anteriores à detenção, continua a manter bons contatos com pessoas exteriores ao meio prisional; mantém relações equilibradas com os outros reclusos sem contudo, integrar-se em grupos primários; negando aceitar cegamente as normas e valores da população reclusa e estando, simultaneamente, disposto a colaborar com a administração prisional; quando se abstenha de relações homossexuais e de prática excessiva de jogos de azar, dispondo-se, ao mesmo tempo, a trabalhar com seriedade e a participar nas atividades desportivas e recreativas “sãs”. Pelo contrário, a prisionização alta acontecerá quase sempre que a pena seja longa, instabilidade de personalidade do indivíduo, existência reduzida de contatos com pessoas exteriores ao meio prisional, desejo de pertença a grupos primários, aceitação mais ou menos inequívoca dos dogmas desse grupo, disposição favorável à participação em jogos de azar e atividades homossexuais. No essencial este conceito procura perceber como é a adaptação dos reclusos ao sistema prisional e a tudo o que ele inclui.

1.5- Identidade

Outro conceito relevante e diretamente relacionado com o desenvolvimento da abordagem que seguidamente fazemos, é a noção de identidade. Encarada por nós como a personalização da socialização no ser social, procuraremos demonstrar como a identidade pessoal e/ou social são a transposição da socialização no indivíduo. Para Berger e Luckmann (2004) “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a.” (Berger; Luckmann, 2004:179). “Identidade é toda a manifestação pela qual um indivíduo se atribui, prioritariamente por intermédio de um relato, um sentimento de continuidade e de relativa coerência. Manifestação que lhe permite circunscrever-se e estabelecer uma diferença específica, com pretensões de permanência, em relação ao que lhe é externo” (Filho, Lopes, Issler, 2005:15).

Na mesma linha de pensamento, a identidade, longe de ser uma categoria, é sobretudo uma dinâmica, uma construção permanente, que é fonte de ajustamentos, de contradições, de

conflitos, de manipulações, de disfuncionamentos. Este conceito coloca-nos no mundo das significações, no mundo da vida quotidiana. No processo de interação social, podemos dizer que a mesma se define como resultado de reconhecimento recíproco entre os atores sociais. Em primeiro lugar, surge o conhecimento do facto de que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que reconhece a primeira, identidade essa que depende do seu próprio reconhecimento. Neste processo, a linguagem assume uma grande importância pois é um dos canais principais da interação e remete o indivíduo para uma esfera mais ampla e complexa do que a reflexão e ação.

Na problematização de Dubar (2006:101) a premissa central da noção de identidade assenta na recusa da distinção entre identidade individual e coletiva. A noção de identidade possui uma dualidade que importa apontar mas que não significa independência alguma, antes pelo contrário. Temos a identidade para si e a identidade para o outro – inseparáveis e complexamente inter-relacionadas. A identidade para si lida com a forma do indivíduo de se ver a si próprio – saber quem é. A identidade para o outro já lida com a perceção dos outros, daqueles que, de alguma forma, interagem com a pessoa. Por um lado, a visão que um indivíduo tem de si próprio, está dependente do outro, do seu reconhecimento; por outro lado, a experiência do outro não é vivenciada somente por si. Por todas estas razões, “a identidade deve permitir a definição de traços distintivos e, ao mesmo tempo, inscrever o seu sujeito/objeto numa representação coletiva. Por isso, dispor e poder oferecer uma identidade faculta o pertencimento a múltiplos grupos de naturezas diversas. A adequação da própria identidade com a do grupo exige permanentemente negociação. Perder para poder ganhar” (Filho, Lopes, Issler, 2005:20). Para Dubar (1997), a “identidade social não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (Dubar, 1997:105).

Concordantemente, a identidade surge como um processo dinâmico, como um fenómeno que se constrói, sendo incerto e de durabilidade imprevisível. “A identidade é o resultado sempre provisório de um diálogo entre o social e o sujeito, entre as múltiplas representações enunciadas sobre esse último – e por elas flagradas – e a forma, sempre criativa e singular, pela qual as rearticula” (Filho, Lopes, Issler, 2005:19). É esta dimensão que nós procuramos perceber acedendo às histórias de vida dos ex-reclusos – procuramos identificar e caracterizar a identidade para si, como o ex-recluso vê o seu trajeto de vida, a passagem pela prisão e as dinâmicas e processos no período pós-reclusão. Procuramos,

também, aceder às noções que os indivíduos têm relativamente à perspectiva do outro generalizado relativamente a si, identidade coletiva, e como isso afeta a conduta dos mesmos.

Neste sentido, podemos ver que a “incorporação da identidade pelos próprios indivíduos, não está dissociada das trajetórias sociais nas quais os indivíduos vão construindo a “identidade do eu”, do “self”, que é o que Goffman (1992:23) chama de “identidades sociais reais”. Os dois processos podem não coincidir. Dito de outro modo, pode haver um hiato ou uma descoincidência entre a “identidade social virtual”, ou seja, a atribuída a uma pessoa e a “identidade social real” – a que o indivíduo se auto-atribui” (Goffman in Vale, 2007:42). Isto remete-nos para a percepção que os desviantes têm relativamente aos outros e à sua condição perante eles. Estes veem-se como membros integrantes de um grupo e não desviantes. Mais uma vez, esta noção reforça o propósito da nossa abordagem em perceber a realidade da identidade pessoal e social destes indivíduos, pelos seus próprios olhos.

Nesta discussão do papel da identidade, apraz-nos referir novamente a noção de prisionização, já por nós explorada, e que personifica o trabalho de reconstrução identitária do indivíduo dentro dos estabelecimentos prisionais, a socialização e a adaptação do mesmo às ocorrências ao seu dispôr.

Na conceção de Dubar (1997) “a identidade de alguém é aquilo que ele tem de mais precioso: a perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte”. Ora a identidade humana não é dada, de uma vez por todas no ato do nascimento, ela constrói-se na infância e deve reconstituir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho “ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é um produto de sucessivas socializações” (Dubar, 1997:13). No essencial, ela constrói-se e depende de interações constantes entre o indivíduo e os outros socializados. A identidade, permanentemente reconstruída é condição de ingresso, permanência e até de exclusão em qualquer espaço social, sendo este um conjunto organizado, um sistema de posições sociais que se definem umas em relação às outras.

De forma a resumir a importância da noção de identidade, do ataque que ela sofre com a reclusão e a reconstrução que ela passa intra-muros há “consciência da impermanência. Do fluxo. Da corrupção do eu. Eu que se transforma sempre, a cada novo flagrante do mundo. A cada novo encontro. Mas nunca de forma radical. Pois há a memória. Vive-se sempre um presente carregado de lembranças. Das marcas de uma trajetória singular. Das expectativas do outro em relação a nós. Da personagem que nos coube. Da máscara que devemos usar, máscaras sem um rosto por detrás. Não há essência a ser disfarçada. Mas sobreposta às máscaras anteriores que moldarão a nova, para uma interpretação inédita de uma peça já

conhecida. Leveza do instante. Peso da trajetória” (Filho; Lopes; Issler, 2005:7). Isto demonstra-nos como apesar da ressocialização aquisição de novas práticas, conhecimentos, hábitos, os indivíduos que passam pelas prisões reestruturam a sua identidade mas não de forma total, o peso da sua trajetória estará sempre presente.

2. Socialização e ressocialização

O objetivo subjacente ao desenvolvimento do trabalho em questão remete-nos para os percursos de vida dos entrevistados, os ex-reclusos. Focando as várias dimensões presentes em distintas fases das suas vidas, a infância, a adolescência, períodos específicos da idade adulta, os lugares ocupados, os laços sociais, entre outros recorremos, com certeza, aos diversos contextos, estruturas sociais e dinâmicas organizacionais que influenciaram quer a formação da sua identidade quer as suas condutas. Referimo-nos, mais concretamente, à socialização que enquadrrou a vida destes indivíduos, já que é “necessário contextualizar as suas atitudes, regras e princípios no espaço e no tempo. Assim, o quadro social de cada um é um conjunto de experiências vividas” (Vale, 2007:10) que condicionam a sua ação.

Este conjunto de experiências vividas narradas pelos entrevistados, através das Histórias de Vida, dar-nos-ão a conhecer as suas visões do mundo. Com eles não só analisamos o presente como também reconstruímos o passado e, possivelmente, encontramos na singularidade deles, aspetos comuns aos restantes. Esta abordagem retrospectiva, auxilia à identificação de elementos centrais na construção da identidade quer pessoal, quer social. É olhá-lo na sua vertente multidimensional, na amplitude da relação entre este e a sociedade, daí a relevância de introduzirmos no debate a questão da socialização e da ressocialização. “Os indivíduos, a pessoa ao longo das suas interações, molda-se de acordo com um conjunto de símbolos, que derivam da pertença a certas categorias ou aspetos da sua biografia pessoal culturalmente significantes. (Vale, 2007:10/11).

2.1- Socialização

Tendo em conta o referido, o indivíduo age, conduz a sua ação segundo padrões de conhecimento, valores e regras apreendidas nas diversas fases da sua vida e transmitidas por diversos contextos de ensinamento, é isso que configura a sua personalidade. Facilmente se percebe que nos referimos à socialização e é precisamente o que queremos analisar, os períodos de socialização e os meios que a transmitem, para aferirmos a relevância da mesma na estruturação da vida de cada ser social e a sua pertinência para a análise desta temática.

2.1.1- Conceito e características

Começemos por nos questionar ao que nos referimos quando falamos em socialização. Múltiplas respostas podemos ter, consoante distintas visões. Na impossibilidade de esgotar as variadas visões, selecionamos as de alguns autores centrais na nossa abordagem. Assim para Giddens (2004) a “socialização é o processo através do qual as crianças ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo

constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações” (Giddens, 2004:27). É o processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres auto-conscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas da cultura em que nasceram, algo que liga as diferentes gerações entre si. Deve ser vista como um processo vitalício que não se esgota na infância ou adolescência, em que o comportamento humano é configurado de forma contínua por interações sociais, permitindo que os indivíduos desenvolvam seu potencial, aprendam e se ajustem. (cf. Giddens, 2004:28). Na linha do mesmo, é por intermédio do processo de socialização que os indivíduos aprendem os seus papéis e se tornam agentes sociais.

Os indivíduos quando nascem não são membros de qualquer sociedade, nascem desprovidos de pertença. No entanto, nascem “com predisposição para a sociabilidade e para se tornar membros da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no decurso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização: a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como exprimindo sentido, isto é como manifestação de processos subjetivos de outrem que assim se torna, em termos subjetivos, significativo para mim” (Berger; Luckmann; 2004:137), são os primeiros contactos com outros significantes. Esta apreensão, interiorização não resulta de criações autónomas de significado pelos próprios indivíduos isolados, começa antes com o indivíduo a ‘assumir’ o mundo no qual os outros com quem contacta já vivem. Sem dúvida que este ‘assumir’ é em si mesmo, um processo original para cada ser humano, e aqui está a especificidade de cada um. Segundo Berger e Luckmann (2004), o processo ontogénico pelo qual se realiza esta interiorização é a socialização, que pode assim ser definida como a completa e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor da mesma.

Para Parsons (1963), é através dos processos de socialização que todos apreendem “os conhecimentos e valores necessários para adquirirem um estatuto e um papel na estrutura social. A função da socialização pode ser resumida como o desenvolvimento processado pelos indivíduos, das responsabilidades e capacidades que são as condições indispensáveis aos seus futuros desempenhos funcionais (Parsons, 1963:49). O processo de socialização tem a sua origem na sociedade ou num grupo social e não na vontade individual de cada um.

Já na visão de Hegel, o processo de socialização é “determinado pela articulação de três modelos de formação heterogêneos, a saber: o subjetivo, o objetivo e o social. A socialização surge definida como a individualização do recém-nascido e como movimento de construção do mundo social, numa relação entre identidades sociais e mundos sociais. (Vale,

2007:33). Como vemos esta é, na realidade, a aprendizagem da construção identitária de cada ser, algo particular e mutável. Para Piaget (1932), a socialização baseia-se na reciprocidade entre estruturas mentais e estruturas sociais, a correspondência, em cada estágio, entre as operações lógicas e as ações morais, isto é, sociais: “a moral é uma espécie de lógica dos valores e das ações entre indivíduos da mesma forma que a lógica é uma espécie de moral do pensamento” (Dubar, 1997:22).

Numa contraposição com Durkheim, vemos que ambos concordam quanto ao fato de que a socialização não depende somente da geração precedente, mas também dos próprios indivíduos. Cada geração acaba por socializar-se por si própria, tendo por base os ‘modelos culturais transmitidos pela geração precedente’. Para ambos, a socialização é uma educação moral. Na visão de Durkheim (1902-1903) ela é basicamente uma transmissão do espírito de disciplina, já para Piaget ela é fundamentalmente uma construção, sempre ativa e até interativa de novas ‘regras do jogo’, implicando o desenvolvimento autônomo da noção de justiça e a substituição de ‘regras de constrangimento’ pelas ‘regras da cooperação’ (Piaget, 1932:419 in Dubar, 1997:22). Ambos concordam que a socialização “contém em si uma dimensão repressiva: aqueles que transgridem abertamente as regras aceites devem ser punidos e é essencial que as sanções exercidas sejam proporcionais à gravidade dos crimes cometidos” (Dubar, 1997:22/23). Exatamente esta questão das regras e transgressão das mesmas, leva-nos à centralidade desta ‘discussão’ na abordagem referente a ex-reclusos e todas as condutas desviantes.

Esta noção de socialização apresentada por Claude Dubar apela a um esclarecimento até mesmo a uma redefinição e reabilitação do termo por comparação a alguns dos significados a ele atribuídos na história das ciências sociais. O termo socialização foi utilizado em diversos sentidos, e adquiriu conotações consideradas hoje como negativas ou ultrapassadas: inculcação de crianças, endoutrinação dos indivíduos, imposição de normas sociais, constrangimentos impostos pelos poderes tanto ameaçadores quanto anônimos.

Dubar analisa a abordagem de Pecheron (1974), para quem a “socialização é um processo interativo e multidimensional: pressupõe uma transação entre o socializado e os socializadores; não sendo adquirida de uma só vez, ela passa por renegociações permanentes no seio de todos os subsistemas de socialização. (...) Não é apenas, nem fundamentalmente, transmissão de valores, normas e regras, mas ‘desenvolvimento de uma dada representação do mundo’, nomeadamente de ‘mundos especializados’. Esta representação não é imposta de uma forma acabada pela família de origem ou pela escola, mas cada indivíduo ‘constrói-a lentamente, utilizando imagens retiradas das diferentes representações existentes, que ele

reinterpreta para formar um todo original e novo'. (...) A socialização não é, somente, o resultado de aprendizagens formalizadas, dos múltiplos agentes de socialização, ela manifesta-se também de forma latente, sendo, muitas vezes, impessoal e mesmo não intencional. (...) A socialização é, essencialmente, uma construção lenta e gradual de um código simbólico que não constitui, como em Durkheim um conjunto de crenças e de valores herdados da geração precedente, mas um 'sistema de referência e de avaliação do real' que permite 'comportar-se de uma certa forma, numa dada situação'.(cf. Dubar, 1997:30/31)

Julgamos estar presente nesta síntese da análise de Pecheron o essencial do que representa o processo de socialização como moldador de práticas que dá ao indivíduo um guia mas que, ao mesmo tempo, lhe abre a possibilidade de reconstruções constantes das suas interpretações do mundo. Não obstante da abrangência explicativa aqui presente, parece-nos também relevante perspetivar a socialização pelos olhos da Psicologia, ciência de cara relação com a Sociologia. Assim, perceber a socialização como o “processo de aprendizagem que transforma um indivíduo, geneticamente homo sapiens, num membro de um grupo social humano constitui o cerne da contribuição da Psicologia para o esclarecimento da socialização” (Pereira; Jesuino, 1985:15). Esta visão, apesar de enriquecedora é por estes autores, considerada limitada e limitante, pois toma o indivíduo humano como sede (locus) de uma cadeia de acontecimentos temporais em que as influências sociais determinam modificações sucessivas do seu comportamento (isto é, aprendizagens), que vão mediando comportamentos de relação cada vez mais conformes com os que são esperados pelos membros do grupo social em que vive.

Neste sentido, podemos constatar que, quer a Sociologia quer a Psicologia enquanto ciências sociais, percecionam o processo de socialização de forma muito equivalente, como ensinamentos nunca completos, como um processo de trocas interpessoais constante e que auguram o indivíduo de sentido na sociedade em que vive, influenciando e sendo influenciado. Neste processo, a socialização não é só um processo unidireccional, isto é, em que fatores sociais (históricos e geográficos) modelam processos mais básicos de aprendizagem específica, mas também, um processo no qual o indivíduo, em desenvolvimento, afeta o contexto social em que se desenvolve. Qualquer indivíduo, vivendo em sociedade, em qualquer fase da sua vida, é simultaneamente sede de um processo de socialização e agente desse processo relativamente, quer aos outros quer a si próprio.

A enumeração de conceptualizações e enquadramentos do processo de socialização realizados, mais do que mostrar diferentes perspetivas tem o propósito de elucidar que este é um processo complexo, que envolve várias agências e que se processa nem sempre da mesma

forma consoante as sociedade, grupos, classes, etc. Assim sendo, e assumindo o pressuposto desta diferenciação, os indivíduos assim ensinados, serão também eles diferentes, com predisposições distintas para a ação. No essencial, socializa-se consoante a norma vigente em determinada cultura, pois “o processo individual de socialização não se desenvolve num vazio cultural: ativa formas simbólicas e processos culturais.” (Dubar, 1997:36). Não obstante, os disfuncionamentos de vária ordem são recorrentes, deixando brechas de fuga a essa dita norma e margem para o desvio, que pode acontecer ainda em criança ou numa fase de adultez. Em qualquer dos casos, ainda que não atribuindo papel decisivo à socialização, sabemos que a mesma tem, certamente, grande influência na conduta do indivíduo.

2.1.2- Socialização primária e Secundária e Instâncias Promotoras

Genericamente falando, a socialização acontece em dois períodos centrais, sendo o primeiro mais estanque em termos temporais e o segundo mais alargado, quer em agentes socializadores quer em questões temporais. Ao primeiro período chamamos nós de socialização primária, que para alguns autores é o período central da socialização, pois aquele em que a criança, desprovida de qualquer conhecimento, absorve as condutas que visualiza. Esta é essencialmente transmitida por aquele grupo de indivíduos que mais próximos estão das crianças, a estrutura familiar de base que se compõe por “um conjunto de indivíduos com condições e em posições socialmente reconhecidas e com uma interação regular e recorrente, também ela socialmente aprovada” (Vale, 2007:22). A constituição da família é feita por vários indivíduos que desempenham papéis diferenciados e é essa diferenciação que consubstancia o funcionamento da mesma. O indivíduo integrado na família aprende os seus primeiros valores, regras e ensinamentos, sendo a primeira instância em que o indivíduo tem e desempenha um papel social, com deveres e direitos, influenciando a definição da sua identidade, encontrando-se aí a sua relevância para a análise que pretendemos efetuar. É, segundo Bourdieu, o período em que a criança dá forma ao seu habitus primário, com a formulação das primeiras noções de significado, afetividade e conhecimento.

Assim sendo, a família é uma instância de importante análise nas histórias de vida dos reclusos, para percebermos o papel, a sua presença e importância na construção das suas trajetórias de vida. A transmissão que acontece neste período da vida do indivíduo pode ser decisiva no desenvolvimento da conduta posterior do mesmo. Como veremos estes indivíduos, na generalidade dos casos, pertencem a famílias em que a socialização no período inicial ou mesmo já numa fase mais avançada, atravessou controvérsias, conferindo o carácter desestruturado ao núcleo familiar, fato que influencia o desenvolvimento pessoal e a

integração social do indivíduo. Exemplos desta condição são indivíduos provenientes de famílias com dependências químicas ou de jogo, a desestruturação associada a quebra de laço conjugal ou mesmo carreiras criminais já demarcadas que afetam o processo de equilíbrio necessário à socialização.

Piaget (1932) acerca da socialização na infância, define o desenvolvimento das crianças como uma construção contínua, mas não linear. O seu desenvolvimento, realiza-se por etapas sucessivas e constitui um processo de equilíbrio, um processo ativo de adaptação descontínua a formas mentais e sociais, cada vez mais complexas. Este desenvolvimento mental tem sempre a dimensão individual e a dimensão social. Piaget descreve dois movimentos complementares que auxiliam na adaptação do indivíduo a cada estado, sendo eles, a assimilação que consiste em incorporar as coisas e as pessoas externas às estruturas já construídas e ainda, a acomodação, que consiste em reajustar as estruturas em função das transformações exteriores, assim as mudanças de ambientes são fontes perpétuas de ajustamentos e aprendizagens. É com base nestes preceitos que Piaget distingue vários estádios (seis) de desenvolvimento da criança e nos quais a criança vê e recebe influências externas diferentes, que são por elas percebidas de forma distinta, constituindo uma interpretação própria de sentidos e significados.

Neste processo de inter-influências, não devemos esquecer a questão da mudança social, a nosso ver cada vez mais premente, e ao qual o campo familiar também não foge. A família e as diversas formas familiares sofrem transformações através dos tempos, acompanhando as mudanças mais vastas que a sociedade protagoniza e transformando também o processo de socialização que os indivíduos vivenciam. Cada vez é mais comum a socialização das crianças e não só, em núcleos familiares reconstruídos, quer por parte de mãe quer por parte de pai e isso não tendo qualquer papel decisivo, pode em muitos casos e quando não bem trabalhado com as crianças afetar o seu desenvolvimento normal.

Para Berger e Luckmann, a socialização primária é “a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade em geral”. É a fase mais importante para o indivíduo e a estrutura básica de toda a socialização secundária deve assemelhar-se à da socialização primária. Cada indivíduo nasce numa estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam da sua socialização, selecionando aspetos do mundo de acordo com a sua própria localização na estrutura social e também em virtude das suas idiossincrasias individuais, com raiz na biografia de cada um. (cf. Berger; Luckmann, 2004:138/139). Devemos ainda notar que a socialização primária implica mais do que a pura aprendizagem cognitiva, ocorre em

circunstâncias carregadas de alto grau de emoção pela proximidade afetiva que os principais membros interlocutores, a família, têm com o indivíduo alvo do processo.

A escola é a instituição que, seguidamente mais próxima, intermedeia o processo de socialização, tem o objetivo de educar os seus membros, possibilitar um acesso consciente da cultura, nas suas mais diversas manifestações com o objetivo de garantir a compreensão abrangente do mundo e da posição de cada indivíduo nele. Deve transmitir todas as qualificações, conhecimentos e capacidades que são necessários para permitir aos alunos a participação e integração na vida social.

Mais tarde, conforme cresce e tendo já o indivíduo a base da socialização, começa a entrar em contato com outro tipo de instituições, seja grupos de pares, organizações, entre outros. Para entrar e pertencer a essas novas realidades o indivíduo precisa de se adequar ao mesmo e passar por um novo processo de socialização ao qual chamamos de socialização secundária, com a formulação de um *habitus* secundário, um *habitus* que integra além das formulações apreendidas no período de infância, as novas aprendizagens, regras e saberes que permitem ao indivíduo quer a melhor definição da sua identidade, quer a integração nos novos grupos a que pertence ou anseia pertencer. Para Berger e Luckmann (2004), “a socialização secundária é qualquer processo subsequente à socialização primária que introduz um indivíduo, já socializado, em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade” (Berger; Luckmann, 2004:138). A socialização secundária implica o contacto com outras instituições e realidades, implica a interiorização de novas regras, conhecimentos e valores que orientarão a vida do indivíduo nessas instituições/grupos. Alguns dos conteúdos apreendidos podem ir de encontro ou entrar em conflito com os apreendidos na socialização primária, e é aqui que a personalidade do indivíduo começa a ser central, dando-se uma maior definição da mesma.

Assim, e porque esta fase corresponde normalmente à adolescência, é normal que seja nessa altura que as primeiras desviâncias à norma acontecem pela vontade de viver novas experiências, pela curiosidade da transgressão e, nesses casos, pode simplesmente significar a construção identitária, a formação do seu processo de conhecimento ou pelo contrário, quando evolui para estados permanentes de comportamento anómalo pode significar o inciar de uma carreira desviante. Mais uma vez, aqui o papel do núcleo familiar é essencial no detetar de comportamentos anormais e no próprio controlo da vida do indivíduo, na generalidade dos casos, ainda sob a alçada dos pais.

Todos nós, desde que nascemos, pertencemos a um determinado meio social, que assegura a transmissão de um conjunto de regras e tradições. Este processo de transmissão é realizado através de determinadas instâncias socializadoras, que devem proteger a sociedade,

e assegurar que o indivíduo cumpra com as determinações instituídas explícita ou implicitamente. A estas instâncias, por exemplo as já enunciadas família a escola, nós denominamos de agência/agentes de socialização que são grupos ou contextos sociais onde ocorrem importantes processos de socialização.

A socialização primária, como vimos, decorre durante a infância e constitui o período mais intenso de aprendizagem cultural. É a altura em que a criança aprende a falar e aprende os mais básicos padrões de comportamentais que são os alicerces de aprendizagens posteriores. Assim, pela lógica da dependência que o novo ser tem com os ascendentes é claro que nesta fase, a família é o principal agente de socialização. A socialização secundária ocorre num momento mais tardio e nesta fase, outros agentes de socialização assumem alguma responsabilidade que, anteriormente, pertencia à família. Os grupos de pares, instituições, os meios de comunicação e eventualmente o local de trabalho, tornam-se as forças de socialização do indivíduo. Nestes contextos, as interações sociais ajudam as pessoas a aprender as normas, valores, crenças que constituem os padrões da sua cultura. (cf. Giddens, 2004:28/29). É de salientar que a relação de interdependência entre as instâncias e agentes da socialização é uma forma de afirmar que as relações estabelecidas entre eles podem ser de aliados ou de adversários, podem ser relações de continuidade ou de rutura. Podem pois, “determinar uma gama variada e heterogénea de experiências singulares de socialização” (cf. Vale, 2007: 38/39), marcando em cada indivíduo a sua identidade e predisposição para a ação. Conferindo, também, especificidades às histórias de vida de cada um.

Assim, e resumindo o até aqui apresentado, a socialização ocorre desde que nascemos, é um processo interminável e sempre incompleto. Primariamente, somos socializados nas regras e conhecimentos básicos transmitidos pela família e, mais tarde, pela escola. Posteriormente, e consoante crescemos, outros agentes socializadores entram na vida do indivíduo, que através de interações múltiplas e constantes estruturam a sua identidade, definem condutas e comportamentos, sejam estes conformes ou disformes à norma, princípio sempre subjacente ao intuito socializador. Com isto, se denota a centralidade da socialização.

2.2- Regulação Social: um controlo e uma possibilidade

Nesta dialética de relações sociais e inter-influências, não podemos também esquecer a importância da regulação social, as organizações no desenvolvimento da vida social. São as regras subjacentes ao funcionamento das organizações e, no geral, ao funcionamento da sociedade, enquanto sistema social, que garantem a coesão social e a manutenção da ordem.

Estas regras vão sofrendo reformulação, atualizando-se e (re)adequando-se à constante

mutação da realidade. O indivíduo age coletivamente segundo uma ordem social, imposta através de determinadas pressões, exercidas pelo poder institucional. As formas de agir, de pensar e de sentir, apresentam-se fora das consciências individuais, e representam toda a extensão da sociedade, como que um hábito coletivo. O papel do indivíduo, enquadrado neste processo, é central na medida que ele é o veículo de atuação das regras, estejam elas escritas ou implícitas, existem e são postas em prática pelos atores sociais, que lhe dão corpo. No entanto, e indo de encontro ao grupo de indivíduos que enformam a nossa análise, este não é um sistema perfeito, nem todos cumprem as regras e ‘cedem’ ao controlo social.

Há diversas razões que levam o indivíduo a agir consoante ou dissonante da norma e, essas sim, são relevantes ao trabalho aqui a desenvolver. As sanções e os incentivos de vários tipos desempenham um papel crucial no controlo social e na definição da ordem. “Sempre que haja uma forma estável de vida social, as regras morais serão eventualmente codificadas sob a forma de leis. As leis são sanções que devem ser aplicadas ao indivíduo que transgredir a lei, como castigo da sua transgressão. Algumas das sanções passam pela privação de liberdade, à imposição do cumprimento de determinadas regras e valores, com o objetivo de o indivíduo restaurar o seu comportamento, de forma a não voltar a transgredir.” (Vale, 2007: 15).

Na aceitação das regras de funcionamento social, o sentimento de partilha, identificação, comprometimento é essencial, para que una as pessoas, os grupos em prol de algo em comum, objetivos, valores, crenças. Ora, mesmo nas sociedades com um regime de regras abrangente, este raramente é na totalidade partilhado ou aceite por todos os grupos, devido às diferenças de organizações e de socialização que os indivíduos são alvo.

A população alvo de análise, (ex)reclusos, sofreu “uma das últimas sanções (prisão) por não terem reproduzido as regras morais defendidas pelo estado, para que assim não voltem a pôr em causa os valores da consciência coletiva. Pretende-se que os mesmos com esta sanção, baseada na privação de liberdade e assente nos princípios ressocializadores, retomem o caminho da norma. Como Durkheim (1980) defende que os factos, não explicam as suas origens, nem o modo como o indivíduo se torna, teremos que analisar as histórias de vida, separando as causas da produção dos atos sancionados e as funções representativas destas para os reclusos. As causas dos seus comportamentos poderão estar relacionadas com a inexistência ou disfuncionalidade de instâncias socializadoras” (cf. Vale, 2007:15). Assim, aqui visualizamos a relevância da análise do processo de socialização e das instâncias que a promovem de forma a tentar perceber as disfuncionalidades e falhas inerentes ao processo socializador e que agora se refletem na ação do indivíduo.

“O ator individual é o produto de múltiplas operações de preguado (ou de interiorização) e caracteriza-se, por isso, pela multiplicidade e pela complexidade dos processos sociais, das dimensões sociais, das lógicas sociais, etc., que ele interiorizou.” (Lahire, 2006:259). Nesta lógica de ação e relevância, para Lahire (2006) “o «presente» tem, portanto, tanto mais peso na explicação dos comportamentos, das práticas ou das condutas, quanto mais os atores são plurais. Quando estes foram socializados em condições particularmente homogêneas e coerentes, a sua reação às novas situações pode ser previsível”. (Lahire, 2006: 66/67). “Eles interiorizam modos de ação, de interação, de reação, de apreciação, de orientação, de percepção, de categorização, etc., entrando pouco a pouco nas relações sociais de interdependência com os outros atores ou estabelecendo, pela mediação de outros atores, relações com múltiplos objetos dos quais aprendem o ou os modos de uso, o ou os modos de apropriação” (idem:227). Se sujeito a visões heterogêneas e contraditórias, mais predispostos a uma reação arbitrária. Pelo contrário, se sujeito a visões homogêneas e partilhadas, mais predispostos a reações e ações previsíveis e conformes.

2.3- Habitus: Conceito

Podemos aqui também fazer uma referência ao conceito de habitus, tão importante na análise Bourdiana. O habitus é o resultado da socialização dos indivíduos, é, “aquilo que permite aos indivíduos orientarem-se no espaço social que é o seu e adotarem práticas concordantes com a sua pertença social. Uma incorporação da memória coletiva, que permite uma homogeneização dos gostos, valores e crenças, que resultam do trabalho de educação e socialização ao qual o indivíduo é submetido.” (Vale, 2007:11) A teoria do habitus parte do princípio que cada pessoa é moldada e se caracteriza socialmente. Abrange a apreensão, o pensamento e as ações que são esquematizadas dentro da formação social e é transmitido desde a nascença através da socialização, dependendo fortemente da posição social e das condições gerais de vida da família. Com o passar do tempo torna-se naturalizado na ação do indivíduo, sendo algo não perceptível ao mesmo.

Bourdieu define habitus como “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadoras predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas de representação” (Bourdieu, 1980 in Dubar, 1997:66). Assim definido, o habitus parece excluir a possibilidade de mudança, já que toda a ação é efetuada e baseada apenas tendo em conta condições sociais anteriores no entanto, o mesmo vai-se reformulando e possibilitando a aquisição e incorporação de novas disposições e ensinamentos, deixando margem de mudança ao conformismo enunciado.

2.4- Instituição Total na ressocialização da conduta criminal

Até ao momento, a nossa discussão centrou-se nos conceitos de socialização e habitus, todos eles, formas de aprendizagem da conduta social in loco e transposição direta ou indireta dessa conduta. Como referimos, apesar de socializar para a norma sabemos que a margem disponível é considerável e é nessa margem que a nossa população ‘cai’. A conduta desviante deve ser considerada e, neste caso em específico, devemos ressaltar o papel das instituições prisionais que mais do que afastar o indivíduo, perigoso ou não, da sociedade conferindo-lhe uma sanção de privação da liberdade, tem o papel de ressocializar. Ao que nos referimos com o termo ressocialização? É isso que pretendemos agora explicar.

Para Adorno (2000:99) a partir de 1985 houve um aumento considerável da violência na nossa sociedade, o que provocou um sentimento coletivo de medo e insegurança, julgando-se que a solução passaria pelas instituições prisionais que afastariam esses indivíduos da vida coletiva, ensinando-lhes novamente a vida em sociedade. Tal como Cunha (2010) afirma, “as prisões sob a ótica a ressocialização entre muralhas, hoje se configuram em espaço físico onde o Estado consolida e legitima sua política pública de controlo e repressão aos desviantes. Para a sociedade, as prisões estão legitimadas como espaço pedagógico necessário de punição e de proteção a sua própria segurança e sobrevivência” (Cunha, 2010:166).

No entanto, após longos anos, relembremos que as prisões não são instituições recentes, existem há muitos anos, assumindo em diferentes alturas distintas formas, arquiteturas e pressupostos de ação para com os reclusos, verificamos que os resultados obtidos não são os mais desejados. Punitiva, mais em termos físicos ou mais psicológicos, a realidade é que se atribui à prisão a responsabilidade de sancionar o indivíduo pelo crime cometido e ao mesmo tempo, a responsabilidade de o preparar para reingressar na sociedade e assumir de novo aí o seu papel de cidadão comprometido com o bom funcionamento social. As prisões organizam-se de forma a conciliar esses dois objetivos, a proteção da sociedade e punição de quem cometeu atos delinquentes de acordo com as leis em vigor e trabalhar a reeducação dos reclusos com vista a sua reinserção, nomeadamente através do serviço social e do trabalho dos técnicos de Educação Social, bem como a cooperação com outras instituições.

Apesar destes pressupostos, na realidade o que se tem verificado é que “as prisões não constituem instrumentos de reeducação de cidadãos condenados pela justiça” (Cunha, 2010:159). O mesmo autor esclarece que “a privação de liberdade por meio do encarceramento não possibilita, por si só, a reeducação”. Essa lógica perversa não é aceitável e reflete-se e na falência da política carcerária e no aumento da violência dentro das prisões. A educação voltada para a população carcerária deve estar sensível às necessidades que esta

população demanda, deve integrar-se numa política séria de qualificação profissional e trabalho. As atividades de trabalho e educação na prisão não podem ser encaradas como mais uma ocupação para o cumprimento do tempo de pena mais tranquilo, mas deve fazer parte de um projeto consistente de resgate da dignidade humana e possibilidade de novos sonhos e rumos, quando do cumprimento desta pena. A ação educativa como meio para a ressocialização deve resgatar a dignidade humana, permitindo a atividade criadora e a construção da autonomia” (Cunha, 2010:175/176).

Num estudo efetuado (Torres, Gomes, 2002) acerca das prisões as autoras questionaram-se sobre as ocupações dentro dos estabelecimentos prisionais que, a nosso ver, podem ser um veículo facilitador de uma posterior reintegração, pois desenvolvem novas capacidades nos reclusos e, podem, por vezes, aumentar a sua escolaridade e predisposição para uma reintegração mais suave, em que o estereótipo de ex-recluso não seja tão punitivo. São, da mesma forma, um instrumento claro do processo ressocializador levado a cabo dentro do estabelecimento prisional ao levar o preso a (re)adquirir hábitos, horários e valores.

Na conceção dos programa de ressocialização sejam eles internos ou externos as questões do desenvolvimento educacional e do papel que isso pode desempenhar na vida daquele indivíduo com a identidade afetada são essenciais ser repensadas para que não se efetuem programas desestruturadas que ocupam os indivíduos.

Nesta abordagem da ressocialização, usamos com particular enfoque o caso da instituição prisão como meio transmissor da ressocialização. Não obstante o destaque da mesma, podemos verificar que somos alvo de pequenos processos ressocializadores constantes no nosso dia-a-dia, são pequenas mudanças que interiorizamos e que não afetam profundamente a nossa identidade, não as sentimos com tanta preponderância como os reclusos as sentem, pois neles pretende-se uma mudança bem mais acentuada.

O indivíduo está em constante interação e mutação assim como a sociedade em que este é agente. Dessa forma, na linha de Berder e Luckmann (2004) tal como a realidade objetiva do indivíduo se transforma a realidade subjetiva pode também sofrer transformações. “Estar em sociedade acarreta um contínuo processo de modificação da realidade subjetiva”. A estas transformações que podem ocorrer Peter Berger e Thomas Luckmann (2004) chamam alternâncias, que exigem “processos de ressocialização. Estes processos assemelham-se à socialização primária porque têm, de maneira radical, de atribuir tónicas à realidade e por conseguinte, devem reproduzir em grande medida a forte identificação afetiva com o pessoal socializante, característica da infância” (Berger; Luckmann, 2004:164).

A nosso ver, esta não é uma realidade que se verifique na população e agente socializador que são alvo da nossa abordagem. Os reclusos, no processo de ressocialização não têm, necessariamente, que se identificar afetivamente com o ‘pessoal socializador’, neste caso técnicos especializados nos ensinamentos a transmitir quer dentro do estabelecimento prisional quer já fora do mesmo. No entanto, acreditamos seriamente que o estabelecimento de uma relação de maior proximidade e confiança entre os socializadores e os alvos da (re)socialização, pode ser uma mais-valia no sucesso desse mesmo processo, assim como o apoio incondicional dos familiares e aqui sim, pessoas afetivamente próximas, pode desempenhar um papel decisivo no sucesso dos processos em causa.

“A reclusão em si pode levar à ruptura afetiva entre o casal, entre pais e filhos e entre toda a rede familiar. Neste sentido, a manutenção dos contactos familiares durante o período de reclusão poderá ser um fator de prevenção de ruturas, que por sua vez levem a situações de reincidência.” (cf. Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, 2009).

Retomando a análise de Berger e Luckmann (2004), estes procuram demonstrar como conseguir uma ressocialização/alternância bem sucedida. “Deve incluir condições sociais e conceptuais, as condições sociais servindo, claro, de matrizes para as conceptuais. A condição social mais importante é a possibilidade de dispor de uma estrutura afetiva de plausibilidade, isto é, de uma base social que sirva de ‘laboratório, da transformação. A estrutura de plausibilidade deve tornar-se o mundo do indivíduo, tomando o lugar de todos os outros mundos, em especial o mundo que o indivíduo ‘habitava’ antes da sua alternância. Isto exige a sua separação dos habitantes dos outros mundos, em particular dos ‘coabitantes’ do mundo que deixou para trás. No caso ideal, uma segregação física” (cf. Berger; Luckmann, 2004:164/165). É este o papel da instituição total prisão, o afastamento físico do indivíduo do mundo que ele ‘habitava’ antes e dos que com ele o coabitavam.

Para Dorez (2010) “o preso é pressionado para se arrepender de ser criminoso”, muito mais do que arrepender-se de ter cometido um crime. Para além dos estigmas, espera-se que o recolhimento forçado faça renascer no condenado alguém que renegue o seu passado, que renasça numa noção de conversão radical. “O tratamento penitenciário, prescrito segundo receituário místico de isolamento involuntário, atribui privilégios legais em troca da colaboração com as autoridades. À medida que o detido é capaz de interiorizar a sua culpa e assumir a sua tendência criminosa essencial, mais possibilidades terá de utilizar bem as propostas de reinserção social – mesmo se apenas ficcionadas”. (Dorez, 2010:38/39). Segundo o mesmo autor, “a prisão tem por objetivos romper temporariamente com a identidade

perversa, condenada, para que novas condições sociais possam propiciar ao detido, ou à detida, novas oportunidades de reformulação da sua própria maneira de estar no mundo”.

Na prática, verificamos no nosso quotidiano que existem muitos tipos intermédios entre a ressocialização, tal como acaba de ser examinada, e a socialização secundária que continua a ser construída sobre as interiorizações primárias. Nestas há transformações parciais da realidade subjectiva ou de setores particulares da mesma. Transformações parciais que são comuns na sociedade contemporânea, associadas à mobilidade social do indivíduo e à formação profissional, no entanto são transformações que não apresentam o carácter de ressocialização. Esta é “um corte do nó górdio do problema da coerência, com a renúncia à busca de coerência e reconstrução da realidade de novo” (Berger; Luckmann, 2004: 168) ou seja, ressocialização implica o corte com algo estruturado do passado.

Em jeito de conclusão, “os grupos que constituem os quadros sociais da nossa memória são heterogêneos e os indivíduos que os atravessam ao longo de um mesmo período de tempo ou ao longo de momentos diferentes da sua vida são, portanto, o produto sempre matizado dessa heterogeneidade dos pontos de vista, das memórias, dos tipos de experiência” (Lahire, 2003:40) não obrigatoriamente coincidentes e compatíveis. É no produto dessa troca de interações que a socialização se processa nas diferentes fases da vida, tornando o indivíduo num agente social, que pode agir conforme à norma ou então desviando-se dela. É nas origens da socialização, dos meios e dos agentes que a transmitiram, as características destes e a apropriação que o indivíduo vai fazendo dessa aprendizagem que a identidade e o habitus individual e social se constituem e conferem especificidade à vida de cada um.

Daqui se extrai a relevância de cada um no contexto social e é através da narração das histórias de vida deste grupo específico de ex-reclusos que procuramos aceder à interioridade dos mesmos, aos processos de socialização a que foram sujeitos ao longo da sua vida, as redes de contacto, antes, durante a após a reclusão.

Em síntese...

Após a discussão dos chavões de análise da nossa abordagem, parece-nos ainda relevante dar destaque a alguns outros apontamentos que confluem na importância dada ao percurso de vida dos indivíduos na sua situação atual, assim como a evolução da legislação, do conhecimento e da perceção sobre o papel dos estabelecimentos prisionais dentro da sociedade.

Para Feldman (1977), uma socialização bem sucedida depende “do encontro de práticas educacionais e processos de aprendizagem ajustados aos atributos da personalidade

do sujeito, sobretudo às suas predisposições genéticas” (Gonçalves, 2000:76). Assim, como vimos, vários agentes colaboram na estruturação na identidade e consequentemente na socialização de cada um dos indivíduos, sendo mais ou menos importantes em diferentes fases da vida destes. Alguns fatores presentes nele ou nos que os rodeiam podem ser fatores preditores de uma trajetória direcionada para a delinquência. A família assume papel central e a esta alia-se, também, condições socio-demográficas facilitadoras da delinquência, como seja um nível sócio-económico baixo, agregados familiares numerosos e ainda a presença de problemas na família, por exemplo o alcoolismo, violência doméstica ou o vício de jogo.

Alguns traços de personalidade podem também, ser considerados preditores da delinquência. A hiperatividade contribui para uma menor concentração, um alto teor de distratibilidade, impulsividade, irritabilidade e ainda problemas comportamentais e de aprendizagem. A escola assume também papel central “quer como cenário propiciador ao aparecimento de vários problemas comportamentais de relacionamento social do sujeito com os seus pares e com a noção de autoridade personificada no professor, quer onde se manifestam as primeiras dificuldades de aprendizagem, sejam elas os conteúdos escolares ou normas e regras de conduta em grupo” (Gonçalves, 2000:85). Como veremos mais à frente estes são aspetos que encontramos presentes na nossa população e que, está presente na generalidade das populações estudadas em outras investigação nesta área.

Assim percursos de vida, que encerram aspetos como os referidos e muitos outros relacionados, grande parte das vezes, com processos a que os indivíduos estão sujeitos, seja a socialização de que foi alvo, seja o exemplo negativo de ascendentes ou pares, acaba na reclusão. Aí, nas instituições totais, que Goffman claramente nos ilustra, a sua vida passa por um processo de ressocialização com vista a uma futura reinserção. No entanto, não raras vezes, o que constatamos é que este processo não tem os resultados esperados, a reinserção do indivíduo é dificultada pela rotulagem social e os estereótipos de ex-recluso, além do impacto do conjunto de handicaps já acumulados como seja a baixa escolarização, acabando o indivíduo por cair na reincidência do desvio que demonstra que nem sempre a prisão consegue cumprir a sua função de corretora e ressocializadora. “A reincidência prisional é sistemática e enorme. Afeta naturalmente mais os socialmente mais frágeis.” (Dores, 2010:39). Desta forma, as suas perspetivas de futuro são goradas, mesmo antes da tentativa de as alcançar.

Além das redes teóricas já expostas não esqueçamos também a importância de outros conceitos para uma perceção multidimensional deste fenómeno. Giddens define o desvio como “o que não está em conformidade com determinado conjunto de normas aceite por um

número significativo de pessoas de uma comunidade ou sociedade” (Giddens, 2004:205). Desvio e crime não são sinónimos ainda que às vezes se sobreponham, como na maioria dos casos que aqui tratamos, visto as condutas desviantes e crimes por estes indivíduos realizados terem sido punidos pela lei. Relevante é também o conceito de exclusão social, acentuando-se os aspetos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social. “Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Torna-se excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas” (Fernandes, 2002:14). “A exclusão social evoca uma fratura nos laços entre o indivíduo e a sociedade, propiciando uma quebra na própria unidade social. É, muitas vezes, associado às ‘classes perigosas’ ou ‘«marginais’, que põem em causa a estabilidade e normalidades sociais. (cf. Fernandes, 2002:14). Noção que se opõe claramente à de integração social e daí a sua pertinência.

Estes são indivíduos em que a rotulagem e o estigma se manifestam profundamente. Para os teóricos da rotulagem, “os rótulos aplicados na criação de categorias de desvio expressam a estrutura de poder de determinada sociedade” (Giddens, 2004:212) visto serem as pessoas capazes de estabelecer definições de moralidade convencional os que rotulam. O rótulo acaba por dar lugar ao estigma que condiciona a vida social, familiar e pessoal do indivíduo. “A rotulagem não só afeta a forma como os outros veem o indivíduo, como também influencia a ideia que o indivíduo tem da sua própria identidade” (idem). Em muitos casos “o rótulo pode tornar-se central para a identidade da pessoa, e conduzir à continuação, ou intensificação, do comportamento desviante” (ibidem).

Para Goffman (2003) aquilo que o ex-internado conserva da sua experiência institucional revela muito das instituições totais e do que elas impõem aos indivíduos. Estes quando incorporam a instituição passam para o estado proativo, tem uma posição diferente lá dentro da que tinham cá fora e a sua posição no mundo exterior, quando saem, nunca mais será a mesma, sobretudo como no caso dos ex-reclusos que saem com um status proativo desfavorável, podemos mesmo empregar o termo estigma. O autor diz-nos ainda que se espera que o indivíduo faça um esforço para esconder o seu passado. Como vemos é um processo que claramente marca os indivíduos que já tiveram uma passagem por estabelecimentos prisionais, sendo esse período registado no seu cadastro. “A estigmatização social é explicada pela diferenciação social entre os normais e os outros e, ao mesmo tempo, procura explicar porque é que os outros não são considerados normais: precisamente por que são estigmatizados. O estigma funciona assim, necessariamente, como um reforço ao mesmo tempo cumulativo e explicativo da exclusão social, que provoca um efeito de evidência, no

seguimento do estabelecimento de uma rede de causa-efeito cruzado entre estes dois domínios de análise separados por conveniência de raciocínio” (Dores, 2001:15)

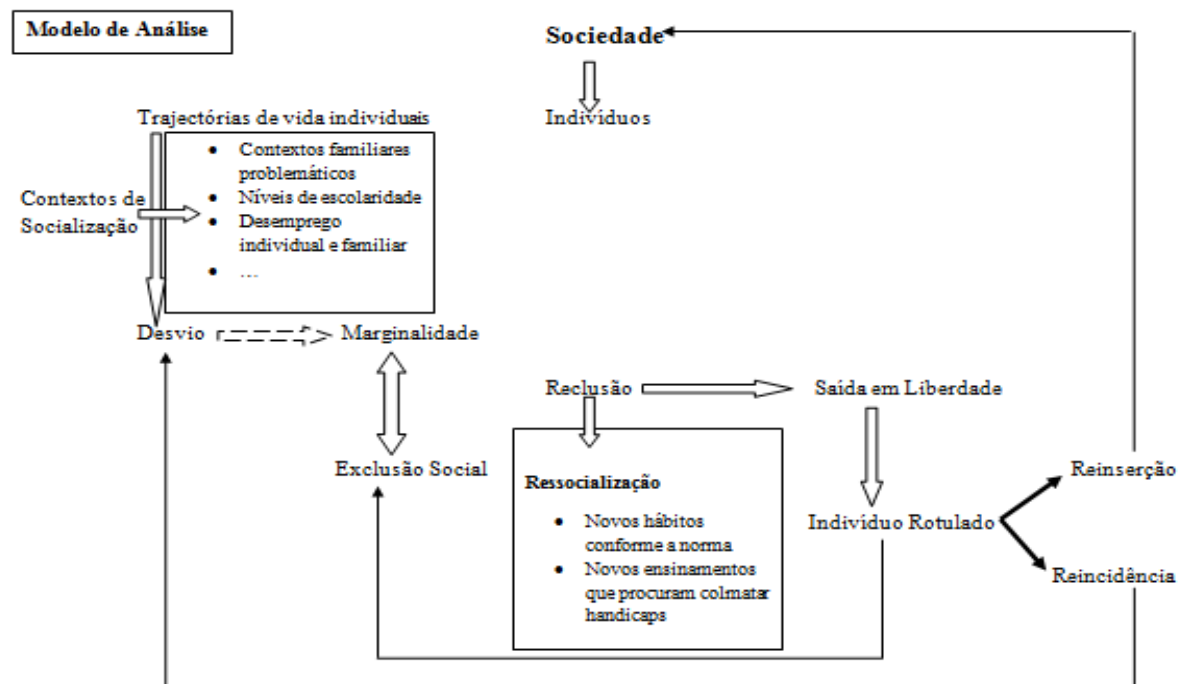
A integração ou reintegração/reinserção social são conceitos centrais e referimo-nos a eles como a possibilidade de facultamento dos meios necessários e adequados para que assim, o preso tenha condições de reinserir-se na sociedade. Tal como no projeto Rumos de Futuro (2009), partimos de uma conceção de inserção sócio-profissional alargada, reconhecendo que para além da vertente profissional, a reinserção passa pela reestruturação de todo um projeto de vida, valorizando diferentes áreas da vida do indivíduo, tal como a autoestima e a formação pessoal, a família e as sociabilidades (cf. Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, 2009:3). No essencial, referimo-nos a um processo de ressocialização do indivíduo baseado na sua reestruturação psicossocial, reformando, reeducando, dando auto-confiança, preparando para o trabalho, estimulando a iniciativa e a sua consciência social. Tal como anteriormente apresentamos, atualmente o conceito de prisão revela uma vertente da reinserção social, que não se baseia somente em proteger a sociedade daqueles que cometeram atos contra a mesma, assim o tempo de reclusão funciona também como um tempo de reeducação.

Em suma, “em termos sociais, a passagem pela prisão tem uma série de consequências negativas tanto para os indivíduos como para a comunidade a que eles pertencem: estigmatização, interrupção das estratégias escolares, matrimoniais e profissionais, desestabilização das famílias, amputação das redes sociais, desenraizamento das comunidades de origem, onde a reclusão se banaliza numa ‘cultura de resistência’ e em toda uma série de sofrimentos e problemas interpessoais” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, 2009: 6) que afetam o decorrer da vida normal dos indivíduos. O desenvolvimento de práticas que visem uma reinserção plena, quer ainda em tempo de reclusão quer quando este acaba, podem ajudar a que o impacto destes handicaps apresentados seja menor.

Modelo de Análise

A transposição da abordagem teórica até aqui apresentada para um modelo de análise, mais diluído ou mais esquemático apresenta-se-nos como essencial para a abordagem que queremos desenvolver. Assim, o nosso modelo de análise estrutura-se em volta dos conceitos de reclusão, exclusão social, rotulagem e estigma, socialização e ressocialização, integração e reintegração/reinserção social conceitos já apresentados e das dimensões institucional, social, familiar, profissional e pessoal.

Figura 1- Modelo de Análise



Preposições Teóricas Iniciais

Estabelecer Hipóteses Teóricas robustas, não se afigura no tipo de abordagem que desenvolvemos, essencial, visto ser uma abordagem fundamentalmente qualitativa, baseada em histórias de vida, o que pressupõe o acesso a interioridades e especificidades dos processos em causa nem sempre previsíveis. Assim sendo, seguidamente enunciamos algumas respostas que presumivelmente poderemos encontrar, algumas destas ‘respostas’ baseadas em abordagens já realizadas por outros autores e que, a nosso ver, poderão ser potenciais questões que encontraremos no nosso trabalho.

- I. A experiência de um processo de reclusão é um facto marcante na vida do indivíduo e este reconhece-o como tal, afetando negativamente o decorrer ‘normal’ da vida dos mesmos em termos familiares, sociais e/ou profissionais.
- II. “A intervenção social no âmbito do sistema judicial focaliza-se grandemente nas funções de supervisão e cumprimento de penalizações, colocando para segundo plano o suporte e reabilitação dos indivíduos. Do trabalho atual dos técnicos espera-se fundamentalmente que vigiem e controlem os comportamentos dos indivíduos e apliquem sanções, caso não se cumpram as normas instituídas” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:8). Usamos esta afirmação, pois consideramos que é uma forte possibilidade

das respostas que encontraremos, isto é, que os ex-reclusos nos transmitam que as atividades desenvolvidas pelos técnicos no interior dos estabelecimentos prisionais se baseiam antes de mais no controlo, muito mais do que na transmissão de novos ensinamentos e formação que colmate alguns dos seus handicaps.

- III. Seguindo os mesmos autores, considera-se que “a intervenção realizada atualmente tendo em vista a reabilitação e reinserção social dos reclusos caracteriza-se essencialmente por uma natureza imediatista e de cariz controlador, assente na gestão do cumprimento das penas aplicadas. Temos um quadro legislativo que se baseia numa conceção ressocializadora da função do cumprimento da pena, a sua efetivação passa largamente pela aplicação desarticulada de medidas avulsas, não centradas na construção de projetos de vida alternativos e nas características específicas dos indivíduos” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:7), ou seja, a realidade praticada está longe daquilo que a lei prevê, um carácter ressocializador e focado para a reinserção social dos estabelecimentos prisionais. Assim, os beneficiários destas atividades quer ainda em período de reclusão quer já em liberdade não sentem o seu impacto positivo.
- IV. Carateristicamente, verifica-se que o contexto de reclusão é marcado pela quebra dos laços sociais e das redes anteriormente disponíveis, sendo frequentes as situações de inexistência de qualquer rede de suporte social. Neste contexto, a dimensão familiar adquire uma centralidade na vida do recluso, sendo a fonte principal e por vezes única de afeto e de motivação. No entanto, nos casos em que se verifica a existência de uma rede social de suporte, ela constitui-se como fonte de motivação para o recluso, quer seja como elo de ligação á sociedade, quer como elementos estruturadores do projeto de vida exterior do recluso. (cf. Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d). Recorremos a esta constatação para nos referirmos ao afastamento que os reclusos sentem da vida em sociedade, que com o passar do tempo passa a manifestar-se na quebra dos laços até ali existentes, laços de profissão, amizade, familiares, conjugais, sociais no geral. Desta forma, a reclusão afasta o indivíduo da sociedade e este posteriormente sente dificuldade em reintegrar-se na mesma, sendo o papel das redes de suporte muito importante nesse período.
- V. Além das redes familiares, as redes de suporte especializadas na reinserção social, com técnicos com formação adequada afiguram-se essenciais no auxílio de uma reinserção bem sucedida nos seus vários âmbitos, pois proporcionam ao ex-recluso oportunidades e ensinamentos difíceis de encontrar de outra forma.

VI. As percepções das dificuldades/facilidades de reinserção e dos apoios generalizados que existem para ex-reclusos são diferentemente expressadas consoante tenhamos como ator o ex-recluso ou um técnico de reinserção social.

No essencial, são estas as preposições iniciais que indicamos como aquilo que esperamos encontrar no entanto, como é sabido a realidade é bastante mais complexa e poliforme do que aos nossos olhos se apresenta.

3. Caminhos Metodológicos

O quadro conceptual anteriormente apresentado, pretende enquadrar o presente estudo, além de refletir determinadas opções de trabalho relacionadas com interesses de investigação específicos. Seguidamente, passaremos a apresentar, descrever e justificar as opções e procedimentos metodológicos por nós adotados.

Ao esboçarmos teórica e metodologicamente um trabalho de investigação, devemos ter em conta a natureza da problemática em análise, aquilo que pretendemos captar, a essência do problema e a melhor forma de chegar aos dados o mais fidedignamente possível. Desta forma, o investigador pode optar, tendo em conta uma série de fatores, pela estratégia de investigação, “conjunto coordenado de métodos, de procedimentos e de técnicas considerados pertinentes em relação ao objetivo perseguido”(Ketele, Roegiers,1999:153), que melhor se adequa à sua pesquisa. Assim, e conhecendo já algumas das características e pressupostos que definem a população das abordagens, devemos optar pela metodologia, “conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica” (Herman in Hébert-Lessard, 1994:15) que mais garantias nos possa oferecer de sucesso na investigação, quer na sua realização quer na obtenção de resultados produtores de conhecimento.

Os dois ‘caminhos’ de investigação, tradicionalmente, seguidos na área da Sociologia são as metodologias quantitativas e as qualitativas. Possível é também uma combinação de ambas. Para este trabalho, a pesquisa qualitativa parece-nos a mais adequada para nos fornecer explicações mais aprofundadas sobre um fenómeno eminentemente subjetivo e que incide nas vivências pessoais. Não defendemos uma dicotomia estanque entre os dois paradigmas, pelo contrário, numa grande parte das abordagens a complementaridade entre as duas formas de interpretar e analisar a realidade social é o mais produtivo. “Apesar da rivalidade teórica e ontológica que existe entre os dois paradigmas, um não vem substituir o outro” (Hébert-Lessard, 1994:33).

3.1– Investigação Qualitativa:Objetivos e características

Tendo em conta os nossos objetivos e, não descurando os importantes contributos que a pesquisa quantitativa tem, passaremos a partir deste momento a centrar-nos na investigação de carácter qualitativo. Esta é uma pesquisa que procura entender a interioridade, as razões das ações e, no fundo, que insiste no carácter único de cada ação, de cada conjuntura onde se produzem os fenómenos sociais e é precisamente este o nosso objetivo: reconstituição da vida dos sujeitos, insistindo no carácter único e particular da ação, mas que no conjunto pode revelar estruturas relevantes de comportamentos coletivos.

As abordagens qualitativas podem ser total ou parcialmente indutivas, caracterizadas pelo vaivém constante entre fases de trabalho, assim como da teoria e empiria. É um tipo de pesquisa associado ao Interaccionismo Simbólico, a Escola de Chicago ou a Fenomenologia Social, correntes que acentuam que os significados são (re)construídos pelos indivíduos em constantes processos de (re)negociação e em interação. Hoje em dia, está cientificamente consolidada, apesar das reservas que muitos atribuem à subjetividade que lhe é associada. É um tipo de investigação em que a proximidade entre o investigador e o objeto de estudo é grande, realçando-se o papel do sujeito, enquanto construtor da ação. Tal como Foody (1996) nos diz, nesta opção de investigação, os procedimentos de recolha de informação são os “julgados mais adequados para captar a subjetividade dos atores, designadamente os baseados no contacto direto e prolongado com o meio social em estudo, participando nas interações sociais e inquirindo através de perguntas abertas e não diretivas, permitindo aos observados exprimirem-se pelas suas próprias palavras e não através de um conjunto pré-estabelecido de respostas” (Foody, 1996:15).

Os objetos de análise destas investigações de carácter indutivo são formulados em termos de ação, que contempla os comportamentos, mas e mais importante que isso, contempla o significado que o ator atribui na interação. É face a este objeto ação-significado «*meaning-in-action*» que os investigadores analisam o pressuposto de que comportamentos idênticos em termos de ação, podem corresponder a significados diferentes em termos sociais, em identidades, papéis e estatutos sociais. O paradigma qualitativo tem como objeto de análise o meio social entendido como o local de produção de sentido e de valorização, vendo o homem como sujeito que cria e atribui significado. (cf. Lessard-Hébert, 1994:39). Tendo em conta tal facto, interessa aos investigadores qualitativos principalmente o significado e a interpretação dos dados que são apresentados sob a forma de palavras, textos e imagens, e é através da compreensão dos significados atribuídos à ação, quer do próprio quer do outro generalizado, que podemos ter acesso à forma como os atores interpretam, tanto as suas vivências e interações como a dos outros para consigo. Uma outra característica relevante a nosso ver, é a lógica holística que a investigação qualitativa encerra, já que, analisa e tenta perspetivar o contexto social como um todo, procurando compreender as relações e as subculturas dentro do sistema social. Além disso, refere-se ao que é pessoal, às relações face a face. Este pressuposto está bem presente no nosso tema de trabalho, indivíduos que ainda que pertencendo ao todo ‘carregam’ handicaps que fazem deles um grupo particular com dificuldades de reingressar o contexto social nas suas várias valências. Assim, e analisando desta forma, tentamos compreender as relações e significações enquanto grupo e também ao

nível pessoal, pois cada um apesar de aspetos em comum, tem especificidades que tornam a sua história e as suas vivências únicas.

Em termos de representatividade a “pesquisa qualitativa não tem a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspeto distributivo do fenómeno e se alguma possibilidade de generalização advier da análise realizada, ela somente poderá ser vista e entendida dentro das linhas de demarcação do vasto território das possibilidades” (Paulilo, 1999:137). É também este um dos lemas do nosso trabalho, visto não pretendermos generalizar os resultados das análises que efetuamos, são relatos pessoais, singulares que apenas nos podem elucidar de algumas possibilidades de partilha de experiências, semelhantes ao longo da vida, no grupo ao qual estes indivíduos pertencem.

3.2- Campo Empírico

Algo extremamente relevante na definição das opções metodológicas é a amostra com a qual pretendemos trabalhar. A amostra refere-se a um subconjunto de unidades retirada de um conjunto maior de unidades que partilham uma ou mais características e que designamos por população. Pretende-se que as amostras sejam representativas da população, esta representatividade apresenta-se em duas versões, a estatística, segundo o modelo probabilístico e a teórica, segundo o modelo não probabilístico.

Relativamente às amostras não probabilísticas, aquela que operacionalizamos, são amostras cujos elementos não são seleccionados pela aplicação de um método e portanto, não garante que todos os elementos tenham uma probabilidade conhecida e diferente de 0 de pertencer à amostra. Há diferentes tipos de amostras não probabilísticas, entre elas e aquela utilizada por nós na definição da nossa amostra, a amostra por conveniência. Esta produz uma seleção dos casos, simplesmente pela conveniência da presença das unidades populacionais. Aqui, deve entender-se conveniência não no sentido do senso comum, mas sim a disponibilidade das unidades populacionais para pertencer ao estudo, na medida em que estamos a trabalhar em colaboração com o Gabinete de Reinserção Social e é através dos contactos com os técnicos que temos acesso aos ex-reclusos. Desta forma, afirmamos o carácter intencional da amostra, sendo o único critério presente a disponibilização dos ex-reclusos do sexo masculino em liberdade condicional para nos responderem. Devemos aqui referir que a constituição da amostra contou com a participação dos técnicos que nos indicaram os processos dos ex-reclusos e nos puseram em contacto com os mesmos. Procuramos, ainda que não abarcando todo o tipo de crimes, construir uma amostra, o mais diversificada possível, incluir nela homens condenados por distintos tipos de crimes. Com isto

pretendemos obter uma abordagem mais holística nas razões, características e consequências de distintos crimes, na vida dos indivíduos.

Não podemos também nesta fase deixar de fazer uma referência à dificuldade por nós sentida na recolha dos dados visto as marcações das nossas entrevistas serem feitas pelas técnicas quando as próprias tinham as entrevistas mensais com eles. Casos houve em que as técnicas pediram a comparência dos indivíduos no gabinete apenas para a realização da minha entrevista. Assim, várias vezes aconteceu a não comparência dos mesmos, sendo feita a remarcação, facto influenciador também da realização do trabalho em termos de *timings*.

Apesar das dificuldades, a nossa amostra para a realização de entrevistas com o carácter de histórias de vida é constituída por 8³ indivíduos. Consideramos, também, ser de relevância para o projeto escutar o outro lado da moeda, isto é os técnicos, que trabalham diariamente com os ex-reclusos e perceber as suas perspetivas deste complexo processo de reinserção. Assim, realizamos também uma entrevista semi-estruturada de grupo a 4 técnicas do gabinete (uma Socióloga, duas Psicólogas e uma outra com formação em Direito). Procuramos também que a diversidade, quer na formação de base quer na experiência estivesse presente, pois com uma entrevista de grupo, as diferentes visões do mesmo fenómeno surgiram, algo que consideramos produtivo para os objectivos perseguidos.

Apresentadas e justificadas as nossas opções e condicionantes na definição da amostra quer de técnicos, quer de ex-reclusos, e a opção pelo método qualitativo como predominante na nossa abordagem, apraz-nos agora a especificação das técnicas a operacionalizar.

3.3- Técnicas a Operacionalizar

Começamos por realçar que inicialmente e antes de nos deslocarmos para o terreno e efetuar a pesquisa de campo, se procedeu a uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos e todo o material em formato papel ou *on-line* que nos pudesse auxiliar no contacto com um campo inicialmente parcamente conhecido. Tal tarefa proporcionou-nos a elaboração de um quadro teórico mais preciso, assim como permitiu a seleção de um conjunto de conceitos operacionais relacionados com o objeto de estudo. Por outro lado, não esquecemos também a importância da vertente descritiva da população em causa, essencial para a apreensão de algumas das suas características fundamentais. Apesar da dificuldade em encontrar dados estatísticos que descrevam a nossa população-alvo, procuramos alguns dados, sobretudo nos relatórios anuais emitidos pela Direção Geral de Reinserção Social (DGRS) e Direção Geral

³ Na realidade, realizamos 9 entrevistas no entanto, uma delas decidimos não considerar para a análise visto ser demasiado curta e, por esse motivo, não conter informação suficiente e relevante.

dos Serviços Prisionais (DGSP), sendo essas as nossas fontes principais. Nesse sentido, consideramos como metodologia também a mobilizar neste trabalho, a análise documental de todo o material considerado pertinente.

3.3.1- Entrevistas

Relativamente às entrevistas, a operacionalização desta técnica como a principal na recolha de dados, é a opção que nos parece mais adequada. “Fazer perguntas é normalmente aceite como uma forma rentável (frequentemente única) de obter informação sobre comportamentos e experiências passadas, motivações, crenças, valores e atitudes, enfim sobre um conjunto de variáveis de foro subjetivo não diretamente mensuráveis” (Foody, 1996:1). Este método de inquirição através de entrevistas “permite um controlo mínimo do processo de memorização e uma liberdade de expressão máxima, deixada ao narrador” (Poirier, 1995:24).

Especifiquemos um pouco mais o que se entende por uma entrevista. “É uma conversa com um objetivo” (...) que ocorre num “encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinados, implicando a presença de um profissional e de um sujeito naif” (cf. Ghiglione; Matalon, 1992:64). Neste nosso trabalho operacionalizamos diferentes tipos de entrevistas, uma entrevista exploratória, as semi-estruturadas, realizadas aos técnicos de reinserção social e as entrevistas não diretivas, em profundidade ou livres, com o fim de história de vida, ainda que focalizada na experiência da reclusão, aos ex-reclusos. Neste último tipo “o indivíduo é convidado a responder de forma exaustiva, com as suas próprias palavras e através do seu próprio quadro de referência a uma questão geral (tema)”. O seu objetivo é “tentar compreender o contexto, as necessidades, motivações, exigências, as soluções encontradas pelo entrevistado, ou seja, o universo que é percebido pelo indivíduo” (Ghiglione; Matalon, 1992:87).

Como operacionalizamos distintos tipos de entrevistas consideramos ser importante descrever e, dessa forma, justificar a pertinência de cada uma delas para o grupo ao qual vão ser aplicadas. Inicialmente aplicamos uma entrevista exploratória que teve a importância de nos introduzir num campo fechado e sobre o qual o nosso conhecimento era escasso. Realizada a um indivíduo conhecedor dos processos e com trabalhos já realizados, foram importantes as considerações tecidas sobre os melhores caminhos, quer na definição da população a estudar quer dos caminhos teóricos a considerar. Assim, a entrevista exploratória cumpriu o seu propósito de “complementar, alargar ou retificar” (Quivy, 1992:191) a informação inicial que dispúnhamos sobre o tema.

As entrevistas semi-diretivas/estruturadas, foram as por nós escolhidas, para aplicar aos técnicos de reinserção social, é dessas que seguidamente falamos. Ruquoy (1997:89), apresenta-nos a entrevista como o “instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações de valores e de normas veiculadas por um indivíduo” (in Vilhena, 2000: 223). Assim, as informações que recolhermos com as entrevistas são construções e reconstruções dos atores e indissociáveis das suas representações. “A entrevista semi-diretiva, ou semi-dirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social. É semi-diretiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Quivy; Champenhoudt, 1992:193). Neste tipo de entrevista há um guião constituído por uma série de perguntas principais, podendo o investigador alterar a sua sequência ou introduzir novas questões. Não são entrevistas estruturadas, pois essas têm um esquema rígido de inquirição. Nas não estruturadas, o investigador tem um maior grau de liberdade, podendo conduzi-la de uma forma mais flexível e como considerar mais conveniente.

Como vemos pelas características apresentadas é um tipo de entrevista que deixa uma margem de introdução de novas questões e aspetos considerados relevantes tanto ao entrevistador como ao entrevistado. Parece-nos a forma mais adequada de conversar e recolher informação com profissionais de um campo não totalmente conhecido por nós e que, por isso mesmo, não seremos capazes de estabelecer previamente um guião estanque de questões. Através destas, temos a visão de quem está fora do processo, no entanto lida com o mesmo de perto e quotidianamente. De referir ainda que a entrevista realizada foi às quatro técnicas em simultâneo assumindo assim o carácter de entrevista de grupo. Tal opção foi tomada em razão da indisponibilidade apresentada para entrevistas individuais, assim a agregação das quatro técnicas agilizou os seus horários e significou para nós o cruzamento de distintas perspetivas.

No que diz respeito à população alvo central, os ex-reclusos, aplicamos, como já afirmado, entrevistas de carácter mais aprofundado, com fim de histórias de vida. Enquadradas no método biográfico, as histórias de vida são uma ótima forma de conhecermos o sujeito através das suas palavras e da forma que ele mesmo se percebe, dando relevo ao seu papel. “Emolduradas na metodologia qualitativa, as abordagens biográficas caracterizam-se por um compromisso com a história como processo de rememorar, com o qual a vida vai sendo revisitada pelo sujeito. Neste contexto, a memória é algo presente na existência do homem, o que implica uma valiosa importância de seu resgate cuidadoso e ético” (Silva; Barros et al, 2007:27). No essencial, como Poirier (1995) afirma “a coleta da narrativa deve ser uma verdadeira maiêutica. É este procedimento que continua a ser o melhor: o mais

simples (mas o mais difícil de realizar) e também o mais eficaz, o mais respeitador da personalidade do sujeito. A maiêutica é a arte de fazer encontrar por si mesmo, ao sujeito, a sua própria verdade, um método de maiêutica social que permite ao sujeito encontrar-se a si mesmo e que lhe dá a possibilidade de testemunhar sobre o seu grupo, a sua sociedade, a sua cultura” (Poirier, 1995:24).

Nas palavras de Atkinson, “our lives consist of a series of events and circumstances that are drawn from a time we tell a story about our lives that follows this pattern, or mirrors a universal archetype or motif, we better understand the psychological trajectory we are on while learning something new about ourselves” (Atkinson, 1998:3). As histórias de vida são “a qualitative research method for gathering information on the subjective essence of one person’s entire life. It begins as a recorded interview, is transcribed, and ends up as a flowing narrative, completely in the words of the person telling the story” (idem). Neste género de entrevistas, o entrevistador não dispõe de questões pré-estabelecidas, como no inquérito por questionário, mas sim de uma lista de tópicos precisos relativos ao tema estudado. Neste caso, as entrevistas, muito mais longas, podem ser divididas em várias secções”(Quivy e Champenhoudt,1992:193).

Na mesma linha de pensamento, “a life story in the story a person chooses to tell about the life he or she has lived, told as completely and honestly as possible, what is remembered of it, and what the teller wants others to know of it, usually as a result of a guided interview by another” (...) “is the essence of what has happened to a person. It can cover the time from birth to the present or before and beyond. It includes the important events, experiences, and feelings of a lifetime” (Atkinson, 1998:8). Neste conjunto de contributos que as histórias de vida nos podem trazer reside o nosso interesse neste grupo particular de indivíduos, que guardam nas suas histórias, certamente, episódios comuns a muitos outros, mas singulares quando comparados com a generalidade da sociedade e com os quais podemos aprender como interagir com eles e como ajudar numa fase complicada e de quebra de laços sociais.

Na medida em que o método de história de vida funciona como uma possibilidade de acesso do indivíduo (e à realidade que lhe transforma e é por ele transformada) pelo interior, na busca da apreensão do vivido social, das práticas do sujeito, por sua própria maneira de negociar a realidade onde está inserido, então tem como consequência tirar o investigador do seu pedestal de dono do saber e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que ele acredita que seja importante sobre sua vida. Já que a vida individual e a vida social são uma construção em auto-reorganização permanente, as histórias de vida tanto organizam e refazem trajetos pessoais e sociais à luz e sob o impulso de projetos de identidade, como (re)elaboram

representações das condições de vida que os sujeitos sociais experimentaram. Encerram desta forma, uma grande subjetividade, mas consideramos que essa subjetividade não deve, de forma alguma, ser vista como um entrave.

Algo que merece a nossa atenção pois se identifica com o trabalho que estamos a desenvolver é o facto da história de vida de uma pessoa, para além de todas as subjetividades individuais e da idiossincrasia de alguns factos, acaba por ser social e não apenas singular. “Se se regista como tal um testemunho individual, isto não quer dizer que se valoriza o indivíduo, entidade adulta e singular, mas sim que ele é aqui tomado como amostra da comunidade» (Sapir, 1967 in Poirier, 1995:45).

Como nos refere Tinoco, temos “dois modos complementares de encarar a sistematização das histórias de vida: a primeira centra-se sobretudo no indivíduo e nas suas particularidades para depois confrontar-se com interpretações teóricas; a segunda, serve-se da história de vida como instrumento de levantamento de regras sociais de determinadas subculturas ou segmentos específicos da sociedade” (Tinoco, 2004:4). Desta forma, no nosso trabalho a operacionalização da técnica é enformada em algumas questões prévias pois pretendemos “explorar uma parte da vida do narrador” (Poirier, 1995:47), não esquecendo no entanto, a relevância da sua vida na totalidade, a nossa análise focaliza-se nas perspetivas individuais mas mais do que isso, em análises que nos dizem muito sobre este contexto particular de ex-reclusos, ou seja, regista-se “um testemunho individual (...) que é aqui tomado como amostra da comunidade” (Vieira, 1999). Concordantemente, servimo-nos das histórias de vida como instrumento de levantamento de regras sociais de determinadas subculturas ou segmentos específicos da sociedade. “Neste caso, a motivação da investigação não se centra na história de vida propriamente dita, mas no que ela autoriza concluir das relações interpessoais de determinada comunidade” (Tinoco, 2004:4), trazendo à luz, direta ou indiretamente, uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Idalina Conde (1993) na sua análise usa o exemplo dos artistas, nós estendemos esse exemplo aos reclusos e ex-reclusos afirmando que nestes casos, “a alusão aos grupos torna-se particularmente necessária para situar a biografia do sujeito, até para de facto compreender, a (auto)produção da ‘individualidade do indivíduo’ em convergência/demarcação face aos seus outros mais próximos (grupos de pertença) e dos seus outros ideais (grupos de referência).” (Conde, 1993:205)

Em suma, se nos propomos a estudar processos de formação de atitudes, da construção social de mentalidades, responsáveis no fundo pelas práticas e representações sociais que

constatei, então o recurso à metodologia das histórias de vida está, por si, justificado. Colocamos, por fim, uma questão que nos parece esclarecer a pertinência desta técnica, ‘como entender o entendimento dos actores – se acreditamos que ele é construído e, portanto, fruto do passado – sem recorrer à história?’.

Tendo em conta o apresentado, o objetivo passa pela construção do que Bernard Lahire (2006) operacionaliza como retratos sociológicos. Estes permitem “trazer à tona configurações relativamente singulares de propriedades gerais e relacionar o conjunto de informações a determinados contextos familiares, escolares, profissionais ou de amizade, eles puxam vários fios ao mesmo tempo para chegar a uma trama com motivos singulares, e também situam as práticas e as preferências em redes complexas de limitações cruzadas a que os indivíduos estão presos” (Lahire, 2006:25/26). Assim, a construção de retratos sociológicos destes indivíduos auxiliam ao levantamento de algumas questões relativas a fatores potenciadores ou inibidores quer de percursos de vida, quer da (re)inserção social.

Apresentada que está a metodologia e técnicas de recolha de informação, não podemos, nem devemos, certamente, esquecer a metodologia de análise do material recolhido.

3.3.2- Análise de Conteúdo

O trabalho com documentos escritos faz-se através da análise de conteúdo, uma técnica que requer que o investigador acione um grande esforço de abstração e de concetualização dos conteúdos dos documentos. É necessário definir categorias, pelas quais se codifica a informação, só desta forma é possível identificar e compreender o significado dos documentos em análise. A análise de conteúdo implica um conjunto de diferentes operações: primariamente delimita-se os objetivos concretos inerentes à análise de conteúdo (modelo de análise, as variáveis a considerar, as hipóteses); seguidamente, define-se um corpus de análise, o material a analisar produzido direta ou indiretamente para o estudo; aquando da conclusão destas operações, definimos as categorias, que podem ser definidas à priori, ou então, em função de um sistema à posteriori em que a informação recolhida nos permite construí-las. A maioria das vezes, o ideal na construção de categorias é combinar os dois modos. A objetividade, exaustividade e exclusividade também são características importantes, já que não podem existir duplos sentidos e deve-se esgotar a totalidade da análise. Por fim, é ainda essencial, definir as unidades de análise fundamentais para o tratamento dos dados. Há três grandes tipos de unidade de análise: unidade de registo, a unidade de contexto e a unidade de numeração. As três principais categorias de métodos de análise de conteúdo são as análises temáticas, análises formais e análises estruturais.

No que concerne ao nosso projeto de investigação, realizamos o tratamento pela análise vertical das mesmas, não descurando a possibilidade de cruzamentos de informação entre as entrevistas, através de uma análise horizontal. Em relação à análise vertical, extraímos alguns excertos exemplificativos dos comentários feitos pelo entrevistado, fizemos ainda pequenas sínteses sobre esses mesmos excertos. Deste modo, sínteses e excertos constituem uma determinada categoria de análise.

3.4- Guiões de Entrevista

Algo também relevante que se apresenta como a uma opção por nós tomada, é as características dos guiões de entrevista apresentados (em anexo: Anexo 1- Guião Entrevista a Técnicos; Anexo 2 – Guião de Entrevista a Ex- Reclusos). Como se pode ver, tanto o guião de entrevista para técnicos como para ex-reclusos, sobretudo este último, por ser com fim de história de vida e que pressupõe apenas a especificação de alguns tópicos, podem ser considerados bastante extensos. Pensamos seriamente nesta questão no entanto, optámos por fazer uma definição maior das perguntas, procurando com as mesmas abordar distintos campos e períodos da vida do indivíduo. Esta opção deve-se sobretudo às características da população, indivíduos com uma escolaridade muito reduzida, marcados pela quebra de laços sociais o que pode influenciar o seu ‘à vontade’ na expressão. Assim, tendo as perguntas enunciadas no guião procuramos dosear as nossas intervenções e se o entrevistado no seu discurso respondeu de forma abrangente, cobrindo as questões que queríamos colocar, então essas não foram novamente colocadas. No fundo, o que pretendemos explicar é que todas aquelas questões eram de resposta essencial e estando no guião é uma forma de garantirmos que não cairiam no esquecimento.

Em jeito de conclusão, sabemos o carácter fundamental das boas opções metodológicas no sucesso da realização de um trabalho de investigação e é, de acordo com essa ideia, que optamos conscientemente pela metodologia de carácter qualitativo pois a que nos dá mais garantias de cumprimento dos objetivos a que nos propusemos. Sabemos que “os estudos qualitativos são especialmente vulneráveis à crítica porque não seguem esquemas previamente planeados, não utilizam processos de amostragem que possam assegurar a representatividade estatística da informação analisada” (Katz, 1983 in Foody, 1996:17). No entanto, se queremos aceder à interioridade destes sujeitos, perceber o seu papel e as suas vivências, por suas palavras, certamente esta é a metodologia correta a operacionalizar.

4. Instituições de Acompanhamento (DGSP e DGRS)

Passamos, neste momento a apresentar o Sistema Prisional português. Para tal baseamo-nos, sobretudo em informações disponíveis no site da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)⁴, sendo esta abordagem seguida de uma breve apresentação de alguns dados estatísticos que caracterizam a população prisional nacional. Consideramos ser também relevante, para o enquadramento desta abordagem, uma breve apresentação da Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS) e, como complemento, alguns dados estatísticos que suportam e caracterizam o trabalho destes técnicos.

4.1. Breve apresentação da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)

A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) é um serviço da administração direta do Estado, integrado no Ministério da Justiça. Tem por missão assegurar a gestão do sistema prisional, executar as penas e medidas privativas de liberdade, garantindo a criação de condições para a reinserção social dos reclusos e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social. A orgânica da DGSP foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 125/2007, pelas Portarias n.ºs 516/2007 e 559/2007 e pelo Despacho n.º 22 058/2008.

Para a área do tratamento penitenciário foi adotado o modelo de estrutura matricial agrupada por centros de competência que regula os estabelecimentos prisionais do distrito judicial do Porto, Coimbra, Lisboa e Évora. Emite periodicamente os instrumentos de Planeamento e Gestão de atividades com Relatórios, Planos de Atividades e Balanço Social.

A prestação de cuidados de saúde é assegurada pelo Hospital Prisional S. João Deus (HPSJD) e pelas Unidades de Saúde internas, dispondo alguns de enfermarias que dão cobertura a vários Estabelecimentos Prisionais da respetiva Zona. Sempre que se justifica os reclusos têm acesso ao Serviço Nacional de Saúde. No que às dependências diz respeito, a DGSP dispõe de Programa Orientados para abstinência com Unidades Livres de Droga; Casa de saída e Programas farmacológicos (Metadona, Buprenorfina e Antagonistas).

Relativamente ao ensino da população prisional, este é assegurado em todos os estabelecimentos prisionais nos termos do Despacho-Conjunto n.º 451/99. Até 1979, o ensino foi assegurado por técnicos do Ministério da Justiça colocados nos Estabelecimentos Prisionais que acumulavam as funções docentes com outras tarefas na área da educação. A partir desta data, o ensino passou a ser assumido pelos Ministérios da Justiça e da Educação. Nos últimos anos, e respondendo às necessidades educativas da população prisional, o número total de reclusos a frequentar o ensino aumentou de acordo com o site da DGSP.

⁴ <http://www.dgsp.mj.pt/>

Paralelamente, ao abrigo do mesmo diploma legal e inserido no projeto educativo de cada Estabelecimento Prisional, são implementadas diversas atividades extracurriculares e ministrados cursos de educação extra-escolar. A formação profissional, por sua vez, assume especial relevo como instrumento promotor da reinserção social dos reclusos e, consequente, prevenção da reincidência. A fim de atingir este objetivo, a oferta da formação é constantemente redefinida e reprogramada de forma a responder quer às constantes mutações do contexto prisional, quer às exigências do mercado laboral.

No que ao trabalho prisional diz respeito, a DGSP propõe-no como finalidade educativa e produtiva. Devidamente, remunerado de acordo com a aptidão do recluso. Tem sido desenvolvido dentro dos estabelecimentos prisionais no âmbito das infra-estruturas económicas existentes e através da articulação com entidades do setor público/privado, procurando assim diversificar as atividades ocupacionais/ laborais adequando-as, sempre que possível, às características da população e à oferta de trabalho. Na vertente da empregabilidade e capacitação de competências profissionais, o apoio à Reintegração Social dos Reclusos, consubstancia-se na preparação da liberdade condicional, interação com redes de apoio social e associações que prosseguem objetivos de reinserção social, implementação de programas de apoio a reclusos com necessidades para preparação da saída, designadamente através do estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e IPSS's.

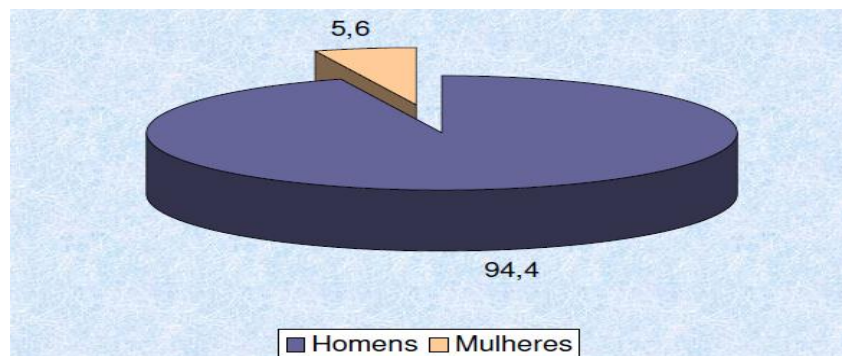
Algo que apenas recentemente começou a ser trabalhado nos Estabelecimentos Prisionais é a Animação Sócio-Cultural. É, atualmente, uma prática em crescimento, observando-se nos últimos anos uma crescente participação da comunidade exterior relativamente a um conjunto de iniciativas promovidas. Relativamente às práticas de atividades físicas e desportivas no meio prisional este é um elemento de extrema importância no âmbito dos objetivos gerais do tratamento penitenciário. Com efeito, além da vertente de ocupação dos tempos livres e da criação de espaços de descompressão, a atividade desportiva, pode desempenhar um papel fulcral na promoção de estilos de vida saudáveis que influenciam diretamente o bem-estar, a saúde e o equilíbrio emocional dos reclusos, aspetos que se refletem positivamente no plano individual e também ao nível da própria instituição prisional.

Em suma, a DGSP, lançando mãos a várias redes, procura que a vivência da reclusão tenha, na vida dos indivíduos, o menor impacto possível, trabalhando e despendendo neles várias capacidades que os conduzam a uma reinserção social plena.

Podemos ver neste primeiro quadro (Quadro nº1) as características da população prisional no mês de Junho de 2012, sendo esmagadora o domínio do sexo masculino (94,4%)

fato também demonstrado pelo estudo realizado por Torres e Gomes (2002), que verificaram “o carácter assimétrico da reclusão entre os grupos de sexo”, sendo predominante a população masculina” (Torres, Gomes, 2002:28). A subrepresentação feminina está presente na generalidade dos países, factor explicado por diversos motivos, sobretudo trajetórias sociais e familiares distintas. Estes dados foram também eles relevantes para nos auxiliar na decisão de integrar apenas indivíduos do sexo masculino na nossa amostra.

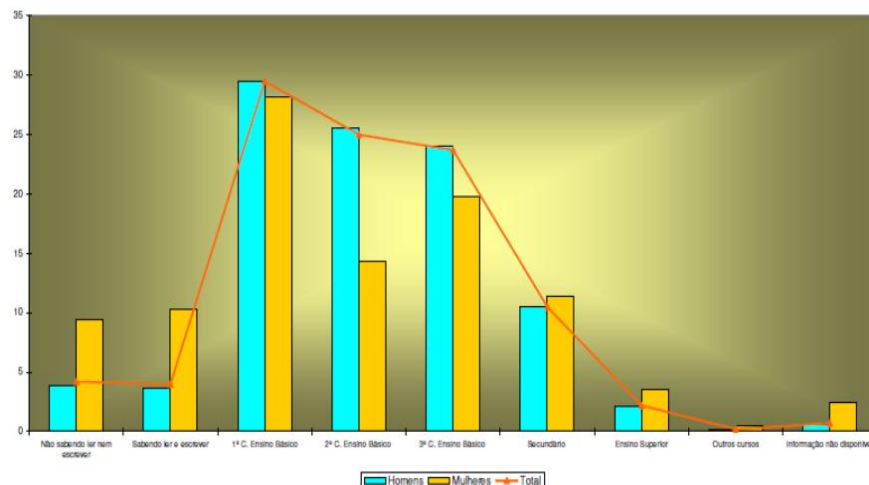
Quadro1 – População Reclusa por género



Fonte: Direcção dos serviços de planeamento e relações externas – DGSP, Estatísticas trimestrais de 2012

No quadro seguinte (2) temos uma outra característica da população prisional, as habilitações escolares muito baixas (sobretudo o 1ºciclo) tanto no caso das mulheres como dos homens. É de destacar também, a situação paradigmática das mulheres que em comparação com os homens, são quem apresenta menos qualificações, pois estão mais representadas que eles no nível sem grau de ensino as, ao mesmo tempo, são as mais representadas nos níveis secundário e superior. Este último com uma diminuta expressão.

Quadro 2 - Distribuição da população reclusa por sexo e habilitações literárias

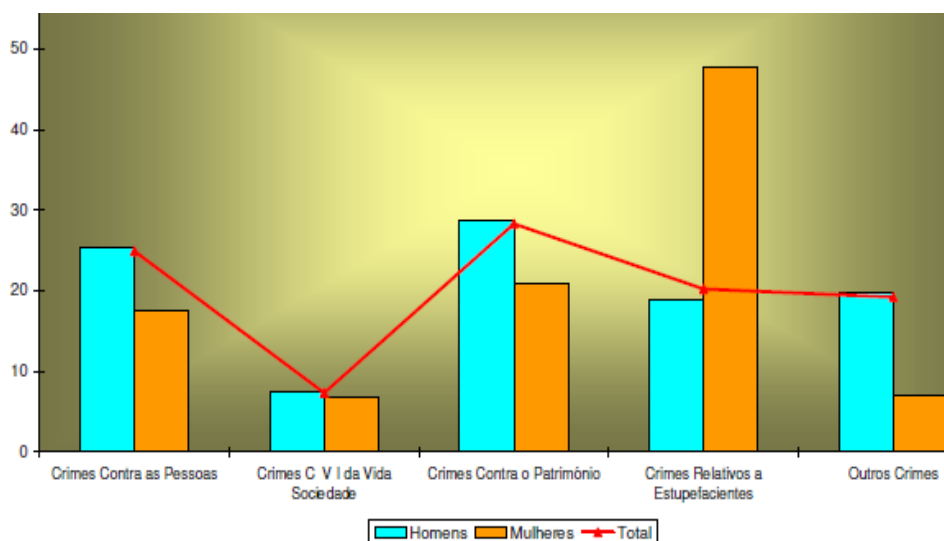


Fonte: Direcção dos serviços de planeamento e relações externas – DGSP, Maio de 2012

Remontando ao estudo já referido (2002), relativamente à escolarização, é marcante a elevada taxa de analfabetismo e de indivíduos que, embora declarem saber ler e escrever, nunca frequentaram a escola. Como possível explicação apresenta-se “as elevadas taxas de insucesso e abandono precoce do sistema educativo que se verificam em Portugal, em particular nos setores socialmente mais desfavorecidos” (Torres, Gomes, 2002:30). A população reclusa apresenta valores de escolarização bem mais fracos do que a população no geral, sendo as diferenças mais exacerbadas nos níveis de escolaridade mais elevados. Estas diferenças “são indicadores de trajetórias específicas, nomeadamente escolares, reflexo de condições sociais desfavorecidas e/ou de difícil relação com a escola pautando-se muitas vezes pelo insucesso ou pelo abandono, cujos efeitos contribuem de forma decisiva para reforçar situações de exclusão” (idem:33/34). Trajetória de exclusão que se prolonga mesmo após o período escolar pois a falta de formação dificulta a integração no mercado de trabalho e a exclusão de uma vida social minimamente prestigiada, o que contribui para potenciar a delinquência, o desvio e consequentemente, o contato com o mundo criminal e presidiário.

No que aos crimes diz respeito, fazendo uma diferenciação novamente entre homens e mulheres, podemos ver no quadro 3 que os homens (nossa população de análise) têm uma maior representação em crimes contra pessoas e crimes contra o património. As mulheres estão condenadas mais por crimes relativos a estupefacientes, sendo a diferença relativa aos homens significativa. É verificada uma paridade em ambos os sexos em crimes contra a vida em sociedade.

Quadro 3 – Crimes cometidos por homens e mulheres condenados.



Fonte: Direcção dos serviços de planeamento e relações externas – DGSP, Estatísticas Trimestrais 2012

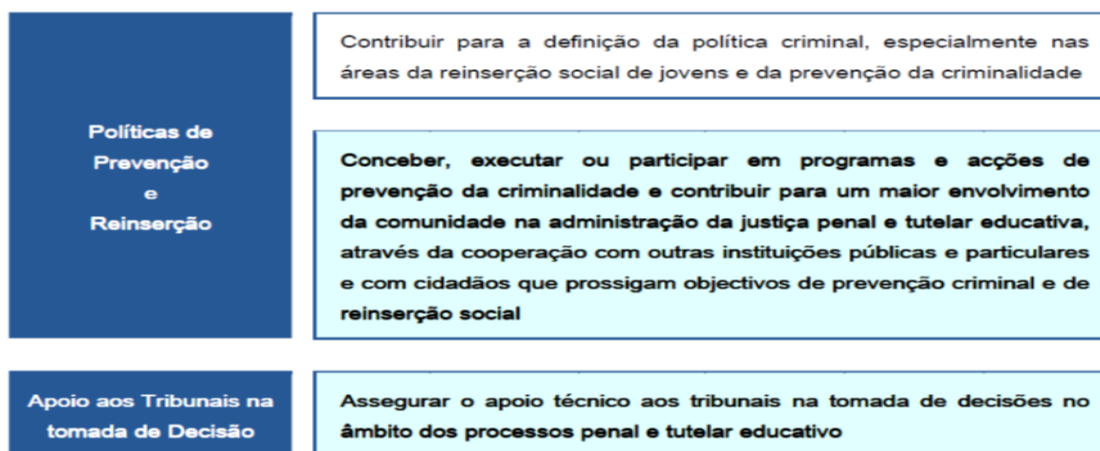
Ao contrário do que à primeira vista se supõe a partir da teoria de ‘brandos costumes’, o sistema penal e a justiça portuguesa têm a mão bem pesada. Portugal é um dos países da Europa Ocidental onde é mais longa a duração das penas e o tempo de permanência na prisão, com valores muito acima da média. Portugal é também o país onde se encontra o maior número de reclusos por cem mil habitantes de toda a União Europeia e onde se verificam igualmente os valores mais elevados de sobrelotação nos estabelecimentos prisionais. Em contrapartida, Portugal é dos países europeus com uma das mais baixas taxas de criminalidade, em especial, da criminalidade violenta. (c.f.Torres; Gomes, 2002:215).

4.2. Breve apresentação da Direção Geral de Reinserção Social (DGRS)

A Direção Geral de Reinserção Social é um serviço central da administração direta do Estado. Tutelado pelo Ministério da Justiça, tem como missão definir e executar as políticas de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos, promovendo e executando medidas tutelares educativas, penas e medidas alternativas à prisão. As suas finalidades são a reinserção de jovens e adultos que entraram em conflito com a lei e a prevenção da delinquência. “Agir para integrar” é a expressão que manifesta a identidade e a visão estratégica deste serviço de justiça, integrando aqueles que se consideram ser os valores básicos da organização: acreditar na capacidade de mudança do ser humano; garantir a promoção dos direitos humanos; valorizar a reinserção social e servir a comunidade.

De acordo como o atual quadro legal, a DGRS atua nas áreas apresentadas (Fig.1) de forma a dar cumprimento à sua missão.

Figura 2-Áreas de atuação da DGRS



Execução de Penas e Medidas	Assegurar a execução das medidas tutelares educativas e de penas e medidas alternativas à prisão e a execução de penas e medidas com recurso a meios de vigilância electrónica
	Colaborar com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais na preparação da liberdade condicional e assegurar o seu acompanhamento, bem como o da liberdade para prova
	Assegurar a gestão do sistema de vigilância electrónica e a execução de penas e medidas com utilização de meios de vigilância electrónica
	Assegurar a gestão e segurança dos centros educativos e de outros equipamentos destinados à reinserção social de jovens
Cooperação	Contribuir para a elaboração de instrumentos de cooperação judiciária internacional e assegurar o cumprimento de procedimentos resultantes de convenções em que a Direcção-Geral seja a autoridade central
Prestação de Informação	Recolher, tratar e divulgar os dados estatísticos relativos a centros educativos e à reinserção social e colaborar com a DGPJ na compilação dos dados que devam integrar a informação estatística oficial na área da Justiça

Fonte: Caraterização da Atividade Operativa da DGRS- Outubro 2010:10– Ministério da Justiça

A criação do Instituto de Reinserção Social esteve ligada à reformulação das sanções criminais e ao objetivo de reforçar o recurso a meios de controlo penal não prisionais, com especial notoriedade para o trabalho em favor da comunidade. Enquadra-se no âmbito da reforma penal de 1982. Esta instituição, agora intitulada Direcção-Geral de Reinserção Social (Reforma da Administração Pública, 2006), exerce a sua atividade junto dos tribunais através dos técnicos de reinserção social. O principal papel dos Técnicos de Reinserção Social prende-se com a efectivação dos direitos sociais, económicos e culturais e com a manutenção da dignidade humana.

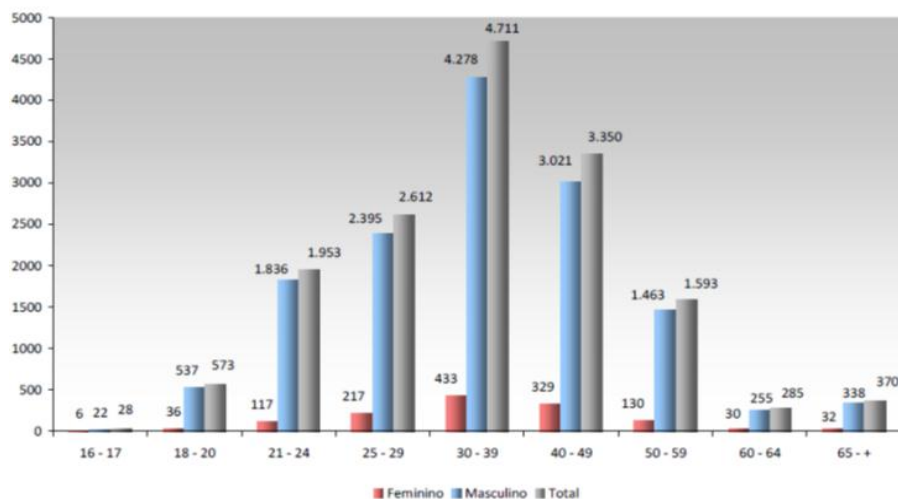
A DGRS encontra-se organizada nas seguintes unidades orgânicas nucleares: áreas de apoio técnico à atividade operativa; áreas instrumentais, nomeadamente recursos humanos, finanças e património; áreas de apoio à gestão; delegações regionais, 4 no continente e 2 nas regiões autónomas, estas sub-divididas por áreas penais e a rede de centros educativos.

No plano estratégico da DGRS para o triénio de 2010-2012 podemos ler que as medidas propostas para este triénio visam “aumentar a coesão e o bem-estar social, (...)”

prevenir mais eficazmente futuras situações de criminalidade, criar melhores condições de reintegração (designadamente através da qualificação) e melhorar a deteção precoce de situações de risco ou de delinquência, ou seja, prevenir a reincidência” (DGRS – Plano Estratégico 2010 -2012:16).

Passamos agora a apresentar algumas estatísticas que ajudam a elucidar o trabalho efetuado por estas equipas e as características da população com que trabalham. Podemos ver (Quadro 4) que o grosso da população é do sexo masculino, tal como já tínhamos visto nas características da população prisional, e que as faixas etárias mais representadas em ambos os sexos é 30-39 e 40-49 anos, sendo que as categorias imediatamente anteriores e posteriores têm também alguma relevância. Relativamente pequena é a representação de indivíduos com menos de 20 e acima dos 60 anos.

Quadro 4 – Total de pessoas em acompanhamento na DGRS por sexo e grupo etário



Fonte : DGRS Difusão Estatística 2009:31

Em cumprimento de medidas na comunidade no âmbito penal e acompanhados pela Direção Geral da Reinserção Social, (Quadro 5) a grande maioria dos casos está em suspensão da execução da pena de prisão, sendo seguida pela substituição por multa por trabalho e liberdade condicional. No caso dos homens, a liberdade condicional é a segunda categoria mais representada, factor influenciador na nossa escolha para trabalhar com indivíduos em cumprimento deste tipo de medida.

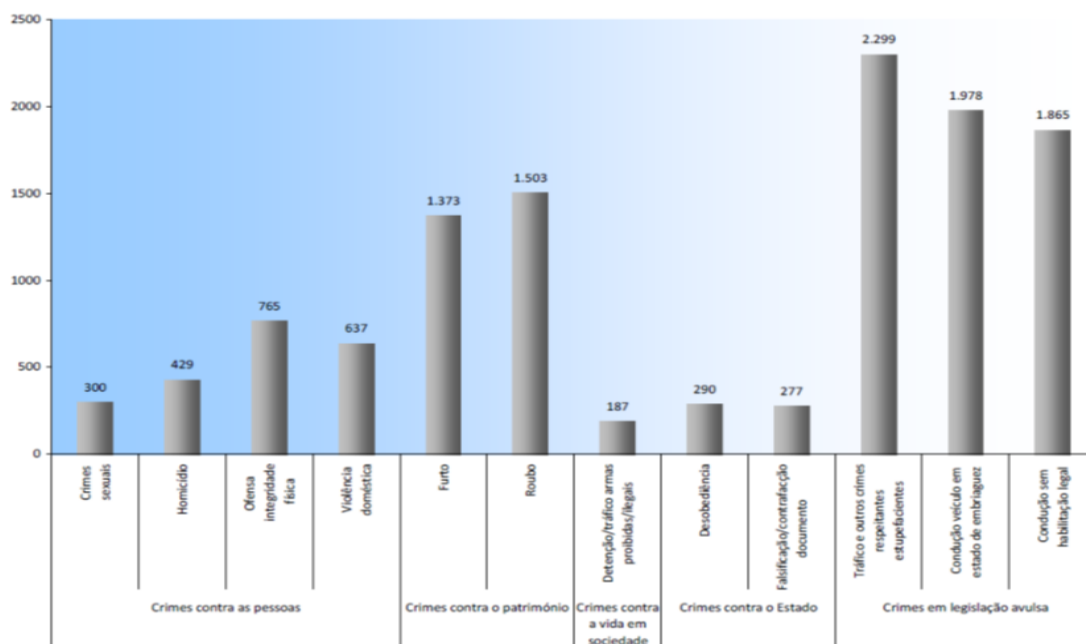
Quadro 5 – Pessoas em cumprimento de medidas na comunidade no âmbito penal

Tipo de medidas	Homens	Mulheres	Total
Suspensão provisória do processo	2.276	240	2.516
Prestação trabalho a favor comunidade	706	34	740
Substituição multa por trabalho	2.751	374	3.125
Suspensão da execução da pena de prisão	5.789	434	6.223
Liberdade condicional	2.834	274	3.108
Inimputáveis em liberdade	207	21	228
Total	14.563	1.377	15.940

Fonte – DGRS – Difusão Estatística 2009 p.32

Neste âmbito é ainda relevante vermos a diferenciação por tipo de crimes (quadro 6), sendo a maioria crimes em legislação avulsa e crimes contra o património. Dentro do primeiro tipo predominam crimes relacionados com estupefacientes e, no segundo, não há diferenciações significativas entre roubos e furtos.

Quadro 6 – Pessoas em cumprimento de medidas na comunidade no âmbito penal por tipo de crime



Fonte – DGRS – Difusão Estatística 2009:37

Após esta apresentação de duas sedes relevantes neste tipo de trabalho, a DGSP e a DGRS, e uma análise mais descritiva de alguns dados estatísticos referentes às populações com que ambas as instituições trabalham, passamos agora à apresentação e análise dos dados por nós recolhidos, quer com os técnicos quer com os ex-reclusos.

5. A “voz” dos intervenientes – Técnicos de Reinserção Social e Ex-reclusos

Após a pesquisa bibliográfica e a construção de um esquema teórico abrangente e intensivo que nos permitiu ter uma perspetiva dos estudos realizados nesta área e as contribuições teóricas mais relevantes, avançamos para o trabalho de terreno para recolher testemunhos, na primeira pessoa, dos principais intervenientes em todo este processo de reinserção social, os ex-reclusos e os técnicos de reinserção social.

Como já referido na parte metodológica, foram realizadas entrevistas com o fim de histórias de vida a 8 ex-reclusos e 1 entrevista em grupo a 4 técnicas. Ambos os grupos foram pensados por amostra por conveniência, visto estarmos a trabalhar com uma população já de si mesma de difícil acesso, facto agravado com a opção pelas liberdades condicionais (regime cujo número de casos é diminuto nos gabinetes). Assim, tivemos que recorrer ao gabinete de reinserção social Porto Penal 4, cujas técnicas nos indicaram alguns ex-reclusos que acompanham nos processos de liberdade condicional e se mostraram disponíveis para colaborar no nosso estudo. Todas as entrevistas foram realizadas numa sala do Gabinete de Reinserção Social Porto Penal 4, em que estava apenas eu, como entrevistadora, e o ex-recluso a ser entrevistado e no outro caso, as técnicas. Com a devida autorização, procedi à gravação das entrevistas para posterior análise. Realço aqui a dificuldade de acesso a esta população sendo que neste processo de recolha de informação, nos dirigimos variadíssimas vezes ao gabinete onde seriam realizadas as entrevistas e, em várias dessas vezes os indivíduos não compareceram às marcações, tornando mais complexo e moroso todo este trabalho.

5.1. Técnicos de Reinserção Social (TRS)

Os técnicos de reinserção social (TRS) desempenham um papel fulcral no acompanhamento dos processos, quer ainda durante o cumprimento da pena de prisão quer posteriormente, quando o indivíduo enfrenta a liberdade condicional. São eles a instância de contacto entre o indivíduo e a justiça, mais propriamente os tribunais. Estes, além do acompanhamento com entrevistas regulares, representam uma força de controlo constante dos passos dados, assim como exercem o papel de agilizar a documentação necessária em todo o processo. Não é um trabalho fácil, por várias ordens de razão, desde o trabalhar com indivíduos que em muitos dos casos interferem com o sistema de crenças e valores destes técnicos ao facto da bagagem que todos nós, enquanto seres sociais somos portadores de estereótipos por exemplo, que dificultam esta relação. O técnico enquanto agente de auxílio a

estes indivíduos não se pode deixar levar por estas questões. Sabemos que “não é fácil despir-me dos meus valores, das teorias que aprendi, dos esteriótipos que introjectei, da minha história, para simplesmente ‘estar com’ e ouvir, ver, sentir, sem julgar, sem imaginar, sem interpretar o outro” (Calado, 2010:104). No entanto, é este o trabalho que quotidianamente enfrentam, tentando trabalhar com a visão de “que aquele que está diante de mim é uma pessoa única, irredutível, que não tem necessariamente de ser um ‘delinquente’, que pode, apesar de todos os condicionalismos da sua história de vida, escolher ser diferente” (idem:105).

Na apresentação dos nossos dados, optamos por não fazer uma diferenciação dos excertos retirados pelas distintas técnicas, uma vez que todas concordavam com o que era dito e sempre que isso não aconteceu, houve espaço para que as intervenções fossem todas registadas de forma a retirarmos o máximo proveito dos seus depoimentos.

Questionadas sobre a forma como se inicia o contacto entre técnicos e os indivíduos em cumprimento de medidas alternativas, as técnicas afirmam que “*efetivamente há intervenção já durante o cumprimento da pena de prisão*”, por equipas que desenvolvem um trabalho como técnicos de reinserção social mas dentro dos estabelecimentos prisionais, ou seja, há um intercâmbio de trabalho entre equipas de reinserção social internas e externas aos EP’s. Os indivíduos chegam às equipas de comarca em diferentes tempos, “*podem chegar-nos a nós ainda durante o cumprimento de pena de prisão, pela articulação que é feita, nomeadamente para preparação para a libertação futura, para a preparação de medidas jurisdicionais, medidas de flexibilização da pena (...) ou depois, durante o decurso das liberdades condicionais, acompanhamos a execução da liberdade condicional*”. O critério para a atribuição dos casos a determinadas equipas é a área de residência. No nosso trabalho, estes casos “*chegam aqui (Equipa Porto Penal 4) porque a sua residência esté dentro dos nossos círculos jurisdicionais que são Maia, Gondomar e Valongo*”.

Segundo as mesmas, o acompanhamento realizado com os indivíduos ainda em cumprimento de pena de prisão, assenta sobretudo “*na avaliação da família, na avaliação do impacto da comunidade, toda a sua trajetória*”. Quando formalmente é concedida a liberdade condicional “*eles têm cinco dias para se apresentarem na equipa territorialmente competente para o seu acompanhamento (...) e a partir daí damos início ao nosso acompanhamento*”. “*O indivíduo fica obrigado a cumprir aquilo que é determinado na decisão judicial, vem normalmente referido pelo TEP (Tribunal de Execução de Penas) algumas obrigações que lhes são conferidas*”.

Todas as decisões, tomadas pelos técnicos presentes nos estabelecimentos prisionais e, por vezes, com a colaboração dos técnicos de terreno (agentes com maior proximidade com o meio residencial, com a família, com as instituições de suporte) podem contar com a participação dos reclusos, inicialmente na elaboração do PIR (Plano Individual de Readaptação), algo que nem sempre acontece. Esta planificação como dizem as técnicas *“mesmo contando com eles, há imposições seja da moldura penal, do plano de família, há coisas que não se consegue alterar”*. Para estas *“é óbvio que convém trabalhar as questões motivacionais para depois se conseguir que a ação decorra, portanto a esse nível nós trabalhamos sempre com os indivíduos, seja nessa ou em qualquer âmbito da reinserção social, é desejável tecnicamente, no sentido deles concordarem e no fundo, contratualizarem algumas das ações e objetivos a ser desenvolvidos para a tal reinserção, reabilitação, sendo que se não tivermos essa colaboração (dos ex-reclusos) os objetivos são na mesma propostos por nós, desde que tecnicamente fundamentados”*.

O papel de gestor de caso é relevante assumindo um carácter centralizador na construção dos processos de intervenção pois é aglutinador das *“várias dinâmicas que vão sendo geradas, baseadas no estabelecimento de uma relação de confiança com o indivíduo”*. Além dos papéis e funções tradicionais *“deverá funcionar como principal conhecedor das várias dimensões do processo, mantendo o ‘fio condutor’ da intervenção”* (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:18). Apesar de nesta equipa penal não haver este papel de gestor de caso pelo que nos foi explicado ele existe indirectamente na medida em que há uma técnica responsável pelo processo e ela faz as propostas de intervenção, orienta-as nos espaços e tempos a ser realizados, sendo o elo de ligação entre o indivíduo e o sistema de justiça. Têm, também alguns técnicos com especialização em alguma temática e nesses casos, os processos ligados a essa especialização são atribuídos a esse técnico, como é o caso da violência doméstica. No geral, *“a distribuição dos casos tem a haver não só com o volume de trabalho, obviamente os processos mas as problemáticas, por vezes, é atendido pela formação de base do técnico”*.

No que diz respeito à intervenção, mais concretamente, ela depende dos casos, *“se na avaliação as indicações foram de agilização das dimensões individuais e familiar, elas não podem ser esquecidas”*, também a questão do trabalho *“no sentido de permitir alguma autonomia do indivíduo devem ser priorizadas”* na intervenção efetuada. *“A nossa intervenção é numa dimensão global, (...) quando estamos a trabalhar com o indivíduo de forma associada estamos a trabalhar os seus papéis, diariamente, claro que a nossa intervenção não pode ir e se o indivíduo não concordar e muitas vezes, ele próprio também*

nos centra naquilo que é importante”. Esta intervenção depende muito e ganha contornos distintos dependendo da recetividade apresentada pelo indivíduo a ser intervencionado. Quando a recetividade é grande há uma maior capacidade de trabalho e encaminhamento para os locais indicados ao tratamento ou formação do indivíduo, pelo contrário quando não há recetividade pode chegar a casos de comunicação ao tribunal. Acima de tudo, a sua intervenção tenta ser consentânea com as restantes como a segurança social, a escola por exemplo dos descendentes, os serviços comunitários. Os indivíduos *“são orientados no fundo para acionar diferentes organismos para numa situação de crise saberem como ou de que forma resolver”.* *“É trabalhado ao longo da intervenção que eles criem as competências (...) através de algumas dicas, indicações e alguns conselhos da forma como encontrar trabalho, vamos dando os instrumentos, vamos dando ferramentas”,* no fundo trabalhando competências. Neste trabalho *“ajudar o outro significa ajudar a ajudar-se a si próprio. Implica isto, não nos substituímos ao outro neste processo, mas sim estimularmos a actualização dos recursos que o outro detém para que ele ‘caminhe com os seus próprios pés’.* Desenvolver o ‘auto-apoio’, a autonomia, promover a individuação, ou o empowerment, ‘tornar-se pessoa’, como lhe queiram chamar, pois apesar das diferentes linguagens a que estes conceitos pertencem, eles significam e visam o mesmo” (Calado, 2010:105).

Quanto aos limites da sua intervenção, esta *“é balizada pelos limites legais que são impostos ao indivíduo, portanto um indivíduo que está em cumprimento de pena de prisão e depois em liberdade condicional, a intervenção judicial decorre no tempo até ao termo da pena, portanto é balizado por aí, a intervenção cessa quando acaba esse período”.* Nessa fase, *“tudo o que é interação direta com o serviço cessa obrigatoriamente, não quer dizer que não venha a ser revogado, depois vai para o tribunal e pode haver uma decisão que altere mas com outras entidades e serviços é desejável que se mantenha, por isso é que é reinserção ou seja, devemos criar estruturas na interação com o indivíduo e com a comunidade que se mantenham depois de findar o apoio judicial, se elas ainda forem necessárias”.* Quando o processo cessa legalmente, os indivíduos deixam de ter acompanhamento, no entanto *“não quer dizer que as pessoas não possam vir cá falar connosco, por vezes nós até orientamos, fazemos um contato institucional”, “tentamos numa lógica mais de aconselhamento e orientação”.* O seu trabalho é desenvolvido no sentido de eles alcançarem *“uma maior consciência das suas necessidades, os recursos que podem acionar e preservar nesse processo”.* Afirmam que *“nalguns somos bem sucedidos na prevenção total de reincidência e até somos bem sucedidos em eles, no fundo, eles aceitarem que algumas necessidades devem ser intervencionadas, nomeadamente do foro clínico”.*

Questionadas sobre alguns fatores e aspetos comuns às histórias de vida destes indivíduos e que possam ter influenciado a sua conduta criminal, as técnicas dizem-nos que *“se é verdade que há alguns fatores que estão documentados e que nós sabemos que eles existem nestas populações, depois existem outros, que representam as tais singularidades”*. Nestes casos, para fazermos diferenciação *“aí teríamos que agrupar por diferentes naturezas de crime”*. Como regularidades temos *“percursos de grande instabilidade familiar, instabilidade profissional, poucos recursos económicos”*. Acreditam que, sobretudo na reincidência, *“nós quase vamos encontrando aquilo que a literatura aponta como sendo os fatores de risco, não estamos longe disso, que é em torno obviamente das características individuais, primeiro de tudo questões de personalidade, antisocialidade por aí, as questões da estrutura e da dinâmica e constituição familiar, questões relacionais, depois também a associação ao grupo de pares (...), consumo de dependências, álcool, drogas, jogos. Depois, a existência de, por exemplo, fatores de empregabilidade, ocupação desestruturada dos tempos livres, nos jovens então isto é muito mais notório”*. Quanto às questões familiares, do emprego, a questão económica *“elas aparecem quase de forma transversal, principalmente nas trajetórias de reincidência, portanto não nos primários porque os primários podem não ter nenhum desses fatores”* e, como tal, devem ser encarados como processos mais singulares muitas vezes dependentes de circunstâncias de momento que influenciam a acção.

Quanto à recetividade por parte dos ex-reclusos na intervenção realizada, todas concordam que varia muito e por isso, *“é difícil estabelecer assim padrões de regularidade”*, *“depende muito das condições específicas, quer individuais, quer pessoais, sociais, quer familiares, das problemáticas também, depende muito das problemáticas criminais, dos seus percursos, das suas trajetórias”*. Acreditam que *“não podemos esquecer que estamos num contexto que é coercivo por natureza, portanto os princípios voluntariedade, tudo mais tem que ser lido dentro deste contexto”*. Dizem-nos que na motivação é realmente importante que sejam avaliados os indicadores que o individuo vai mobilizar, se vai ter uma atitude de comprometimento ou não, pois *“há indivíduos que logo no primeiro momento claramente estão numa posição de recusa, de alguma provocação, até contestação do próprio sistema de justiça”*. Nesses casos, o desenvolvimento do trabalho é mais complexo e moroso.

Tendo em conta que a nossa abordagem se centra na partilha de histórias de vida, na intervenção tentamos perceber como é o relacionamento, a facilidade de partilha das histórias de vida dos ex-reclusos com estes agentes de controlo. Na visão das técnicas *“o nível de investimento que alguém coloca na partilha da história de vida, estou a falar do ponto de vista deles é evidente que será sempre condicionada pelo facto de ele saber que do outro*

lado, o interlocutor é alguém que no fundo vai dar informações à justiça o controlo, alguém que vai dar informações regulares ao tribunal”. Nesse sentido, consideram que por parte destes indivíduos “*haverá sempre efeitos de desejabilidade, de adequação...*”. Relativamente às mudanças que detetam no comportamento do indivíduo ao longo do acompanhamento, dizem-nos que “*vamos percebendo e a entrevista individual é uma das técnicas porque de facto, é um espaço em que percebemos, percebemos melhor, trabalhamos melhor*” e portanto, se as mudanças acontecerem aí serão visíveis, mas não chega esta intervenção pois “*a tendência geral é minimizar os comportamentos, negar os comportamentos*”.

Dando destaque ao papel das famílias em todo o processo, estas consideram ser “*fundamental essa articulação, claro que a lógica é sempre, a nossa ascendência é sobre o indivíduo, a intervenção depende da adesão e da perceção da própria família das vantagens da nossa intervenção*”, “*contar com as famílias é fundamental, é desejável*” no entanto, essa intervenção não está legitimada legalmente enquanto no indivíduo está, mesmo que este não queira. O envolvimento das mesmas difere e as técnicas usam o factor idade para explicar a diversidade, afirmando que “*a implicação da família para um jovem de 20/22 anos, um jovem adulto, para um indivíduo mais velho 40/50 anos aí sim é distinta, mesmo com as exceções, a regularidade que se pode encontrar é que as famílias mobilizam-se mais enquanto eles são jovens do que mais tarde*”. Os indivíduos com uma trajetória de criminalidade mais longa carateristicamente têm a família já mais desgastada, há menos motivação e não está tão presente a crença de que a intervenção realizada pode resultar. Destacam um apoio que está sempre presente “*o apoio da mãe é uma regularidade*”.

Um aspeto também muito relevante é percebermos a noção que os técnicos têm das fontes de motivação dos ex-reclusos para enfrentar a fase da reinserção. As entrevistadas consideram que são várias, nomeadamente “*ele próprio, ou seja, se para eles não tiver sentido a intervenção no sentido da não reincidência é uma tarefa quase impossível de realizar*”. Por outro lado, a família também assume um papel relevante “*pretender ter uma vida familiar, às vezes a existência de um filho, um elemento familiar que seja significativo pode ajudar. Por exemplo, o serem pais pode não ser logo mas há ali um momento, em que começa, começamos a sentir alguns sinais de que podemos ter responsabilidades*”. Neste aspeto da motivação, o facto de serem primários ou reincidentes é um factor relevante. Os reincidentes têm já algumas cristalizações que dificultam a mudança, “*enquanto quem está inscrito pela primeira vez neste processo é muito mais genuíno*”. Aqui reforçam que a culpa não é apenas do indivíduo que está a ser intervencionado, mas também “*de quem está à volta, nós técnicos também, a nossa capacidade de acreditar na mudança também é...*” difícil,

diríamos nós. Nestes casos, apresentam uma maior resistência à priori, tendo um nível de vigilância maior do que num primário, com o qual está *“mais nos limiões das expectativas”*. Como afirmam, *“aquele indivíduo que eu acompanho desde que estou há dezanove anos no serviço e portanto que já o vi entrar duas, três vezes no sistema de prisão portanto começo a ter menos plasticidade, até eu tecnicamente para propostas alternativas”*.

Quanto ao seu papel em todo o processo, as técnicas crêem que *“para eles deve estar bem claro qual é o meu papel, não, isto não impedindo que eu tenha um papel de ajuda que seja significativo para eles e que desejo ter como técnica”*. *“É importante criar uma empatia com a pessoa que estamos a acompanhar, mas também é importante que ele perceba o nosso papel e que nós estamos ali a trabalhar com ele mas estamos a trabalhar para a justiça e para a sociedade”*, ou seja, o seu trabalho é sempre desenvolvido nos liames da proximidade/distância necessários para que o acompanhamento seja eficaz mas distante o suficiente para que tenha o propósito de controlo. Perante as dificuldades acreditam que o seu trabalho *“é um trabalho de desgaste de resistência e, muitas vezes, não se compadecem com o trabalho que estamos a fazer”*.

Demonstram sentir alguma impotência para alguns casos em razão das dificuldades encontradas e algum desconhecimento de causas e soluções, afirmam que *“ainda não são muito claras neste momento, não é para nós, elas não são claras em lado nenhum, de que forma é que podemos prevenir a reincidência, não esqueçamos que esse é o objectivo do nosso trabalho”*. Não tendo uma receita para o seu trabalho, são firmes ao dizer *“claramente que a reincidência a maior parte dos casos é alto risco e é aqui que devemos, no fundo, investir toda a intensidade do nosso trabalho mas também tendo eu consciência ao fim destes anos todos, no início acreditava que não, que todos eram reabilitáveis, agora é com alguma tranquilidade que aceito internamente e pacificamente que às vezes não reabilitamos portanto para mim é gestão de risco neste momento”*, aí o trabalho tem que ser muito de controlo, da prevenção mais no sentido da questão securitária, minimizar os riscos de dano ao outro, sem já ser um investimento técnico em torno da reabilitação deste indivíduo.

Foi para nós relevante aferir a sua perspectiva das reais possibilidades de reinserção destes indivíduos, e aí dizem-nos que ambicionam *“tecnicamente uma reinserção funcional porque as dimensões individual são questões que acho que é difícil que se consiga alguns dos objectivos pelas características do ser humano”*.

Por fim, questionadas acerca da influência do rótulo para estes indivíduos *“eu já senti isso como mais significativo é engraçado”*, *“é, não só na percepção externa como nos próprios sujeitos, mesmo que possa ser um discurso instrumental de algum, de alguma*

reclamação e devolução da responsabilidade às instituições, nós temos muitos indivíduos com aquele discurso de que não fazem nada por nós, estivemos tanto tempo presos e estamos aqui porque as instituições não actuaram, não é? Esse discurso ahhh e o discurso de que chegando cá fora não tinham oportunidades de inserção porque de facto, tinha existido o estigma de terem estado presos, de terem cometido crime e noto isso como menos evidente e, se calhar, noto isso também porque a legislação mudou muito". Remetem também para as dificuldades que o mercado de trabalho atravessa neste momento, acreditando que o facto de ser ex-recluso já *"não tem a mesma, não funciona (...) mesmo com as entidades empregadoras, também acho que já há outra recetividade"*. Sentem isto, por exemplo, com o alargamento das medidas de trabalho comunitário em que as instituições públicas e privadas envolvidas têm outra recetividade acreditando que *"aquilo que é menos desconhecido porque há mais proximidade também se torna menos ameaçador"*. Consideram que *"a sociedade portuguesa é muito tolerante"*, e apesar de serem legítimas as preocupações há uma *"facilidade com que os integram, lhes abrem as portas sem qualquer receio"* é, por vezes, surpreendente. Acreditam que esta questão da preocupação com o labelling por parte dos ex-reclusos está mais presente nos primários, porque uma boa parte dos reincidentes *"são indivíduos sem grandes perspetivas, não é perspetivas, não há, não é um objetivo pertinente de vida deles o estar ativo no mercado laboral ou qualificação, é numa lógica muito mais subsidiária"*.

Acreditam que as mudanças da sociedade também ajudaram a que o impacto de ter estado preso seja menor, hoje em dia, na vida dos indivíduos. Por outro lado, a diversidade de crimes que hoje existe por comparação ao passado faz com que *"o delinquente pode ser alguém muito próximo, portanto (os indivíduos em sociedade) já se pode identificar mais depressa com alguém assim"*. O tipo de crime é também importante *"há tipos de crimes que são mais bem aceites do que outros"*. Algo que também contribuiu para a diminuição do impacto do labelling a seu ver é o facto de alguns tipos de crime não constarem no registo criminal, considerando *"o nosso sistema híbrido, separatistas mas que procura a vertente ressocializadora que permanece em Portugal"*.

Do trabalho efetuado com estes técnicos, pudemos constatar a sua entrega à causa que procuram defender mas concordamos com Ana Calado quando diz que é *"necessário um espaço de escuta ativa também para os técnicos, um espaço de supervisão que não se limite a ser a correção formal de relatórios, de um espaço de formação que concorra para o desenvolvimento pessoal e social de cada um destes profissionais"* (Calado, 2010:105).

5.2 Ex-reclusos

Devemos referir, neste início de abordagem, que a nossa amostra é composta exclusivamente por indivíduos do sexo masculino, todos residentes na área metropolitana do Porto, mais precisamente nos concelhos de Gondomar, Valongo ou Maia. Todos os indivíduos são de nacionalidade portuguesa com exceção de um de nacionalidade Romena, facto que espelha também as características da demografia nacional de à alguns anos atrás, vinculados numa forte veia de imigração de países de Leste europeu. Adicionalmente é uma amostra de que fazem parte dois indivíduos de etnia cigana, com percursos peculiares em alguns aspetos associados às tradições culturais e profissionais desta etnia.

Seguidamente, nas tabelas 1 e 2 pudemos ver algumas das suas características sócio-demográficas e da estadia nos estabelecimentos prisionais. São indivíduos com idades entre os 23 e 56 anos que em razão do incumprimento da lei permaneceram por um período de tempo nas prisões. A pena de prisão mais curta foi de 4 anos e 6 meses e a mais longa de 19 anos, sendo que apenas dois são reincidentes. Os crimes pelos quais foram condenados são de diversa ordem, desde crimes contra o património, crimes contra pessoas ou posse/tráfico e consumo de estupefacientes.

Para nós foi ininteressante a construção e reconstrução destas tabelas de síntese de análise. Num primeiro período construimo-las com as informações recolhidas das entrevistas com os ex-reclusos e posteriormente cruzamos dados com a análise dos seus processos. Pudemos ver que os discursos dos indivíduos são de aligeirar a sua conduta, não contando por exemplo todos os crimes ou modificando um pouco o que realmente aconteceu e consta nos seus processos. Este facto demonstra-nos a importância de triangulação das fontes onde recolhemos os nossos dados para análise.

Tabela 1 – Perfil Sócio-demográfico dos Ex-reclusos entrevistados

	Idade	Habilitações	Exp. Profissional	Estado Civil	Filhos	Apoio Familiar	Carreira Criminal
E1	25	8º Ano	Hotelaria	União Fato	Sim	Sim	Primário
E2	31	6º Ano	Diversos	Solteiro	Não	Sim	Primário
E3	36	12º Ano	Diversos	Divorciado	Sim	Sim	Primário
E4	43	2º Ano	Feiras	Casado	Sim	Sim	Reincidente
E5	34	4º Ano	Const. Civil	Casado	Sim	Sim	Primário
E6	50	2º Ano	Diversos	Solteiro	Não	Não	Primário
E7	36	4º Ano	Const. Civil	União Fato	Sim	Sim	Primário
E8	36	8º Ano	Diversos	Solteiro	Não	Sim	Reincidente

Tabela 2 -Caracterização dos ex-reclusos entrevistados quanto ao crime cometido, pena atribuída e concessão da liberdade condicional

	Crime	Pena Atribuída	Condicional	Termo da pena
E1	Tráfico de estupefacientes	4 anos e 6 meses (9/10/08)	Aos 2 anos e 3 meses (11/1/11)	9/3/13
E2	Roubo; Furto qualificado, sequestro	14 anos (1/4/99)	Aos 9 anos e 5 meses (22/9/2008)	1/4/2013
E3	Furto qualificado e detenção de arma proibida	4 anos e 9 meses (24/11/2007)	Aos 2 anos e 3 meses (8/4/2010)	24/8/12
E4	Tráfico de estupefacientes	5 anos e 6 meses (27/4/2008) + pena residual da anterior	Aos 2 anos e 3 meses (2/7/11)	6/9/14
E5	Violação	8 anos (22/11/04)	Aos 6 anos e 4 meses (9/7/10)	22/11/12
E6	Rapto; Sequestro; Roubo	14 anos (14/9/99)	Aos 11 anos e 8 meses (14/5/11)	14/9/13
E7	Homicídio qualificado	19 anos (1/5/99)	Aos 11 anos (9/12/2008)	30/4/2018*
E8	Tráfico de estupefacientes e detenção de arma proibida	4 anos e 9 meses (13/2/2009)	Aos 2 anos e 4 meses (13/6/11)	13/11/13

*Como a Liberdade Condicional não pode exceder os 5 anos a sua pena termina a 9/12/2013

Apresentadas que estão as características da nossa amostra, decidimos que a maneira mais frutífera de analisar os dados que obtivemos através das entrevistas seria dividir a sua apresentação por diferentes pontos, ***Antes do delito (Socialização); Delito; Experiência Prisional; Reinserção e Expetativas de Futuro.*** Nestes pontos, seguidamente apresentados, tocamos períodos e aspetos fundamentais da vida destes indivíduos, elencados e analisados em sub-pontos.

5.2.1 Antes do delito (Socialização)

No que à socialização do indivíduo diz respeito e a todo o período que este viveu antes da experiência prisional, explanamos não só as características pessoais do indivíduo, como também o seu percurso escolar, profissional, características familiares e aspetos que os mesmos consideram marcantes nesta fase das suas vidas e que, por algum motivo, possam ter influenciado a conduta que apresentaram posteriormente.

Sabemos da relevância, já anteriormente atestada, quer de algumas características pessoais ligadas a alguma rebeldia e antisociabilidade quer da importância dos diversos contextos de socialização que o indivíduo atravessa para a formação da sua personalidade e mesmo para conduzir as suas ações, daí a sua relevância no nosso guião de questões.

Caraterísticas de personalidade

Verificamos na generalidade dos casos que os indivíduos consideraram-se pessoas estáveis, acessíveis, sociáveis:

E1- *“ahhh, pronto sou uma pessoa bastante sociável, ahh pronto, sou uma pessoa que dou-me bem com toda a gente, não, não tenho ahhhh o meu feitio não é muito de ser, pronto arrogante e isso nada, dou-me bem com toda a gente sou uma pessoa correto, gosto de brincar, hummm”;*

E2- *“Sou uma pessoa sociável, sou uma pessoa que apesar de ter passado pelo que passei, sou um ser humano como qualquer outro”;*

No entanto, demonstram também ser portadores de algumas características de instabilidade como seja a teimosia, a impaciência, o nervosismo que em situações de crise no quotidiano se exacerbam, podendo estes ser fatores facilitadores da conduta criminal.

E7- *“Olhe sou uma pessoa muito nervosa e com muita pouca paciência assim pas coisas, não sou assim daquelas pessoas que se mantem calmo. É muito fácil enervar-me...”;*

E8- *“Sou teimoso... mais (silêncio), sou amigo do meu amigo, personalidade? em personalidade acho que á beira de outros estou mais ou menos. Sou extrovertido, dou-me bem com toda a gente, também quem não se der bem comigo não se dá bem com ninguém (risos)”.*

Relativamente a instâncias de socialização, procuramos que nos falassem da família, escola, grupo de pares e trabalho, espaços e ambientes estruturadores da vida e consequentemente da personalidade do indivíduo e catalizadores da acção do mesmo.

Família

No que à família diz respeito, destaca-se o fato de todos os indivíduos entrevistados, por uma outra razão, serem provenientes de família desestruturadas e que encerram problemas de vária ordem. Denota-se em alguns dos casos, a ausência na educação de um dos pais, carreira criminal presente na família e ainda a convivência com indivíduos já marcados por alguns vícios como drogas ou jogo. Apesar destas problemáticas, todos, numa primeira análise, afirmam ter uma óptima relação com os familiares e que estes estiveram sempre presentes na sua caminhada. Nas famílias “as tensões têm a sua origem em acontecimentos negativos,

como, por exemplo, o divórcio dos pais, a morte de um deles. Estas fontes de tensão podem desempenhar um papel na emergência de comportamentos delinquentes, no sentido em que estes últimos desencadeiam emoções negativas, tais como a cólera, a qual se pode manifestar através de atos violentos” (Roché, 2010:11)

E2- *“Tenho uma boa relação com eles, 5 estrelas” “A minha mãe tentou-me incutir sempre o melhor, o meu pai era uma pessoa ausente por razões profissionais e eu se calhar abusava mais um bocadinho”*

E5- *“A relação com a minha família há uns anos atrás era muito boa, excelente, daí para cá é que tem andado tudo aos altos e baixos. Antes eu tinha uma boa relação com os meus pais, os meus irmãos, os meus tios, todos”*

E6- *“O meu falecido pai trabalhava e a minha falecida mãe não, tava em casa. Houve problemas uma vez ou outra, o meu falecido pai batia à minha mãe”*

Apenas quando os questionamos se sentiam que os pais estiveram sempre presentes, se dialogavam, se sentiam falta disso, começamos a denotar essas falhas, como é o caso:

E1- *“talvez um bocado a falta de pai que era prontos na altura o meu falecido avô que fazia esse papel, e acho que me faltou um pouco disso, faltou...eu devia ter meses quando ele desapareceu..”; “Sim, sim em ponto sim, (sentiu falta) claro que sim, e hoje eu sou pai e lembro-me do que sentia na altura prontos a falta de um pai, do chamar á atenção de uma voz, de prontos, de certas coisas, de falar com o meu pai ‘pai preciso que vás à escola, preciso que vás a uma reunião, preciso que...’ certas coisas que fazem falta e que me fizeram falta na altura”*

E2- *“o meu pai já esteve preso infelizmente e isso não influenciou nada a mim porque eu tive mãe sempre que me protegeu, mas já tive momentos menos bons como é óbvio.”*

E4- *“Convivíamos bem, nós não falávamos muito isso não, prontos a nossa etnia prontos nos reservamos mais, não falamos assim muitas coisas com os pais nem nada”*

E7- *“Olhe o meu pai não, o meu falecido pai não porque eu quando era pequeno prontos via o meu pai prontos, via o meu pai todos os dias mas pouco tempo via o meu pai porque ele saia de cedo pa GNR, chegava à noite e às vezes nem à noite vinha dormir a casa, agora a minha mãe sempre foi presente, a minha mãe sempre foi o pilar ali da casa.”*

Noutro dos casos apesar de o indivíduo parecer saudoso desse tempo, recordando com alegria a boa relação com os familiares, e até a boa vida económica que tinham, surge no percurso episódios que interferem nessa vida organizada e que, em muitos casos desestabilizam não só o indivíduo como toda a família.

E8- *“Lembra-me do carinho, do amor que a minha mãe me dava, lembra-me do meu pai a dar-me bons conselhos, (risos) sempre a lixar-me a cabeça, ‘não faças asneiras, não faças aquilo’, lembro-me da minha irmã que sempre me apoiou, os meus avós...”; “Era até certa altura, depois quando os meus pais se separaram, a relação deles começou a ficar atribulada, aí já notei mais, já me sentia mais triste, depois o pai tava sempre a puxar a brasa para a sardinha dele, a mãe para o lado dela, tentava pôr uma pessoa de um lado ou do outro e prontos isso foi o que marcou mais...”. “Era uma vida regalada (risos)... o meu pai era bancário, a minha mãe trabalhava num cabeleireiro, não faltava dinheiro, não faltava nada (...) só a partir do momento que o meu pai começou a gastar o dinheiro todo no casino foi isso que depois levou ao divorcio dos meus pais...”*

Como vemos a família é a base estruturadora do indivíduo no entanto, quando este se torna adolescente o ambiente externo toma, cada vez mais, o lugar desta na vida do indivíduo. Nesse sentido, “a família insere-se, pois, num, ambiente mais alargado que é, em boa parte, determinado pelo nível de recursos do agregado. Estes recursos determinam o tipo de bairro de residência, mais ou menos marcado por desordens em redor da habitação: isto constitui o meio exterior onde o adolescente recruta as suas companhias, as quais orientam o seu comportamento” (Roché, 2010:16). O número de parceiros delinquentes e as desordens no contexto habitacional revelam-se significativos, assim como a supervisão, “jovens que beneficiam de menor supervisão dos seus pais manifestam maior delinquência e esta dimensão da vida familiar surgiu como a mais importante no que se refere aos seus laços com a delinquência” (idem:21).

Escola

Como podemos ver relativamente à instituição escola, a generalidade dos casos caracterizam-se pelo insucesso e baixos níveis de escolaridade com abandono precoce dessa instituição. Em alguns dos casos, afirmam ter abandonado o sistema escolar em razão de dificuldades económicas e, dessa forma, podendo ir trabalhar serem um auxílio económico à vida familiar.

E2- *“Eu deixei a escola muito novo porque eu não tinha, os meus pais não eram pessoas abastadas eram pessoas de trabalho, não é? Ahhh e andavam a investir dinheiro para eu andar a passear os livros, deixei no 6º ano”,*

E4- *“Sim andei, até ao 2º ano, depois por motivos económicos tive que deixar para ajudar os meus pais”.*

Nos demais casos, a vontade individual de abandonar a escola prevaleceu e várias são as razões por detrás disso, quer o anseio de ser independente quer a noção de que simplesmente não gostavam da escola.

E1- *“nos meus 15/16 anos andava no 8º ano na escola, por opção minha, não por familiar nem pais nem irmãos, decidi abandonar os estudos e ir trabalhar porque, pronto queria ser independente, comprar as minhas coisas”,*

E5- *“tive uma escolaridade muito fraca porque depois que eu tive esse acidente piorei a todos os aspectos, na qual eu desisti da escola tinha eu uma média 10/11 anos. Fiz a quarta classe por ser de noite porque abriram uma exceção”.*

E6- *“Era mau, não gostava da escola, so gostava de me divertir”*

E7- *“não cheguei a fazer o exame da 4ª porque a minha mãe levava-me á escola (...) e eu antes do intervalo ou fugia da escola ou ia p’ra escola e não fazia nada. Não gostava mesmo, não era por não aprender nem nada, não gostava mesmo, a escola p’ra mim não, não encaixava tar ali sentado...eu como aluno era um calhau autêntico”.*

A escola assume centralidade na vida do indivíduo na medida em que, é encarada como uma possibilidade de ascensão e de obtenção de profissões melhor remuneradas, sendo um fator de integração do indivíduo na sociedade. Percursos de instabilidade e insucesso são preditores de exclusão social e dificuldades na obtenção de emprego, fato que contribui para a tentação de entrar por negócios que, fruto da sua ilegalidade, representam um ganho fácil e rápido, como seja o caminho das drogas e furtos.

Trabalho

O trabalho é uma instância de socialização secundária que aparece na vida do indivíduo, na generalidade dos casos já próximo da idade adulta e que, representa na vida deste a estabilização quer económica quer social, sendo adicionalmente, mais um dos fatores estruturadores da sua personalidade. Dessa forma, assume relevo central na vida de cada um de nós. Destes indivíduos em primeiro é de referir por um lado, a precoce entrada no mercado de trabalho em alguns dos casos, decorrente do abandono do sistema escolar, como já apresentado. Por outro lado, destacar a intermitência do percurso profissional, marcado por trabalhos diversos e pontuais e grandes temporadas de inatividade. A generalidade dos empregos conseguidos estão em conformidade com as baixas qualificações e centram-se no atendimento ao público, fábricas ou construção civil. Mais uma vez, atividades com baixas remunerações que potenciam ao indivíduo a tentação de experimentar ‘negócios’ com menos esforços e mais ganhos.

E1- *“A minha experiência mesmo é na área da restauração, sempre trabalhei na área da restauração, depois tive pequenos percursos, trabalhei num talho, na altura que fiquei sem emprego trabalhei pronto num restaurante, (...) trabalhei num talho (...) aos fins-de-semana ia para a praia, p’ra Foz, trabalhava numa esplanada ao fim-de-semana”.*

E2- *“Tive muito tempo desempregado porque o meu objectivo nem era sair da escola para ir trabalhar, o meu objectivo era sair da escola para andar a passear.”*

E3- *“Primeiro trabalhei com o meu pai na fábrica dele só que eu não estava qualificado naquele trabalho, trabalhar como trolha, depois fui trabalhar num supermercado, depois quando conheci a Camélia, a mãe dela tinha uma loja de ouro e fomos os dois trabalhar para lá, comprar ouro, vender...”*

E4- *“Andávamos nas feiras e eu gostava de andar lá.”*

E5- *“E o meu pai disse, não queres ir vais trabalhar comigo e eu fui, foi aí que fui trabalhar pa construção civil”.*

E6- *“Fui pa trolha e depois deixei, cansei-me, era cansativo doutora, a trolha era cansativo acartar massa. Não gostava.”; “Depois tive três anos ou dois num armazém. Ajudava com os sacos de batatas ia lá uma carrinha ou vinte e eu punha os sacos de batatas”*

E7- *“Eu comecei a trabalhar, naquela altura era ajudante de mecânico, comecei a trabalhar, depois comecei a trabalhar a ajudante de pintor de construção civil e foi uma profissão que eu tive até ir p’ra tropa e foi uma profissão que eu sempre gostei muito e aprendi muito rápido, eu com os meus 17/18, 17 a passar pós 18, 19 anos já comandava uma equipa de 12 homens e a gente trabalhava horas, Sábado, Domingo de manhã”*

E8- *“Não sei se fui logo mas fui trabalhar depois que sai da escola andei a trabalhar uma semana ou duas aqui, andei mais uma ou duas ali, mais duas acolá nunca tive assim um trabalho seguro, certinho o máximo tempo que eu trabalhei no mesmo sitio foi p’raí três meses.”*

Aspetos marcantes

Ponderamos em incluir este ponto na análise, no entanto pareceu-nos relevante ver a opinião dos próprios indivíduos quanto a aspetos marcantes na sua vida, antes da experiência prisional. Destacamos a relevância dada à prática desportiva como recordação boa dos tempos de juventude...

E1- *“pronto algumas amizades, fui-me desviando um bocado e deixando de fazer aquilo que gostava e praticar desporto e tudo mais, como já tive coisas boas, coisas boas e coisas más”*

E2- *“Na mhummm, sim, algumas boas, outras menos boas, por exemplo eu jogava futebol e praticava boxe na minha infância quando jogava á bola, joguei 11 anos futebol e isso é bom e de mau foi ter passado pelas drogas e prontos isso é mau”*

...assim como o círculo de amigos e a diversão a eles e a essa época associada. Em alguns dos casos, hoje esses aspetos não são reconhecidos como bons mas antes desorientadores e, por vezes, associados ao consumo de drogas. Na verdade, as relações com pares são relevantes, na medida em que “as relações fortes com as pessoas com comportamentos desviantes, nomeadamente pares, reforçam os valores e comportamentos que estão relacionados com a delinquência. O convívio com pares tem sido, de fato, regularmente sublinhado como uma variável muito importante para a predição da delinquência” (Roché, 2010:11)

E2- *“Foi por minha cabeça porque ninguém me obrigou a nada, percebe? Mas contudo, a imaturidade e as companhias, isso também ajuda bastante a influenciar os maus caminhos, “diz-me com quem tu andas que eu digo-te quem tú és” (risos)*

E6- *“Andava a gozar com os meus amigos...Ó doutora, ir às festas, bares, discotecas, fumar prontos drogas, não é?” “Doutora, às vezes também não semos nós, é as companhias ‘óh vamos aqui, fumar droga ou beber um copo’ e depois ‘vamos fazer isto’ e uma pessoa vai”; “comecei a fumar droga, foi assim, os meus, o meu falecido pai faleceu, depois foi a minha mãe passado pouco tempo e eu comecei a avariar um bocado, percebe? Comecei a meter na droga”*

Particularmente num caso, e apesar de ligado às drogas os problemas de saúde foram, para ele, os mais relevantes na sua caminhada, fazendo-o sentir-se diferente e revoltado:

E8- *“eu sou hemófilico, tenho um problema de coagulação e o que me marcou mais foi isso, foi andar sempre em hospitais, tava sempre no hospital, foi uma coisa que não me sai da cabeça foi os meses que passei no hospital”; “eu naquela altura não entendia e para mim eu não conseguia encaixar na cabeça o porquê de ser diferente dos outros meninos”; “sempre fui muito revoltado, embora que depois com a idade uma pessoa começa a olhar as coisas de outra maneira mas durante muitos anos fui muito revoltado.”*

E5- *“A minha infância teve os seus altos e baixos porque eu tive, eu fui atropelado tinha 8 anos onde estive internado no hospital de S.João em estado de coma, não lhe sei dizer precisamente quanto tempo é que eu lá estive, que não me recordo”.*

Muitos destes aspetos marcantes das suas vivências e características das suas vidas familiares podem, de alguma forma, ter contribuído para a sua ligação ao consumo de drogas ou com algum tipo de crimes. São situações que fragilizam o indivíduo, em alguns destes

casos, ainda em crianças ou adolescentes e afectam a sua capacidade de resistir às tentações. Exemplo disso, um dos entrevistados quando questionado sobre se essas situações poderiam influenciar a conduta, nos diz:

E8- *“Claro que sim, isso é evidente, uma pessoa quando está mais fragilizada, tem mais tendência a experimentar coisas novas ou a continuar ainda mais do que o que já estava, acho que sim que teve influencia”*

5.2.2 Delito

Focamo-nos também no delito pelos mesmos cometido, sendo essa uma referência relevante na medida em que é a causa central da situação atual. Apesar de já descrito no quadro 8, anteriormente apresentado, neste ponto procuramos ver como os próprios descrevem o crime pelo qual foram condenados.

Independentemente de se conhecer qual o tipo de crime pelos quais os reclusos foram detidos, interessa atentarmos aspetos a si relacionados e que possam ter despoletado a sua conduta delitiva. Nesta nossa população, temos uma diversidade de crimes, no entanto muitos deles estão efectivamente relacionados com o mundo das drogas, direta ou indiretamente. Se recuarmos aos dados apresentados (quadro 8) verificamos a relevância dos crimes relacionados com estupefacientes. Apesar da forte presença de outro tipo de crimes, muitos destes estão também indiretamente relacionaados com as drogas levando a que “as drogas e tudo o que está relacionado com o comércio e circulação dessas substâncias e com o seu consumo, dominam o panorama prisional” (Torres, Gomes, 2002:78). Em muitos dos casos ou se cometaram crimes associados ao tráfico, como forma de obter rendimentos elevados que derivam da ilicitude do comércio em causa ou, se cometeram crimes para obter recursos financeiros para alimentar as dependências das drogas, como furtos.

E1- *“abandonei o emprego, comecei a prontos, não, andava meio perdido trabalho, não trabalho, vou-me deixar a andar e surgiu-me a oportunidade por intermédio de um amigo meu, para trabalhar em colaboração com um stand de automóveis (...). Eu ainda andei cerca de três, quatro meses a trabalhar depois foi quando discotecas, sair com os amigos, comecei a parar num bairro social onde se traficava estupefaciente até que me surgiu essa proposta de entrar pelo, pelo mundo do tráfico e eu ao primeiro ainda, prontos fiquei um bocadinho prontos apreensivo, (...), só que não sei, a minha, a minha cabeça na altura, não sei, não pensou em mais e quando fui a dar por mim já estava prontos envolvido, já estava a traficar estupefacientes...”*

E2- *“assaltos, por necessidade de ter dinheiro para droga”*

E3- *“Foi furto, fui acusado de um furto fui condenado a 4 anos e 9 meses, só que tudo foi outra história. O que eu fiz naquela noite em que fui detido foi uma tentativa de furto, (...) associaram-me a mim aquelas coisas”.*

E4- *“Foi tráfico. Chama-se correio, através de outro, deram-me estupefacientes para entregar a outra pessoa num local, chama-se correio de um lado para o outro e no meio do caminho fui abordado pelos agentes da polícia.”*

E5- *“e- ahhh o meu crime foi sexual”*

E6- *“Eu andava na droga e depois acabou-nos o dinheiro e eu disse-lhe assim ‘ó Celeste, ó põe-te aí pronto ó doutora não tome a mal, pronto no monte e veio um homem, normal perguntou-lhe quanto é que era e eu tinha roubado um carro, (...) naquele tempo havia o cartão dourado e eu ‘pronto ó pah da-me aí o número’ e ele deu (...) e eu conhecia fui à caixa multibanco e levantei logo quarenta contos depois, eu meti-o dentro da mala do carro pa ele não berrar, (...) fui buscar droga, á noite eu era assim ‘que vamos fazer com o homem?’ e ela ‘mata-o’ e eu ‘ná, não vou fazer isso, vou pá cadeia muitos anos, e ela ‘oh, fuma droga’, e eu comecei a fumar coca, heroína e depois (...) levei-o pa uma serra, um monte às 3 da manhã (...) amarrei o gajo e eu gasolina, reguei o gajo e depois eu disse-lhe ‘agora faz tú o resto e eu ponho o carro a trabalhar e fugimos já’ e eu dou-lhe o isqueiro e sabe como é a gasolina é logo labareda e eu meti pela Via Norte fui pa Valença logo, Vigo”.*

E7- *“Homicídio. Eu na altura tinha 22 anos ou ia fazer 22 anos e um dia qualquer foi através de um amigo meu (...) fez-me o convite pa eu o acompanhar e irmos ter com um gajo (...). Tanto que o acompanhei que foi ele que foi ter com o homem e eu fiquei à porta do carro e ele pronto lá foi ter com o homem, não foi à porrada foi com a faca e espetou-lhe facadas, vinte e não sei quantas facadas, ainda me espetou uma a mim, entrou aqui e saiu aqui (mostra o pulso), quando eu tava a tentar puxar o gajo pa pedir socorro (...) e pronto fui condenado por homicídio”*

E8- *“Eu tava a vender droga num monte em Paredes ahh e todos os dias tinha que fugir da policia, a policia pelo menos uma vez ou duas por dia ia lá fazer a rusga, já andava à quase á um ano a fazer isso e houve um dia em que eu disse ‘eh pah não vou fugir mais, não vou fugir hoje’, desmarquei as coisas que tinha, droga, desmarquei tudo e depois fui buscar cocaína pa fumar e tava a fumar veio logo o GNR à civil, encostou-me o revolver à cabeça, (...), ele começou a pedir a identificação a toda a gente, Bilhete de Identidade e tal, lá lhe mostrei o BI e ele (a minha alcunha é o Sassi) ‘quem é o Tchatchi?’ e eu comecei-me a rir e ele ‘não és tú o Tchatchi?’ e eu ‘Não, sou o Sassi’. Pegaram em mim levaram-me para a esquadra (...) começaram a pressionar e levaram-me p’ra coisa, pa Custóias”; “na segunda situação eu*

dei droga a um indivíduo para vender, ele foi apanhado pela polícia, disse à polícia que eu tinha mais droga em casa (...) fugi passado paí meio ano o advogado do meu amigo aconselhou-me a ir á polícia dar o termo de identidade e residência, fui lá, marcaram-me julgamento, fui a julgamento o outro indivíduo tava a atirar as culpas pa cima de mim e eu pa cima dele e o juiz a certa altura da-me uma pena suspensa, 4 anos e 9 meses de pena suspensa ahhh passado meio ano, revogaram-me a pena porque o promotor recorreu da sentença, das duas vezes recorreu, achou que não tava bem. Tou em casa, batem-me á porta, eu levanto-me, era dois agentes ou três agentes da PSP (...) era pa me levar pa Custódias, levaram-me pa esquadra, ‘ah temos más notícias, a sua pena foi revogada’”.

5.2.3. Experiência Prisional

A experiência prisional é outro dos pontos em análise, e nele englobamos o sentimento do indivíduo relativamente à reclusão, o dia-a-dia no estabelecimento prisional, os ensinamentos que retirou desse tempo, a sua visão relativa aos aspetos positivos e negativos que os estabelecimentos prisionais podem ter na vida dos reclusos e na própria sociedade. Procuramos também perceber, o que é feito dentro dos estabelecimentos prisionais relativamente à reinserção social, o trabalho dos técnicos, as formações, escolaridade e trabalho que são propostos a estes indivíduos.

Como se sentiram quando foram presos?

A diversidade de sentimentos está presente, por um lado, alguns dos indivíduos afirmaram nem estar a acreditar no que lhes estava a acontecer:

E1- *“primeiro impacto que tive quando o Sr. Agente falou comigo eu não, não estava, não era a acreditar, ainda não estava bem a ver as coisas daquela maneira e fiquei assim um bocado prontos a pensar o quê que se está a passar?, o quê que eu fiz para...?, quando me entregaram dentro do estabelecimento, quando prontos quando me fecharam na cela eu pensei porquê que me meteram aqui, porquê que...?”* .

Outros, razão do estado em que andavam relacionados com as drogas, afirmaram nem ter noção da situação só mais tarde, já dentro do estabelecimento prisional, ‘cair na real’:

E2- *“Isso se eu lhe disser você vai-se rir do que vou dizer (pausa), eu não tive noção do que me estava a contecer, eu andava num estado inconsciente, eu não andava consciente, eu andava inconsciente só depois mais tarde passado um tempo é que eu caí na real e disse “txiii estraguei a minha vida”.*

Apesar da diversidade, fica patente o sentimento de abandono das famílias e alguma injustiça com a avaliação dos seus casos:

E4- *“Senti-me (...), senti abandono familiar, abandonei filhos abandonei mulher, é a preocupação com eles. Eu senti-me triste, desanimado... Injustiça....era a primeira vez que eu fazia aquele transporte mas senti-me culpado por causa disso”.*

E7- *“Sim com os tribunais é injustiça, foi mal avaliado o caso, eu não digo que seja inocente porque eu acompanhei-o, talvez acompanhei-o por outros motivos, (...) mas acho que o juiz naquela altura tinha obrigação de ‘Calma, vamos ver o que aconteceu...’”*

Adaptação

Goffman refere-nos que os reclusos precisam adaptar-se ao sistema de privilégios e ao processo de mortificação e, para isso, podem desencadear diferentes táticas. Entre estas temos a tática de afastamento da situação, com a abstenção total de participação em acontecimentos de interação, a tática de intransigência em que o internado intencionalmente se nega a cooperar com a equipe dirigente. A tática da colonização em que a experiência do mundo externo é usada como ponto de referência para demonstrar como a vida no interior da instituição é desejável e a tática da conversão em que o internado parece aceitar a interpretação oficial e tenta representar o papel do internado perfeito. Estas táticas, segundo Goffman, são seguidas apenas temporariamente sendo que os reclusos preferem então optar pela tática do ‘virar-se’, conjugando várias das características dos tipos de adaptação, de forma a conseguir benefícios em seu favor (cf.Goffman, 2003:59-61).

Mais uma vez, denota-se a diversidade de perspectivas, entre a nossa população e a conjugação destas distintas táticas. Temos os que simplesmente não se adaptaram...

E2- *“Se eu lhe disser que eu nunca me adaptei a um sistema que, onde as pessoas são tratadas como bichos ou pior, que têm um balde para fazer necessidades e pouco mais, eu nunca me ambientei a 100% aquele tipo porque eu sempre me considereei um ser humano, não me considero nenhum bicho”*

...aos que inicialmente estranharam a situação e a convivência com tantos homens diferentes, demonstrando até sentir algum medo inicial.

E6- *“Ui, o que é isto?, Aonde é que estou?, Comecei a ver outros, ciganos, pretos, ui, tou no meio (...) Não gostava de tar lá com eles, depois comecei a ganhar amizades com outros.”*

E7- *“Ao início senti medo, no meio daquilo tudo, não é? E uma pessoa naquela altura em que vai pa debaixo da cave, po subterrâneo, tá no isolamento e depois vem cá para cima e passa a conviver com os outros todos, eu vim pa cima e encarar ali com pretos, brancos, amarelos, malucos, mancos, deficientes ali tudo junto 300 e tal homens ali tudo junto é difícil, é terrível mesmo, só depois é que a pessoa começa a conhecer este e aquele e a ver e tú és do Porto e tú isto e aquilo, uma pessoa começa mas ao início sem conhecer ninguém é terrível*

mesmo.”; “Ao início foi muito mau, foi péssimo, não foi mau, foi mais do que isso porque era um chavalito novo, tinha 22 anos, nunca tinha tido nenhum contato com aquele dia a dia e espetarem-me assim numa cave, debaixo da cadeia mesmo, mesmo assim lá em baixo durante dias sob observações ou lá como dizem e depois abrirem as portas e ‘olhe a sua cela é a número x, a sua cama é a número x e suba por aí acima’ e uma pessoa encontrar-se ali no meio de tanta gente, tanta gente, tanta gente, tanta coisa é mesmo, mesmo horrível.”

No essencial e, apesar das dificuldades de adaptação, todos procuraram demonstrar, ao fim de algum tempo, conformismo com a situação e vivê-la segundo os mesmos “da melhor forma possível”, afastando-se de potenciais problemas.

E1- *“Eu a partir do momento em que entrei lá dentro, o meu pensamento só foi sair o mais rápido possível dali, não, não andar metido em problemas, não arranjar problemas, arranjar qualquer coisa para fazer porque, eu fiz porque notei, é como eu já disse à Dra. Sofia, aquilo calha a todos só que não era vida para mim (...) só depois da gente entrar lá dentro é que a gente tem mesmo, tem a noção das coisas.”*

E4- *“Eu meti na minha cabeça que tinha que cumprir aquilo e temos pronto que mentalizei-me senão prontos dava em doido, ali é assim, dá-mos em doidos e temos que nos mentalizar aquilo que nós fazemos, os nossos erros, cometi um erro temos que cumprir, foi como perceber a justiça”*

E8- *“Sofrimento, sofri muito, uma pessoa ouve em ir preso, em cadeias, mas uma coisa é ouvir outra é estar nelas, uma pessoa quando cai na real, não foi no primeiro dia nem no segundo mas passado uma semana, chorei na cela, mesmo caí mesmo na real e vi mesmo onde é que estava, comecei a pensar na vida que tinha levado, ‘tenho quatro anos e tal pa tar aqui, o quê que eu vou fazer da minha vida?’”*

Dia-a-dia

Este foi um tópico de análise para nós relevante, na medida em que pretendíamos perceber as dinâmicas e atividades que os reclusos tinham. Quando solicitei a estes indivíduos que descrevessem como eram os seus dias passados no estabelecimento prisional, os testemunhos que consideramos mais fortes demonstram a existência de dois tipos de reclusos, os ativos e os inativos, sendo esse fator influenciador no conceito de prisionização que Clemmer (1940) nos explana. Dos primeiros, a maioria, retratam-nos o seu dia, muito centrado quer no trabalho, quer nas formações/escola que frequentavam.

E1- *“fui recebido de manhã, mostraram-me para ver por alto porque a gente chega lá e falar é uma coisa depois de chagar lá dentro é completamente diferente porque é completamente diferente daquilo que as pessoas imaginam ahhh fui bem recebido ahhh ganhei muitas*

amizades que ainda hoje as tenho ahhh problemas nunca tive qualquer tipo de problemas, o meu dia-a-dia era acordava de manhã normalmente, tomava o meu banho, ia para o meu curso de formação, que estava a tirar um curso de formação e, e á tarde praticava futebol e ao fim da tarde um bocadinho de ginásio, biblioteca, dependendo do meu estado de espírito, jogar ping-pong...”

E7- *“eu saía de manhã ia po trabalho, pa carpintaria, vinha ao meio dia comer a casa, oh a casa, á cela e ia outra vez, depois chegava às 5 horas e tomava um banho, comia e deitava-me prontos, vinha ao fim de semana até cá fora...”*; *“Sim, sim, sem dúvida, trabalhar lá dentro tem muitas vantagens pa vir de precária e tudo, tem beneficio pa tudo. É uma forma de nos afastarmos porque a maior parte dos gangs lá dentro são inativos, inativos são os que não trabalham, são abertos às 9, fechados ao meio dia, abertos às 2 e fechados às 7 e depois tem os ativos que é o pessoal que trabalha e quem trabalha só à noite é que convive com os inactivos, com o resto do pessoal, mas à noite como era raro eu sair da cela era raro conviver com o pessoal”*.

E4- *“passava os meus dias a trabalhar em Marcenaria, era ajudante lá de um, de um, como se costuma dizer era um servente ajudava a fazer as coisas e depois dali saia e iamos almoçar ou pronto e depois tínhamos um recreio, pronto tínhamos o recreio, iamos p’ro recreio, estávamos ali toda a gente mas prontos com o pensamento de cá de fora”*

Apesar de bastante ocupados com o trabalho e/ou formações/escola, usando isso até, por vezes, para fugir do ambiente pelos mesmos considerado perigoso, havia também tempo para praticar desporto e outras actividades como ginásio, leitura ou outro tipo de jogos. Estes indivíduos demonstram dar valor a estas actividades e isso é-nos explicado por Goffman (2003). O tempo passado dentro dos estabelecimentos prisionais é, muitas vezes, encarado como um tempo morto em que o indivíduo perde contatos sociais, perde a possibilidade de adquirir coisas que lhe seriam acessíveis na vida externa, dinheiro, trabalho, formação, ligações conjugais. Para Goffman, “este sentimento de tempo morto provavelmente explica o alto valor dado às chamadas actividades de distração, isto é, actividades intencionalmente desprovidas de seriedade mas suficientemente excitantes para tirar o participante de seu ‘ensinamento’, fazendo-o esquecer momentaneamente a sua situação real” (Goffman, 2003:65).

E2- *“eu considero que eu era inteligente eu tentava, eu li bastante, aprendi bastante, aprendi bastante, andava na escola pa’ fugir do ambiente não para me aplicar e para fazer, sei lá o 12º ou quê porque eu tive oportunidade e fazia ginásio, era uma forma de eu aliviar o stress.”*

E3- *“ah não faltava nada, ahh eu acordava às sete horas da manhã para tomar o café, me lavar e ia trabalhar, segunda quarta e sexta tinha treino da seleção. É assim, quando estava a trabalhar na carne era assim, tinhas de trabalhar, se não acabavas o trabalho, às 11 horas tinhas de ir p’ra linha para ajudar a dar a comida aos reclusos (...). Depois de tarde, se tinhas mais trabalho, tinhas que acabar o trabalho, segunda, quarta e sexta ia jogar á bola ao treino, depois às 6 horas estava a ir outra vez na cozinha para ajudar a dar a comida aos reclusos e depois acabava o dia, não tinhas tempo para...”*

Por outro lado, temos os reclusos inativos e esses viviam da ajuda de amigos e até dos guardas que iam custeando cafés, cigarros e outros bens ou então viviam de “recados” que faziam a outros reclusos que lhes pagavam.

E6- *“Não fazia nada doutora, não trabalhava. Punha-me a pé de manhã às oito horas, ia tomar o pequeno-almoço ao refeitório, depois temos lá um bar (...) temos lá um bar, vinha um amigo, ‘bebe um café’ pagava, depois vinha..., jogava dominó ou cartas, passava o tempo.”*

E8- *“levantava-me de manhã metadona, era depois da metadona, era o pequeno almoço, era primeiro era a metadona, depois era o pequeno-almoço, depois vinha pa dentro do pavilhão e fazia recados, ou ia fazer compras ou este ou aquele precisava de fazer uma barrela geral à cela e pagava-me pa eu lhe limpar a cela ou havia outros que queriam que lava-se os taparueres que vinha a família, as visitas pa levar os taparueres lavados, prontos havia sempre qualquer coisa pa fazer assim... “. Este recluso demonstra-nos a diferença entre a vivência da primeira vez que esteve preso, ainda dependente de drogas e posteriormente, na segunda vez, em que já estava envolvido numa actividade remunerada, o artesanato. “Na segunda vez...era levantava-me de manhã ia tomar o pequeno almoço, a metadona em Paços de Ferreira era antes do almoço, eu tomava o pequeno almoço ia pó artesanato, (...) eu fazia, cestos, tabuleiros, baús, e depois prontos à hora do almoço ia antes à metadona que era mais ou menos ao meio-dia sai do artesanato às 11.30 depois ia à metadona e depois ia almoçar, ia almoçar e da hora do almoço até às 2horas ficava na cela a descansar um bocadinho e depois ia outra vez p’ró coiso, o artesanato, vinha ia tomar banho, tomava banho jantar, jantar, tava um bocadinho com o pessoal no recreio a fumar um cigarro e falar e depois ia pa cela. Ao fim de semana é que variava um bocadinho, se tivesse sol ficava no recreio a apanhar um bocadinho de sol, se não tivesse sol... uma pessoa já não fica tanto na cela”.*

As ocupações dentro dos estabelecimentos prisionais podem, a nosso ver, ser um veículo facilitador de uma posterior reintegração bem sucedida, pois desenvolvem novas capacidades nos reclusos e podem, por vezes, aumentar a sua escolaridade e predisposição

para uma reintegração mais suave, em que o estereótipo de ex-recluso não seja tão punitivo. No estudo efetuado por Torres e Gomes (2002) verificou-se que uma elevada percentagem de reclusos tinham uma ocupação na prisão. Distribuíam-se por actividades como trabalho, formação profissional e ensino, sendo a primeira a que maior número de ativos reúne. A formação profissional e o ensino apresentam resultados baixos (9.4%; 11.7% respectivamente), um aspecto negativo se pensarmos que estas são “ferramentas tidas como essenciais para a futura (re)inserção social destes indivíduos no período de pós-reclusão” (Torres, Gomes, 2002:45). Numa população com escolaridade muito reduzida, as atividades de ensino escolar deveriam ter uma expressão bem mais considerável de forma a colmatar esse handicap. Quanto às características do trabalho, devemos ver que são, no geral, tarefas muito pouco qualificadas, representando em muitos dos casos a manutenção das instalações higienizadas e em ordem. Dessa forma, a nosso ver, esse género de actividades, não têm qualquer impacto positivo, pelo menos, na posterior vida dos reclusos.

Tabela 3 - Ocupação do Tempo de Reclusão

	Escola	Formação Profissional	Trabalho	Act. Desportivas	Outras Actividades
E1	Não	Sim (culinária;RH)	Não	Futebol Ginásio	Biblioteca
E2	Sim- 9ºano	Sim (Fotografia; Informática)	Sim (Jardinagem; Const. Civil)	Ginásio	Não
E3	Não	Não	Sim (Lavandaria/Cozinha)	Futebol	Biblioteca Xadrez
E4	Não	Não	Sim (Marcenaria)	Não	Dominó
E5	Não	Não	Sim (Refeitório; Jardinagem; Limpeza de Camaratas)	Não	Cartas
E6	Sim- 3º;4º5º e 6ºano	Sim (Const. Civil)	Não	Não	Dominó
E7	Sim- 9ºano	Sim (Carpinteiro limpo)	Sim (Carpintaria)	Não	Playstation
E8	Sim- 7º;8º e 9º ano	Sim (Artesanato)	Sim (Artesanato)	Não	Não

Passamos seguidamente a apresentar estas dimensões na nossa amostra.

Trabalho

O trabalho dentro do estabelecimento prisional apresenta-se como uma dinâmica muito importante, pois “é visto como um fator promotor de competência e hábitos de trabalho, áreas que frequentemente se encontram pouco desenvolvidas nas histórias de vida prévias destes indivíduos” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:30), como vimos anteriormente com percursos profissionais instáveis e intermitentes.

Alguns dos indivíduos trabalharam dentro dos estabelecimentos prisionais, em diversas áreas, desde a cozinha à marcenaria, como pudemos já ver também na descrição do quotidiano de cada um durante o tempo de reclusão.

E3- *“trabalhei na lavandaria quase um ano, um ano e depois por causa que a minha mulher não estava a me visitar, precisava mais de dinheiro para viver dentro, não é? Eu fumo, bebo café, comprar as coisas, pedi para o meu chefe para falar na cozinha porque se ganhava mais e fui transferido logo para a cozinha.”*

E4- *“O trabalho ajudava-me a passar o tempo, não era mais por o ordenado que ganhavamos, lá ganha-se muito pouco, ganhamos 2,10€ na altura 2,10€, não era mais pelo dinheiro era mais pa passar o tempo, pa tirar a preocupação, pa tar a fazer aquilo e não tarmos a pensar muito nos familiares cá fora, não pensar que tavamos ali presos e prontos e era só isso”.*

E5- *“Tive dois anos no refeitório, tive la três anos e tal no refeitório, onde toda a gente gostava, o director do EP quando ia lá fazer as revisões dizia que era o melhor refeitório”.*

O trabalho, era visto não apenas como uma forma de passar o tempo mas também, como um meio para ter dinheiro para os pequenos prazeres possíveis, cigarros, café, etc. Apesar disso, “verifica-se que existe a disponibilização de um somatório de atividades para o indivíduo mas numa lógica de ocupação de tempo e não relacionadas com as suas expectativas e perspetivas futuras” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:8). Algo que a nosso ver poderia ser implementado, sendo mais uma forma de colmatar handicaps e investir no empowerment destes indivíduos.

Formação/Escola

No que à formação diz respeito, os indivíduos que estiveram presentes nestas ações consideram-nas positivas mas tal como o trabalho, uma forma de ganhar algum dinheiro e de ‘estar longe do ambiente que não se aprende nada’.

E1- *“Eu não cheguei a acabar esse curso, era de recursos humanos iamos fazer, recordo-me do formador dizer, ao fim sei eramos 300 reclusos que estavamos selccionados e só foram 8 e*

eu fui um deles e na altura já estava prontos independentemente de ir a conselho ou não, deu-me aquela motivação prontos isto aqui parece-me ser uma coisa que vou aprender alguma coisa com isto e passado uma semana e meia, duas semanas vim embora, vim embora, não tive oportunidade sequer de chegar a meio, o curso era de 6 meses.”

E2- *“tirei um curso de fotografia, tirei um curso de informática aplicada à gestão”; “Olhe, foi uma maneira de ganhar algum dinheiro, pouco mas algum dinheiro e de estar longe desse dito ambiente que não se aprende nada, foi.”*

E6- *“Na cadeia tirei foi um curso, andei lá sete meses ou oito pintura construção civil”*

A diversidade é grande nos cursos oferecidos, e muitos não vêem neles grandes benéces futuras até porque consideram que não aprenderam grandes coisas mas as presenças eram assinaladas. Era também uma forma de conseguir alguns benefícios mais imediatos como saídas precárias e regalias.

E7- *“Sim, tive no curso de Carpinteiro limpo, foi quando tirei o 9º ano.” “Acho que não tem nada, a não ser o papel o certificado do 9º ano, porque olhe tirei o 9ºano só tive uma ou duas aulas de inglês de resto nunca tiva mas no livro tá assinado as folhas todas de aulas de inglês, fui pó curso de Carpinteiro Limpo pa zona da madeira nada fiz, mas a folha ta toda preenchida na mesma, tá toda assinada, uma pessoa chega ao fim do curso faz uma festazita com dois ou três bolos, entregam o papel e prontos”.*

E8- *“Foi o RVCC, fiz 7º,8º e 9º no mesmo ano, a ver numa turma que eramos 10, só eu é que fiz o 9º ano, os outros desistiram todos...”;* *“Foi porque olhe em primeiro tenho o coiso, o papel do 9º ano em segundo lugar porque eu andar a estudar estava a mostrar à direcção da cadeia e á educadora e à tecnica do IRS que queria mudar algo da minha vida porque é assim se uma pessoa tiver na cela e não sair da cela nem pa ir pa escola não vai pa precárias nem vai usufruir de regalias porque é assim as pessoas só tem as regalias se fizer alguma coisa pa isso e eu como andava no artesanato e no RVCC tinha direito a tudo, quando chegou a altura de precária, deram-me logo precária, eu fiz uma escrevi uma petição à diretora por causa da protese, eles não queriam fazer a protese ao joelho porque eu não tinha regime aberto (...) e passado dois dias veio o coiso pa eu ir à secretaria pa assinar o papel de regime aberto, lá está a maioria dos reclusos não tem as coisas porque não se dão ao trabalho de as conseguir.”*

Como podemos ver por estes testemunhos, a formação/escola, parece não ser levada a sério, nem por reclusos, nem pelos dirigentes/técnicos e dessa forma, as potenciais vantagens destas ações para colmatar handicaps e fortalecer alguns pontos fortes nestes indivíduos caí

por terra. Vemos que, na prática, servem apenas o propósito de ocupação e suposto cumprimento do que está presente na teoria, sem resultados que os traduzam.

Técnicos de Reinserção Social – Intra Estabelecimentos Prisionais

“Frequentemente as instituições totais afirmam a sua preocupação com a reabilitação, isto é, com o restabelecimento dos mecanismos auto-reguladores do internado, de forma que, depois de sair, manterá, espontaneamente, os padrões do estabelecimento” (Goffman, 2003:67). A maioria das vezes, isto não é conseguido em razão de muitos ajustamentos secundários e da presença de costumes contrários à instituição.

Os técnicos de Reinserção Social ocupam, nesta fase, um papel central na vida do indivíduo que, privado do convívio diário com a sua rede social de contatos familiares e pares, se vê isolado e confrontado com uma realidade que põe em causa a sua personalidade e, em muitos dos casos, as expectativas futuras. Desta forma, quisemos que os ex-reclusos refletissem sobre o trabalho dos técnicos como forma de nos permitir ver se o trabalho que desenvolvem está em conformidade com o que teoricamente é proclamado que se faz.

O que na realidade vemos é que os testemunhos são muito similares e apontam no sentido do baixo número de técnicos que, em razão disso, vêem o seu trabalho dificultado. Alguns destes indivíduos consideram que o trabalho desenvolvido é importante no entanto, nem sempre é bem conduzido e centrado na individualidade de cada recluso.

E1- *“Sim, tinha uma técnica de IRS que iam à cadeia não digo todos os dias mas se não me engano, segunda, terça e quarta, sei que era três dias por semana, andava a volta de 8 técnicas, 8/10 técnicas e depois certamente que as técnicas não nos podiam atender a todo o momento somos muitos reclusos, mas tinha, tinha uma técnica que me ajudou bastante”*

E3- *“É orientar mas quem quer-se orientar orienta, quem não quer não. Claro que todos trabalham para ajudar os reclusos para dar informações para tentar orientar a vida quando o recluso vai sair só que são poucos os indivíduos lá que...”; “as doutoras têm muito trabalho, são poucas doutoras uma doutora lá tem mais de 400 reclusos, são muitos a fazer pedidos p’ras doutoras então é um bocado complicado, não? São poucas doutoras mas há doutoras que não estão a fazer o trabalho delas porque são muitos reclusos ‘oh dra, não sei as visitas e marcou, e quero receber qualquer coisa e não sei quê’, as doutoras lá em vez de fazer reinserção social tem de ajudar os reclusos com problemas de consulta, problemas de visita, problemas de...só que posso dizer que ajuda de doutoras lá é uma ajuda muito muito muito importante.”*

Afirmam que os técnicos estão mais centrados na resolução dos problemas do quotidiano como precárias, visitas entre outros problemas, do que no apoio e explicação do

que o futuro lhes reserva. Este ponto tinha já sido por nós adiantado numa das nossas hipóteses de trabalho, na qual se afirma que “do trabalho atual dos técnicos espera-se fundamentalmente que vigiem e controlem os comportamentos dos indivíduos e apliquem sanções, caso não se cumpram as normas instituídas” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:8).

E2- *“Elas conseguem tratar de uns papelzitos, de umas coisinhas banais mas na prática não existe um acompanhamento porque eu sou um ser humano que eu apesar de ter praticado crimes eu sou um ser humano também, não é? (...) Eu não vejo em quê que isso influencie, as técnicas, o favorável que possa trazer a um recluso no futuro, percebe? Eu respeito quem trabalha (...) mas para mim não foi nada de útil.”*

E4- *“Não, elas não diziam nada, elas não chamavam-nos nós é que tínhamos que fazer o pedido para ir falar com elas. Cheguei a falar p’ras precárias ou tínhamos sempre aqueles pedidos ‘Sra Doutora ajude-me tenho os meus filhos e assim’, falavamos com elas, mas pouco”; “Não elas não falam muito. Elas havia de chamar mais os reclusos para falar mais isso da liberdade ou sobre falar do mundo cá fora mas elas não fazem isso (...) quando elas o chamam aos reclusos já não é boa coisa, ou é notícias de fora, ou um castigo prontos ou outro foi dar queixa”*

E5- *“É como lhe digo, as técnicas chamavam-me para fazer as inscrições, passado dois meses ou três recebíamos a notícia de que foi mudado o técnico, vinha outra técnica e fazia a mesma pergunta, passado outra vez mais uns meses mudava outra vez e vinha outra e fazia a mesma pergunta e sempre assim...é assim”.*

E7- *“a Dra. da segurança social para mim nunca lá estive a fazer nada. Olhe nunca me chamou, na altura de começar a vir de precárias nunca me perguntou se eu tinha dinheiro para as viagens, nunca, nunca teve um atendimento, nunca teve nada.”; “Se não tivessem lá era mesma coisa, eu acho que uma pessoa dentro da cadeia é obrigado a desenrascar-se, tem que aprender a viver, não há hipóteses, é obrigado a aprender a viver, a traficar por exemplo.”*

Este discurso de descrença nos benefícios potenciais de um trabalho regular e que colmata-se handicaps é extremado ao ponto de chegarem a afirmar que:

E8- *“não, isso da reinserção social é tudo uma coisa de empalhar como nós costumamos dizer, não existe, olha reinserção social??”; “Porque eles vêm embora com 20€ no bolso e não querem saber para onde eles vão dormir nem nada, aqueles que felizmente têm família prontos, aqueles que não têm estão desgraçados”; “Os técnicos só tentam incutir a uma pessoa, ‘olha porta-te bem, pa não vires pa cá’, não dizem assim ‘olha se precisares de ajuda vais a tal lado, metes os papeis pa isto ou pa aquilo, não (...) o pessoal só vai ter com as*

doutoras mas é pa ver quando tem precárias e...o que se preocupa é resolver as coisinhas que surgem e nada do futuro, isso não há.”. Este recluso acredita que o trabalho dos técnicos poderia ser importante, “Seria, seria porque se não há reinserção social as pessoa vão voltar para a cadeia outra vez, um indivíduo que não tem família tem mais probabilidade de se meter no crime do que um indivíduo que tem família, eu sou muito sincero tenho a minha mãe, o meu pai e a minha irmã se fosse preciso, mas se não tivesse já estava outra vez na vida do crime e hoje em dia como está isto”.

Podemos ver, através destes discursos, que “temos uma centração das tarefas do técnico na gestão do quotidiano da vida do recluso e na concessão das medidas de flexibilização de pena, provocando uma sobrecarga de trabalho de cariz administrativo, deixando pouco espaço para a reflexão e análise das situações a acompanhar. Os momentos de trabalho em equipa acabam por se resumir numa óptica reativa à resolução de problemas identificados no decurso do cumprimento das penas” (Vilas- Boas; Cotrim, Ramos, s/d:8).

Família

A família, em razão de todas as dificuldades, assume nesta fase um papel central, tal como nós adiantamos numa das nossas hipóteses de trabalho, “a manutenção dos contatos familiares durante o período de reclusão poderá ser um fator de prevenção de ruturas, que por sua vez, levem a situações de reincidência”. Havendo uma rutura com todas as redes de contato manter relações familiares torna-se complicado “os laços familiares mais próximos são aqueles que se mantêm, e dentro destes as relações entre pais/filhos destacam-se pela sua permanência mesmo em situações de reincidência” (Vilas- Boas; Cotrim; Ramos, s/d:25). Tal foi verificado nos discursos que afirmavam, na maioria ter visitas regulares de familiares.

E4- *Sim visitavo-me, os meus filhos, a mulher, os familiares, sempre tive o apoio deles. O apoio deles é muito importante, sem eles, sem o apoio deles, não sei, sem eles não sei o que eu ia ser, não é? Os outros que não tinham familiares sentiam a diferença quando chegava a hora da visita e eles não tinham visitas e chegavam pa telefonar pa familiar pa ter notícias de lá de fora e eles não iam, eles às vezes sentiam, ou eu às vezes sentia neles, eles diziam que tavam revoltados porque ao início tiveram apoio e depois não tiveram nada, a família, nada...”.*

Em todos os discursos se afigurou a importância dada ao apoio e presença da figura maternal, sendo também essa relação a que mais sentiam falta durante o período de reclusão.

E8- *“Era incondicional o apoio deles, os meus pais apoiaram-me desde o início, agora já se sabe a minha mãe avisou-me logo, ‘olha se caíres outra vez, não vai ser como agora...’, antigamente eu tava em Custóias e havia duas visitas por semana, preventivos havia uma*

visita à semana e uma ao fim de semana e a minha mãe avisou-me logo ‘atenção meu menino, olha se caíres outra vez na cadeia não vai ser como da primeira vez’ e foi, foi, tanto é que a minha mãe ia-me ver de mês a mês mais ou menos.”

Este apoio é de tal forma relevante que quando não existe, denota-se a tristeza e desconforto em relação à sua ausência.

E6- *“Porquê doutora, eu tive na cadeia a doutora sabe eu tinha poucas visitas, não podiam, não é? Percebe? Era só na Páscoa e no Natal e eu via os outros, por acaso lá tive gente amigos”; “Oh, triste não é? Oh tem visitas, e eu conversava com eles ‘vês tens sorte a tua mãe vem aqui e eu não’...”*

Ensinamentos

Dos ensinamentos que retiraram deste tempo, podemos ver que há uma diversidade grande de perspetivas, desde as que acreditam que o tempo para pensar as fez mudar para melhor e trouxe maturidade...

E1- *“ahhh costuma-se a dizer que há males que vêm por bem, que quando a gente diz ‘ah porque era toxicodependente e ‘ta preso e só lhe vai fazer bem, porque vai sair curado’ às vezes não é só o toxicodependente que vai lá dentro e vê as coisas mesmo como elas são e eu falo por mim porque era uma pessoa diferente, não muito diferente mas diferente da que sou hoje e não tenho problema algum em dizer que aprendi imensa coisa na cadeia, hoje posso prontos, posso dizer que a cadeia em parte a mim me fez bem em todos os aspectos, amigos, família, saídas, trabalhar, gastar, tudo isso, a gente se quiser levar uma vida normal aprende lá dentro e sai com um bom conhecimento da vida”*

E2- *“Eu, eu, se calhar com o tempo que tive para pensar, bastante eu cheguei à conclusão que aquilo não era vida, que a vida era cá fora, a vida longe das drogas, claro”; “Trouxe maturidade, como eu disse à pouco ‘o que não nos mata, torna-nos mais fortes’ e, por vezes, certas experiências a nível, más para quem quiser aprender, porque há pessoas que dão com a cabeça dez vezes na parede e não aprendem mas quem quiser aprender, aprende.”*

E5- *“o maior ensinamento que eu tive foi que cometi um crime e tinha que pagar...é assim se a gente não quer ir parar lá dentro não comete o crime e então olhe disse que não voltava lá a pôr os pés”.*

...às visões mais pessimistas que apontam para os ensinamentos negativos a que tiveram acesso, espelhando a noção de escola do crime com que muitos descrevem as prisões.

E6- *“Nada, não se aprende nada doutora (risos). Aquilo nós vamos cumprir uma pena, não se aprende nada. Cada um sabe aquilo que sabe, não se aprende nada, o quê? a sermos mais gatunos, é o que se vê lá dentro, ‘olha é isto, uma casa tem um alarme’ eu não sei desligar*

um alarme” “Doutora, prontos há lá pessoas, aquilo é uma escola, há um ditado, a doutora sabe, aquilo é uma escola porque há grupos e grupos. Há grupos que fumam droga lá e tudo e só têm, só pensam quando sairmos vamos fazer isto e aquilo e há outras que não, já pensam (...) tamos no meio da cadeia, não temos nada doutora”

E7- *“Dentro da cadeia o quê que eu aprendi? Aprendi a traficar droga, a desligar alarmes, Olhe aprendi que se lhe der um chapo você tem que dar outro, aprendi que se lhe fizer alguma coisa tem que dar uma facada a outro gaijo, aprendi que tem que dormi com a faca debaixo do travesseiro, ahhh aprendi muita coisa, agora se me perguntar o quê que eu aprendi de positivo? Não aprendi nada...”; “Nada, nada, nada, a única coisa que se aprende na cadeia é num dia você pagar 25 ou 30 contos e o guarda no outro dia de manhã trazer um telefone ou é isso que você aprende, de positivo não aprende nada.”*

Aspetos Positivos e Negativos

Na sequência dos ensinamentos, quisemos que estes indivíduos refletissem sobre o que há de mais positivo e o seu oposto na vivência da reclusão quer para quem o vive quer para a sociedade. Se alguns destacavam a grande entre-ajuda presente entre pares, outros valorizam a possibilidade de trabalhar e/ou estudar. Tudo resto é, por eles, considerado negativo, aludindo até, timidamente a eventuais desacatos, ilegalidades como tráfico e consumo de droga que ocorrem no quotidiano prisional, que marca a vida do indivíduo e sobre o qual não gostam muito de falar, fugindo um pouco ao assunto.

E1- *“O lado positivo eu acho que há uma entre-ajuda muito grande não de toda a comunidade de reclusos porque não pode ser assim, não somos todos iguais, nem temos todos a mesma vontade(...)”; “Vejo na parte negativa que as cadeias acho que falta um pouco de mais de visibilidade para, não digo as pessoas que estão cá fora para estarem informadas disso, mas pessoas neste caso superiores, porque há muitas coisas que se faz nas cadeias que não é transmitido cá para fora e que não passa pela cabeça das pessoas, há várias situações mas é como lhe digo eu nunca passei por qualquer tipo dessas situações, não posso...”*

E3- *“Positivo é que podes ir trabalhar, se és do estrangeiro, não tens família não tens nada podes trabalhar p’ra juntar dinheiro p’ra.”; “Há de negativo que eu não consigo entender uma coisa, um recluso que entra dentro tenha acesso a droga, são mesmo os guardas para ganhar dinheiro introduz dentro a droga mas de negativo também dentro aquela ajuda de estado de metadona, é uma perda de tempo, porque o recluso toma de manhã a metadona e de tarde vai fumar a droga.”*

E7- *“O que há de mais positivo é a facilidade às escolas porque um recluso se quiser estudar tem as escolas lá dentro e pode ir estudar, há os cursos tipo prontos carpinteiro, trolha*

pronto isso tudo mas isso tudo lá dentro é uma fantochada é só pa sociedade ou pa ganharem dinheiro porque é tudo uma fantochada mas de positivo deve ser isso, agora de negativo é tudo o resto desde o acordar até ao deitar é tudo o resto negativo.”

E8- *“De pior? O quê que há de pior na cadeia? Olhe é tudo, uma pessoa tem horas pa tar doente, porque se lhe doer a cabeça, a barriga isto ou aquilo se não tiver lá o médico, dizem-lhe ‘tem que esperar pelo médico’, se não tiver a enfermeira, ‘tem que esperar pela enfermeira’, ‘ai agora só às duas, ai agora só às quatro’ e pronto essas coisas são más. Mais coisas más, a alimentação além de não ter qualidade a comida, a quantidade, cortaram à quantidade da comida, tudo bem que nós estamos presos e não sei quê mas há individuos nas cadeias que têm trabalhos duros (...)é a comida, os guardas é como tudo Sra. Dra. como há reclusos bons e maus também há os guardas”.*

5.2.4. Reinserção Social

Seguidamente focamo-nos no período da reinserção e neste, ambicionamos perceber por um lado, quais as motivações de cada um para enfrentar esta fase complexa de reintegração nas estruturas do sistema social e, por outro lado, aferir qual o papel dos Técnicos ao serviço da Direção Geral de Reinserção Social. A vertente mais prática, como terem ou não trabalho, neste momento, e a dimensão interna da discriminação devido ao esteriótipo de ex-reclusos.

Na fase de preparação da libertação, há nos indivíduos, segundo Goffman (2003), uma angústia na espera pela saída, colocando-se a eles próprios várias questões relativas ao futuro, tendo noção do *status* proactivo desfavorável com o estigma, a não capacidade/vontade para reassumir as responsabilidades que a instituição até à libertação assumiu por ele, os limites à total liberdade demonstrados com a liberdade condicional. As formas de viver até aí ensaiadas dentro da prisão deixam de ter aplicabilidade no contexto da vida em liberdade e impõe-se agora ao ex-recluso uma nova ordem de espaços, tempos, pessoas e vivências a que ele terá que se readaptar. Com a agravante de que os mecanismos sociais de controlo estão particularmente atentos, porque já foram previamente sinalizados. Assim, esta é uma fase complexa a vários níveis para o indivíduo, que passa por diversas provações.

Motivações

Em sequência do referido e das dificuldades a enfrentar é interessante percebermos quais as principais motivações dos indivíduos para sentirem força de se voltar a integrar nos círculos familiares, sociais e profissionais. Podemos ver, através dos seus discursos, que encontram motivação nas famílias, na ânsia de poder dar-lhes aquilo a que estiveram privados na sua ausência e para isso, não se inibem de procurar emprego, por exemplo.

E1- *“não tenho qualquer tipo de problema porque preciso de dinheiro para comer, para dar de comer ao meu filho para pagar as minhas, as minhas coisas e antes todos os dias se calhar acordava às duas da tarde antigamente e hoje tenho motivação para acordar de manhã ir ao café, ler o jornal, procuro os anúncios, e dizer ‘olha se souberes preciso, tenta-me, tento sempre ao máximo, porque ainda para mais agora com o meu filho.’”*

“O apoio da família revela-se crítico durante os primeiros tempos após a libertação, ao nível do suporte emocional mas também ao nível habitacional. Não existindo outras respostas de apoio ao ex-recluso, a família constitui-se como a fonte primordial de suporte” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:25). Aquando da saída dos reclusos esta constitui-se como o elo principal de ligação com a sociedade e fator estruturante do quotidiano. Na ausência destas estes indivíduos não se coíbem de afirmar que o mais certo seria o caminho da reincidência.

E3- *“apoio familiar é muito importante e eu tive sorte, tive sorte com a minha tia porque ela me deu apoio eu sem dinheiro sem nada, eu não sabia o que fazer tinha que encontrar um trabalho, apoio familiar e aqueles amigos que eu falei, tens que encontrar aqueles amigos acho que é muito importante. (...) Porque é assim se tu não tens aquele apoio familiar, saís, não tens dinheiro, não tens casa que vais fazer? Tens que fazer alguma coisa para comer, beber, fumar não? E se não tens aquele apoio claro que vais voltar outra vez, é com certeza.”*

E8- *“Claro, é um aspecto fulcral na nossa reinserção social, quem não tem..., quem não tem família não há reinserção social sra. Dra.”*

Na realidade dentro do contexto prisional verifica-se a quebra de laços sociais e de redes anteriormente disponíveis, sendo muito comum a ausência de qualquer fonte de suporte. “Neste contexto, a dimensão familiar adquire uma centralidade na vida dos reclusos, sendo a fonte principal e, por vezes, única de afeto e de motivação”. (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:26)

E7- *“Olhe a minha família foi boa porque abriram-me as portas, os braços foi ótimo eu continuo a ser a mesma pessoa que era, mesmo os vizinhos e tudo, não houve aquele vizinho que me vira-se a cara por ser um crime violento e assim nada, cumprimentam-me, nunca tive essa experiência nunca soube o que era isso. A minha mãe sempre me abriu a porta me deu de comer prontos eu não trabalhava e assim por acaso foram...”*

Temos também a relevância do eu, neste projeto. Os indivíduos valorizam-se a si próprios, talvez numa perspetiva de ter uma segunda oportunidade para si.

E2- *“Em primeiro lugar gostar um bocadinho mais de mim, depois viver um dia de cada vez, tentar ser o melhor possível cada dia mais e encaro a vida assim, hoje em dia é assim que eu encaro a vida a viver um dia de cada vez.”*

Não deve ainda ser esquecida a noção da necessidade de mudança de comportamentos para não voltar a passar pela mesma experiência e para poder concretizar alguns projetos de vida, como constituir família.

E4- *“Olhe os principais motivos foi encarar a vida com um bocado de dificuldades, já sabia que se voltasse ao crime não dava bom resultado que ia abandonar os filhos e a família outra vez e prontos eu afastei-me mais disso e disse pa minha mulher ‘vamos viver com um bocado mais de dificuldades mas vamos viver em paz’. A minha família foi o mais importante”*

E6- *“Senão andava sempre a voltar p’ra lá outra vez, os meus vizinhos, pessoas mais velhas que eu a doutora viu, ‘tu pede isto ou aquilo que nós damos mas tens juízo tu já tens 50 anos agora morres lá dentro’”*

E7- *“Olhe uma das coisas era queria construir uma vida e uma das minhas maiores preocupações, não é preocupações, das maiores coisas é que queria ter um filho e eu sabia que se voltasse lá para dentro outra vez isso, isso era impossível de realizar e era ajeitar um trabalho, sair da casa dos meus pais porque quando sai da prisão fui pa la outra vez, pa casa dos meus pais e queria ajeitar um trabalho, ajeitar uma vida prontos com alguém, porque é difícil quando se sai de lá ajeitar um trabalho é muito difícil mesmo e ainda mais agora como isto anda pior, ajeitar uma mulher, uma companheira é complicado”.*

Trabalho

O trabalho aparece como uma das principais dimensões quando estamos a trabalhar a reinserção social destes indivíduos. Isto acontece porque o trabalho “tem impactos a diversos níveis da vida do indivíduo, a um nível mais pessoal, familiar e/comunitário. Ao nível mais pessoal, o trabalho dá a oportunidade ao ex-recluso de desenvolver novos papéis como membro produtivo da sociedade. Manter um trabalho dá uma indicação clara de que aquela pessoa deseja manter-se longe de um percurso criminal. Para além disso, o emprego pode aumentar as competências e o rendimento disponível aos ex-reclusos. Ao nível familiar, o trabalho possibilita o acesso a um rendimento, o que permite que o ex-recluso possa apoiar a sua família e a sua rede social financeiramente. Constitui, igualmente, um elemento estruturador do quotidiano dos indivíduos e promove a criação de relações sociais essenciais para além dos familiares. Em suma, através do trabalho desenvolvem-se elementos constituintes de uma transição positiva para a liberdade” (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:29). Fatores como os baixos níveis de escolaridade que, como pudemos ver marcam o percurso destes indivíduos, dificultam a obtenção de um emprego enfrentando estes adversidades maiores no mercado de trabalho.

A nossa amostra divide-se entre os desempregados e os empregados. Dos primeiros, alguns vão fazendo pequenos trabalhos esporádicos, denominados ‘biscates’ e outros vivem com o RSI, estando no entanto, inscritos nos Centros de Emprego locais disponíveis para exercer atividade.

E1- *“Actualmente só faço, na empresa do meu sogro que é de construção civil, ele quando precisa diz ‘olha, preciso que venhas com a gente’ e lá vou eu, no que me aparecer.”*

Dos empregados, parece-nos relevante destacar o fato de os patrões não saberem que são ex-reclusos. No momento de contratação, não foi pedido o Registo Criminal e estes indivíduos demonstram vontade que a situação se mantenha desta forma, com medo de perderem o emprego que para os mesmos já foi bastante difícil de conseguir. A barreira entre trabalho e vida pessoal é, para eles, desejável.

E2- *“Trabalho e não sabem que sou ex-recluso “Não, não, foi uma opção minha, não pediram registo criminal e eu sinceramente isto há coisas que, todos nós temos coisas boas e más e todos nós temos coisas que não gostamos de falar, não gostamos que os outros saibam. Como eu já lhe disse eu sou uma pessoa séria, sou bom a trabalhar e gosto de trabalhar e eu não quero que ele olhe para mim e diga ‘é ex-recluso’, percebe? Acho que isso é desnecessário, (...). São coisas que na minha opinião tem que ficar ali uma barreira, ainda para mais numa situação dessas porque isso não vai mudar nada, eu não vou ganhar mais por causa disso, percebe?”*

E7- *Olhe representa uma fonte de rendimento porque eu acho que ninguém consegue ter uma fonte de rendimento sem ser trabalho e um bom passatempo porque uma pessoa em casa, eu já tive essa experiência de tar em casa muito tempo e uma pessoa em casa fica estúpida, ta ali todo o dia, toda a hora, é uma vida estúpida ali” ; “Não, foi muito difícil e tanto foi difícil que o meu patrão o actual hoje em dia não sabe que eu fui preso.”*

Discriminação

Na sequência do exposto relativamente a importância da actividade profissional e à dificuldade de conseguir um emprego pareceu-nos relevante questionar estes indivíduos se, após serem libertados foram alvo de algum tipo de discriminação por serem ex-reclusos. Diretamente dizem não ser alvos de discriminação, sobretudo quando falamos na sociedade, círculo de amigos e familiares. No entanto, demonstram sentir algum desconforto perante olhares alheios mas, acima de tudo, sentem que a discriminação está mais presente quando ao nível profissional nos referimos.

E1- *“eu noto as pessoas a olharem como... não digo que a pensar um criminoso, não sei mas noto não sei, as pessoas, não sei o que as pessoas estão a pensar mas noto comigo trabalho,*

amigos”; “a senhora que me estava a atender perguntou-me se já tinha qualquer problema com a justiça e eu disse que sim, não especifiquei o que era nem qual o crime que tinha cometido mas disse sim que já tinha tido uns problemas com a justiça e então a senhora disse-me ‘então eu precisava do seu registo criminal para...’ e prontos não me chamaram..”

E6- *“Nem todas doutora, há pessoas que olham de lado e aquele ‘saiu da cadeia’”.*

Por experiência própria, de conhecidos ou simples expectativa acreditam que os ex-reclusos são discriminados à partida sem sequer darem a oportunidade de experimentar o trabalho e provar o seu valor.

E2- *“Não, eu trabalho, já trabalhei num restaurante antes e nunca me pediram o registo criminal mas se me pedissem é óbvio que eu era discriminado. A sociedade ainda é um bocado ignorante, na minha opinião, é um bocado ignorante porque há tanta gente que supostamente é boa pessoa e são uns bichos. Infelizmente ainda há muita gente que discrimina, em vez de darem oportunidades, porque ainda há gente boa, não é?”*

E3- *“não, eu não senti isso porque fui logo trabalhar num sítio que dava dinheiro, não fui procurar outro sítio de trabalho. Um recluso sai de lá e vamos ver podes trabalhar numa secretaria, e eu por exemplo agora tenho uma loja, se a minha namorada ficar grávida ou alguma coisa tenho que arranjar lá outro empregado e claro que eu vou perguntar, so que é assim eu não vou ter isso como decisivo. Eu vi lá dentro na cadeia muitos reclusos inteligentes, muitos inteligentes claro com burla, com coisas, mas muito inteligentes”*

E4- *“Da sociedade eles não sabem o nosso passado quer-se dizer se eles souber o nosso passado, por exemplo se for pedir um emprego e se ele souber que já foi ex-recluso acho que eles fogem um bocadinho. Eu não tentei mas conheço colegas assim, que foram recusados”.*

E7- *“Olhe acho que a sociedade é discriminadora pa certos tipos de crimes”; “os patrões é que é mais complicado porque chega aquela coisa do ‘onde é que você esteve a trabalhar nos últimos cinco anos?’ e uma pessoa vai dizer o quê? ‘olhe estive na cadeia’ ou nos últimos cinco anos não fiz nada, não trabalhei e o quê que o patrão vai dizer ‘ah não trabalhas-te nos últimos cinco anos e o quê que vais fazer agora atão?’”*

E8- *“Não, uma pessoa não anda propriamente com um letreiro a dizer que é ex-recluso. Eu acho que fui mais discrimando pela minha doença, do que por ser ex-recluso (...)”.*

Isto é, tanto mais importante quanto a necessidade do ex-recluso de ter um trabalho, que signifique uma fonte de sustento pois, “a fragilidade da situação económica poderá constituir um dos fatores promotores dos comportamentos criminais”. (Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d:29).

Mudanças

Foi também para nós importante, aceder às mudanças que os ex-reclusos acreditam ter acontecido na sua vida após a vivência da reclusão. Acima de tudo apontam o crescimento, a maturidade, o ‘pensar melhor’ antes de agir.

E1- *“hummm hoje já penso duas ou três vezes antes de tomar qualquer atitude ou fazer ou não fazer (...).Hoje já penso de maneira diferente, derivado agora à minha situação familiar, pronto e mesmo o tempo que eu tive, tive preso fez-me ver as coisas de outra maneira e pronto hoje, hoje sou bastante diferente.”*

E2- *“Eu cresci...eu li qualquer coisa, a primeira pessoa a ser condenada à morte nos Estados Unidos disse, deram-lhe uma palavras para dizer e disse assim “o que não nos mata, torna-nos mais fortes” e eu concordo plenamente com isso, porque a gente tendo más experiências, obriga-nos a crescer porque quando temos tudo facilitado e tudo muito fácil somos uns nabos que aqui andamos e ainda agora, há males que vêm por bem porque eu quis, porque nas cadeias não se aprende nada, nada vezes nada e eu quis mudar e eu é que quis, percebe?”; “Não consigo confiar completamente nas pessoas, confiar um pouco, mas estou sempre com o pé atrás porque eu vou-me desiludir, eu sou uma pessoa muito atenta a tudo o que me rodeia, a vida ensinou-me a ser assim como lhe disse à pouco”.*

Não esquecem também a influência que algumas relações de amizade tiveram na sua vida e, por isso mesmo, dizem hoje pensar de modo diferente as amizades e serem pessoas mais atentas e desconfiados em relação aos demais.

E3- *“Muitas coisas, não é? Ahhh, nós passamos naquela escola de vida, não? As coisas boas, as coisas más, não? Mudou o meu pensamento relativamente aos amigos porque é assim por causa de amigos às vezes vai ou pá baixo ou pa cima até agora posso dizer que não encontrei um amigo”*

E6- *“Doutora, já tenho outro pensar, já penso de outra maneira, quer dizer antes de fazer isto eu já não vou digo ‘vai tú’ pronto”*

E8- *“O quê que mudou na minha vida? A minha maneira de pensar, não se pode querer tudo de uma vez, uma pessoa tem que levar as coisas com calma e se uma pessoa algum dia tiver que ser alguém vai ser mas no mundo do bom caminho mas não no mau caminho”.*

Técnicos de Reinserção Social – Direção Geral de Reinserção Social

Relacionado com outra das nossas hipóteses, está o papel que os técnicos de reinserção social desempenham nesta fase. Além das redes familiares, as redes de suporte especializadas na reinserção social, com técnicos com formação adequada afiguram-se essenciais no auxílio

de uma reinserção bem sucedida nos seus vários âmbitos, pois proporcionam ao ex-recluso oportunidades e ensinamentos difíceis de encontrar de outra forma.

Estes indivíduos afirmam ter um bom relacionamento com as técnicas e respeitarem o trabalho que estas desenvolvem, considerando-o positivo e importante...

E1- *“eu sempre tive uma boa relação com as minhas técnicas, sempre falei abertamente com elas nunca tive qualquer..., nunca tive que esconder alguma coisa, sempre fui uma pessoa, nunca tive problemas em falar ‘tá feito, ‘tá feito, toda a gente comete erros e...”*

E2- *“Eu respeito quem trabalha como lhe disse à pouco mas na prática nada disso funciona. Como é que hei-de dizer, a pessoa muda se quiser...”*

E7- *“Olhe eu as doutoras daqui acho importante, já não é a primeira vez que a doutora daqui vai a minha casa e vai ver como é que as coisas tão, pronto como é que as pessoas tão, como é que vivem e é mais uma coisa que as pessoas têm que andar direitinho porque de mês a mês ou de dois em dois vem aqui e pronto, é um controlo.”*

...vêm-nas como uma fonte de controlo mas não consideram que o seu trabalho tenha influenciado ou sido, particularmente, importante para eles.

E3- *“É positivo. É importante porque, eu estou a falar por mim, se queres fazer uma asneira, não podes fazer nada que não saibam se queres fazer uma asneira tens as doutoras (...), é um controlo, nós somos controlados para não fazer as coisas, é uma coisa normal, uma coisa que acho normal, que acho que outros países da Europa deviam fazer assim”*

E4- *“Sim, é importante porque nós, neste caso quando tamos em liberdade condicional é nossa obrigação vir todos os meses, ou de dois em dois meses vir falar com a doutora para ela saber o nosso estado da liberdade condicional, mas eu acho que é importante termos uma doutora p’ra pa nos encaminhar pó bem”*

Outros, por sua vez, já desacreditados da reinserção social ou da mudança de comportamentos se não for por vontade própria, não vêem qualquer benefício neste trabalho. Consideram que a reinserção é muito falada na teoria e na prática simplesmente não acontece.

E2- *“Não. Não. Pela minha experiência. Eu não me baseio na experiência das outras pessoas, cada pessoa é cada pessoa, cada pessoa tem a sua experiência, cada pessoa tem o seu feitio, tem a sua vida, eu é que cheguei a um ponto em que pensei ‘eu vou passar aqui a minha juventude e eu tenho que mudar de vida, se quero ser uma pessoa normal’ e fui eu que mudei de vida.” Se funciona? “Na teoria., Muitas promessas e na prática nada”; “Eu respeito quem trabalha, esta senhora a Dra. Paula é um senhora, educada impecável, simpática eu respeito-a muito mas eu respeito o que ela faz, o trabalho mas não me beneficia em nada.”*

E8- *“Aqui as técnicas? É como já lhe disse doutora a reinserção social é a família quem não tiver família tá lixado. Aqui sinceramente é vir assinar um papel, não acho que me ajude em nada.”*

O apoio é intitulado mais como uma forma de controlo do que prestação de auxílio em questões fulcrais como habitação temporária ou emprego. As visitas regulares, que estes indivíduos têm que fazer à Delegação da Direção Geral de Reinserção Social são vistas por estes como uma fiscalização e uma forma de dominação.

5.5.5. Perspectivas de futuro

Por fim, na nossa análise, quisemos saber as expectativas de futuro destes indivíduos e perceber, através dos seus discursos, até que ponto, o período que passaram nos estabelecimentos prisionais pode ter influenciado as suas expetativas de vida.

Verificamos que todos apontam a vertente profissional como uma ambição, seja em Portugal ou no estrangeiro, apesar de reconhecerem que a sua situação de liberdade condicional afeta ou impede, de alguma forma o concretizar dessa vontade.

E1- *“Eu é assim, é como lhe digo isto não ‘tá fácil e foi a conversa que eu tive com a Dra. Sofia, se eu não tivesse em liberdade condicional eu arriscava em emigrar (...)era um esforço muito grande que eu ia fazer mas se calhar envergava pelo caminho de emigrar porque aqui não, como a gente vê, não...faltam-me seis, sete meses, acaba a minha liberdade condicional, e se as coisas se mantiverem assim talvez nessa altura porque tenho familiares lá fora que têm bons salários e que me arranjam casa e assim e se calhar...”*

E2- *“Ter liberdade, gostaria de encontrar uma pessoa, se me perguntar, é óbvio, uma pessoa como quem eu me identifica-se, só que isto tá difícil hoje em dia ahhh e ser feliz, ter saúde para mim são as coisas mais importantes da vida.”*

E3- *“Ah não sei, quero mais um carro, quero mais dinheiro na conta (risos), toda a gente tem esse objectivo, não primeiro vou ver a situação da Yanka, vou ver os meus pais, queria-me casar, antigamente para ficar tudo legal só eu como abri já uma loja, sou empresário, o CEF sabe que tenho trabalho, vou fazer desconto no IRS, vou fazer tudo, a segurança social também, não?. Já pedi a minha namorada para se casar comigo e depois haver um filho com ela estes é coisas mais reais agora também quero uma casa com piscina (risos). Acima de tudo não posso voltar atrás porque se eu vou-me casar, trabalhar não posso.”*

E4- *“Queria um futuro melhor, não é? Por exemplo ter um lugar próprio nas feiras, mais feiras, ter mais condições em casa p’ros filhos, não é? Nós temos uma casa da Câmara estamos a pagar 15€ por mês, uma coisa assim, queríamos ter a arca cheia é isto”.*

Denota-se a vontade, dos que não têm um relacionamento, em estabilizar, dividir a sua vida com alguém e olhar pelo futuro dos filhos. Esta dimensão de preocupação com os descendentes está muito presente e parece-nos uma tentativa de compensação pela ausência durante o período de reclusão.

E6- *“Trabalhar e casar, casar num sei, ajuntar-me talvez...”*

E7- *“Ui...o quê que eu hei-de dizer do futuro? Olhe quero um terrenozinho, fazer uma casa com rés do chão e 1º andar, o rés do chão é pós meus filhos e hei-de conseguir se Deus quiser e...que tenha sempre trabalho, sempre...”*

E8- *“Olhe que a minha mãezinha dure muitos aninhos (risos) é o meu objectivo. Relativamente a mim nem penso nisso porque é pa eu ficar pior da cabeça. Porque eu não tenho, não é objectivo não tenho maneira de conseguir os meus objectivos, querer fazer as coisas e não poder porque tenho cada vez mais limitações físicas. Posso arranjar um trabalho que não me imponha esforço isso posso mas repare se está difícil para os que têm saúde imagine para mim. Antes eu ia ao jornal e ainda via que era preciso trolha, servente e assim, hoje vou ao jornal e não vejo nada de nada disso sra. Doutora.”*

De todos os discursos, direta ou indiretamente, pareceu-nos clara a certeza de não querer voltar a reincidir, apesar de considerarem que tudo depende das oportunidades que têm:

E2- *“de trabalho e não só, eu acho que é mais normal, infelizmente, a pessoa voltar a reincidir, vamos pôr um exemplo porque tinha necessidade, tinha família e não sei quê, não tinha trabalho, bem ou mal praticou um crime, sai de lá pior do que o que entrou e as oportunidades? Essa teoria, na teoria, a pessoa já devia vir cá para fora com um trabalhinho, porque a pessoa é discriminada, percebe? (...). Mas não vejo oportunidades assim para a pessoa sair para fora uma pessoa melhor”*

Pudemos ver, aqui nos discursos espelhadas as dificuldades, desafios e motivações que incorporam a vida destes oito indivíduos que nos contam a sua história, realçando o que nela mais lhes apraz quer pela positiva, quer pela negativa. São histórias e vivências individuais mas que podem, certamente ser exemplos para tantas outras pessoas na mesma situação. Assim, refletimos no que já anteriormente enunciamos histórias individuais que, apesar de não ser pretensão do trabalho, podem elucidar percursos coletivos similares.

Considerações Finais

O estudo por nós desenvolvido teve como objetivo central o acompanhamento das trajetórias de vivência pessoal de um conjunto de indivíduos, ex-reclusos. Procuramos, através de um estudo de cariz qualitativo, retrocedendo nas suas histórias de vida, detetar eventuais acontecimentos comuns ou singulares que possam ter marcado o seu percurso. A nossa maior ambição estava em aceder à percepção dos reclusos sobre a sua vida, pretendíamos ‘dar-lhes voz’ para descreverem, analisarem e opinarem sobre as suas vivências, a socialização, a reclusão, a reinserção e as suas dificuldades e as expetativas de futuro.

Não menos interessante neste trabalho, foi a percepção do ‘reverso da moeda’, isto é, ouvirmos os agentes ao serviço da justiça que, diariamente lidam com estes indivíduos. Estes procuram, através de um trabalho de constante acompanhamento, reduzir o impacto negativo da reclusão, assim como representarem uma força de controlo que ‘encaminha para o bem’. São testemunhas privilegiadas de toda a problemática envolvente e, que pela sua posição e responsabilidade, têm um conhecimento mais preciso.

Estes dois grupos de indivíduos foram a população com que trabalhamos e em virtude da dificuldade de acesso a ela, contamos com a colaboração da Equipa Porto Penal 4 da Direção Geral de Reinserção Social, onde os entrevistamos. A nossa amostra é de cariz intencional, mas conta com alguns critérios na sua composição. Foram-nos indicados pelas técnicas que os acompanham, são todos indivíduos do sexo masculino, em liberdade codicional e procuramos, que a diversidade de crimes cometidos estivesse também presente. Quanto às técnicas, são todas do sexo feminino, com distintas formações de base (Sociologia, Psicologia e Direito) e com diferentes anos de experiência.

Nas sociedades contemporâneas um dos fenómenos mais evidentes é o agravamento das desigualdades e com estas, a exclusão social. Da mesma forma, toda a vida social é composta e regulada por normas, que funcionam como códigos de conduta. O não cumprimento destes princípios pré-estabelecidos é, geralmente considerado desvio. Assim, há uma série de factores que levam à marginalização do indivíduo. Concordantemente, desde cedo estigmatizados, há uma maior propensão para o caminho da criminalidade e consequentemente, a condenação e pena de prisão, onde acumulam outra rotulação. Estes aspetos, complexamente inter cruzados e interinfluenciando-se afetam negativamente a vida do indivíduo a diversos níveis, pessoal e social, dificultando oportunidades educativas e profissionais.

Uma vez nos estabelecimentos prisionais, estes indivíduos têm, teoricamente, a oportunidade de se regenerar. Pelos técnicos deveria ser traçado o Plano Individual de Readaptação⁵ que apesar de previsto na lei desde 1979, nunca chegou a ser implementado integralmente. Todo o tratamento que era suposto oferecer-se aos reclusos tem como principal intuito minorar os efeitos nocivos da privação da liberdade, principalmente no que diz respeito à sua reintegração na sociedade. No entanto, a realidade com que nos deparamos perante os testemunhos dos ex-reclusos é que há ainda um longo caminho a percorrer para que estes objetivos deixem de pertencer à teoria e passem a fazer parte do quotidiano destes indivíduos. Pelos seus discursos, concluímos que, tal como avançamos, (Hip. II) a intervenção social focaliza-se sobretudo nas funções de supervisão, cumprimento de penalizações e controlo, colocando para segundo plano o suporte e reabilitação dos indivíduos. Da mesma forma, a nossa hipótese (Hip. III) de que a intervenção realizada tendo em vista a reabilitação caracteriza-se essencialmente por uma natureza imediatista e de cariz controlador confirma-se. Apesar do quadro legislativo que se baseia numa concepção ressocializadora, a sua efetivação passa largamente pela aplicação desarticulada de medidas avulsas, não centradas na construção de projetos de vida alternativos. Muitas podem ser as razões, como vimos alguns dos ex-reclusos reconhecem o facto de serem poucos técnicos para tantos reclusos e isso acaba por ser um factor inibidor do bom desenvolvimento do trabalho dos mesmos, como também a falta de estruturação e orientação dos Planos Individuais de Readaptação.

Na nossa abordagem privilegiamos uma concepção individualizadora dos percursos de inserção e reinserção daí a orientação quer da nossa análise quer de possíveis alterações a ser realizadas. Se por um lado, seria relevante as instituições que acompanham estes indivíduos, seja os Estabelecimentos Prisionais, seja, mais tarde, as delegações da Direcção Geral de Reinserção Social, terem um considerável grau de abertura e análise do seu próprio trabalho de forma a permitir alterações das suas práticas, por outro lado, não será menos importante que os próprios técnicos sejam libertados de algumas tarefas administrativas para que exerçam o seu papel mais próximo destes indivíduos, realizando um maior e melhor acompanhamento das diversas e singulares situações de cada indivíduo.

Na vivência da reclusão, alguns aspetos são positivos, por um lado terem a possibilidade de trabalhar no entanto, considera-se que este devia ser orientado para a formação, para a produtividade, para a implementação da disciplina e da obediência, para formar hábitos e comportamentos de maneira a reforçar a consciência dos deveres morais,

⁵ Artigo 54º do Código Penal

familiares e sociais do condenado. Deveria estar associado à ideia de responsabilização do recluso. A dificuldade é que as actividades disponíveis dentro dos estabelecimentos prisionais se coadunem com as necessidades de mercado. Por outro lado, o fato destes indivíduos terem a oportunidade de começar ou continuar os seus estudos em diversas políticas de educação e formação profissional apresenta-se como uma mais valia, que potencia o aumento dos seus conhecimentos, competências, ocupando o tempo de forma produtiva. Apesar disso não têm grandes repercussões no empowerment dos mesmos.

Uma das principais conclusões a que podemos chegar é que a prisão não é descrita como um local de regeneração e ressocialização, muito pelo contrário, incentiva a comportamentos de revolta e de violência caraterísticos na população carcerária dando jus à designação de instituição total de Goffman (Goffman, 2003). O inevitável contato entre diferentes categorias de reclusos e os modos de controlo da população prisional em vigor são propícios à valorização e ao desenvolvimento de capacidades criminógenas, como os testemunhos nos demonstraram.

Os condenados cumprem a sua pena e depois saem sem grandes perspetivas. Saem com cadastro criminal, sem um currículo apresentável, sem qualificações pessoais e profissionais. Não obstante, existir serviços cuja principal tarefa, é o acompanhamento dessas pessoas, os técnicos de reinserção social da DGRS, esse apoio apesar de considerado importante, não tem efetivos resultados, isto é, os ex-reclusos vêem-no como uma forma de controlo e orientação mas pouco no apoio a conseguir um emprego, por exemplo. Assim, a nossa ideia de que (Hip. V) as redes de suporte especializadas na reinserção afiguram-se essenciais no auxílio a uma reinserção bem sucedida cá por terra, a aceitar como bons os testemunhos dos ex-reclusos. São importantes mas não essenciais. Na realidade vemos que os testemunhos são muito similares e apontam no sentido do baixo número de técnicos intra estabelecimentos prisionais que, em razão disso, vêem o seu trabalho dificultado. Alguns destes indivíduos consideram que o trabalho desenvolvido é importante no entanto, nem sempre é bem conduzido e centrado na individualidade de cada recluso assim, o apoio é intitulado mais como uma forma de controlo do que prestação de auxílio em questões fulcrais como habitação temporária ou emprego. Mais tarde, na fase de reinserção social, as visitas regulares, que estes indivíduos têm que fazer à Delegação da Direção Geral de Reinserção Social são vistas por estes como uma fiscalização e uma forma de dominação.

No que diz respeito aos obstáculos ao processo de reinserção social, pode dizer-se que se encontram dois tipos: os primários e os secundários. Os primários, prendem-se com os obstáculos que são impostos pela própria sociedade quando mantêm as fortes tendências de

desconfiança face aos ex-reclusos e, inclusivamente os considera perigosos. Os secundários são entendidos como atitudes negativas e de segregação da sociedade a estes indivíduos, pois continuam a ser vistos como um grupo social à parte. Acorrendo ao que as técnicas nos afirmaram, isto afigura-se como cada vez menos relevante, sendo a sociedade mais permissiva e aberta a receber estes indivíduos, não os discriminando. Essa, porém não é a perspetiva dos ex-reclusos que ainda apontam à sociedade olhares desconfiados e discriminação, sobretudo quando ao nível profissional nos referimos. De tal forma que os que conseguem emprego, não lhes sendo pedido registo criminal, preferem manter em segredo a condição de ex-recluso com medo da discriminação. Isto mostra-nos como técnicos e ex-reclusos têm perspetivas distintas de algumas das dificuldades a atravessar no regresso à sociedade (Hip. VI).

Coincidente, é o discurso de ambos relativamente a motivações nesta fase, quer o eu e a vontade de uma segunda oportunidade, quer a família. Relativamente a esta última, é primordial na medida em que o contexto de reclusão é marcado pela quebra de laços sociais e, no momento da saída, em muitos casos, temos a ausência de redes de suporte. Assim, a dimensão familiar adquire uma centralidade na vida do indivíduo, sendo a fonte principal e, por vezes, única de afeto e de motivação (Hip.IV).

Podemos concluir ainda que como expectativas de futuro, estes indivíduos se pautam por ambições ao nível do trabalho, ao nível relacional e de compensação da ausência na educação e vivência dos descendentes. Apesar de positivos quanto ao que virá, alguns demonstram que a experiência de um processo de reclusão é um fato marcante na sua vida e afeta algumas decisões e o decorrer da sua vida normal. Se no passado, interrompeu alguns projetos, hoje põe ainda em causa a realização de outros.

A influência da socialização e das suas instâncias é indiscutivelmente pertinente, sobretudo a familiar, adolescentes com laços familiares frágeis são mais influenciados pelo meio ambiente que os rodeia e que pode conduzi-lo à delinquência. Pode inferir-se, não só dos dados aqui apresentados mas também da análise de mais estudos efectuados (Gomes; Torres, 2002; Vilas-Boas; Cotrim; Ramos, s/d), que é possível estabelecer um conjunto de conexões ou co-ocorrências significativas: a elevada taxa de pobreza da população, os fracos rendimentos das famílias, o insucesso escolar, as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, as oportunidades de emprego dos jovens surgirem em sectores que exigem pouca qualificação, o contato em muitos dos casos com o mundo das drogas, o surgimento de dependências despoleta o início de atividades delinquentes que alimentem esses hábitos. Mais tarde, o contato com diferentes mundos no mundo prisional ensina, não só o positivo como também, instrui o indivíduo de conhecimentos que até aqui não tinha. Deste modo, a

reinserção só pode ter o papel principal no determinar do resto do caminho e repensar a conduta das instituições penais que se propõem a recuperar, reeducando, seus internos é de fundamental importância, já que somente com oportunidades concretas de reinserção social, enquanto sujeitos de direitos, será possível a cada um deles construir novos caminho.

Esperamos pois, que não obstante o cuidado posto nesta investigação e apesar dos erros que ela possa enfermar, haja necessária compreensão que permita, mais e melhores estudos e, conseqüentemente, uma maior aproximação à verdade. As dificuldades deste tipo de investigação são consideráveis por uma série de fatores como seja desde logo, a presença de um elemento estranho (eu, enquanto investigadora) no decurso normal das entrevistas o que cria no indivíduo uma certa desconfiança e cautela nas respostas dadas às minhas questões, levando-nos por vezes, aquilo que chamamos de respostas socialmente desejadas e a minorização dos problemas e dificuldades encontradas e enfrentadas, quer nos estabelecimentos prisionais quer posteriormente no período de reinserção social.

Não queremos fechar este trabalho, sem realçar a grande vontade com que o realizamos e a aprendizagem pessoal e científica que nos proporcionou. O contato com histórias de vida tão diversas mas pautando por um aspeto em comum enriqueceram o nosso conhecimento e deixaram a ânsia de mais saber. Deixaram-nos também a certeza de que não devemos julgar indevidamente e à priori as condutas, será mais benéfico conhecer a história de vida de cada indivíduo e ver o que nela há de peculiar e que pode contribuir para a compreensão dos comportamentos exibidos.

A vida de ex-reclusos, por suas palavras.
Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira. (1995). *A Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Presença. ISBN 972-23-1231-6.

ATKINSON, Robert. (1998). The life story interview. *Sage University Papers Series on qualitative Research Methods*, Vol. 44. Thousand Oaks, CA: Sage. ISBN: 0-7619-0428-X

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne; NOGUEIRA, Maria; BARROS, Vanessa. (2007). ‘Conte-me sua história’: reflexões sobre o método de História de vida. *Mosaico, Estudos em Psicologia*, vol.I, nº 1, 25-35. ISSN: 1982-1913

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. (2004). *A construção Social da Realidade*. 2ª Ed. Lisboa: Dinalivro. ISBN. 972-576-354-8

CALADO, Ana Teresa. (2010). A agonia do ‘como’? Técnico de Reinserção Social- uma profissão de ajuda. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, nº5, pp. 103 – 106.

CONDE, Idalina. (1993). Falar da vida (I). *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 14, pp. 199-222

CUNHA, Elisangela Lelis da. (2010). Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cadernos Cedes*. Campinas, Brasil: Cadernos Cedes, vol. 30, nº.81.

Dores, António Pedro. (2001). Estados de Espírito, Intenções e Estigmas. Departamento de Sociologia ISCTE. Nº 4/01

DORES, António Pedro (org.). (2003). *Prisões na Europa - Um debate que apenas começa*. 1ª Ed., Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-774-158-4.

DORES, António Pedro. (2010). *Espírito de proibir*. 1ª Ed. Lisboa: Argusnauta. ISBN: 978-989-683-006-9

DUBAR, Claude. (1997). *A Socialização. Construção das identidades sociais e profissionais.* Porto:Porto Editora. ISBN: 972-0-34124-6

ESTEVES, António; AZEVEDO, José. (1998). *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais.* Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISBN: 972-97763-0-X.

FILHO, Clóvis de Barros; LOPES, Felipe; ISSLER, Bernardo. (2005). *Comunicação do Eu – Ética e solidão.* Rio de Janeiro: Editora Vozes. ISBN: 85.326.3099-5

FERNANDES, António Teixeira (coord.) (2002). “A inserção social: percursos e desvios de um processo”. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, CCRN – Comissão de Coordenação da Região Norte. ISBN: 972-734-244-2.

FOODY, William. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários.* 1ª Ed. Oeiras:Celta Eitora. ISBN: 972-8027-54-0

FOUCAULT, Michel. (1987). *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão.* 18º Ed. Petrópolis: Editora Vozes. ISBN:85.326.0508-7

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. (1992). *O inquérito – Teoria e Prática.* 1ª Ed, Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-01-X

GIDDENS, Anthony. (2004). *Sociologia.* Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN:972-31-1075-X

GOFFMAN, Erving. (2003). *Manicômios, prisões e conventos.* 7ª Ed, São Paulo: Editora Perspetiva S.A. ISBN:85-273-0202-0

GONÇALVES, Rui Abrunhosa. (1993). *A adaptação à prisão – um processo vivido e observado.* Lisboa: Direção Geral dos Serviços Prisionais. ISBN: 972-95940-0-7

GONÇALVES, Rui Abrunhosa. (2000). Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão. *Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria*, nº3. Coimbra:Quarteto Editora. ISBN:972-8535-20-1

HÉBERT-LESSARD, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. (1994). *Investigação qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-9295-75-1

KETELE, Jean Marie de; ROEGIERS, Xavier. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard. (2006). *A cultura dos Indivíduos*. Porto Alegre: Artmed. ISBN: 85-363-0593-2.

PARSONS, Talcott (1963). Traduzido de: *Studies in Adolescence*, editado por R.R. Grindev, Nova York.

PAULILO, M. A. S. (1999). A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. *Serviço social em revista*, v. 1, n.1, 135 - 148. Londrina.

PEREIRA, Orlindo; JESUÍNO, Jorge (orgs.) (1985). *Psicologia Social do Desenvolvimento – Socialização e Saúde Mental*. Lisboa:Livros Horizonte.

POIRIER, Jean; VALLADON-CLAPIER, Simone; RAYBAUT, Paul. (1995). *Histórias de vida – teoria e prática*. 1ª Ed, Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-34-6

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Gradiva – Publicações, Lda. ISBN 972-662-275-1

REGO, Isabel Pojo de (trad.) (2001). *Sociologie de la prison* de COMBESSIE, Philippe. Paris: Éditions la Decouverte.Collection Repères.

ROCHÉ, Sebastian. (2010). Delinquência, família e desorganização social. *Ousar Integrar-Revista de Reinserção Social e Prova*, nº5, pp.9-22.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carlyne; NOGUEIRA, Maria; BARROS, Vanessa. (2007). ‘Conte-me sua história’: reflexões sobre o método de História de vida. *Mosaico, Estudos em Psicologia*, vol.I, nº 1, 25-35. ISSN: 1982-1913

TINOCO, Rui. (2004). Histórias de vida: Um método qualitativo de investigação. O portal dos psicólogos. PDF disponível on-line: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0349.pdf>

TORRES, Anália Cardoso; GOMES, Maria do Carmo. (2002). *Drogas e Prisões em Portugal*. Lisboa:CIES/ISCTE. Dep. Legal: 188 999/2002

VALE, Rosa. (2007). Dissertação de Mestrado em Sociologia – Sociedade Portuguesa Contemporânea, Estrutura e Dinâmicas intitulada “Descobrimo o encoberto: o eu na ‘subcultura’ prisional”. Orientação a cargo da Professora Doutora Helena Vilaça. Porto.

VICENTE, Paula; REIS, Elizabeth; FERRÃO, Fátima. (1996). *Sondagens: A amostra como factor decisivo de qualidade*. 1.^a Ed. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN 972- 618-136-2

VIEIRA, Ricardo. (1999). *Histórias de vida e identidades. Professores e Interculturalidade*. Nº ed. 703, Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0515-5

VILAS-BOAS, Carolina; COTRIM, Marta; RAMOS, Teresa (Centro de estudos de Serviço Social e Sociologia, Universidade Católica Portuguesa) – Percursos de Inserção Sócio-Profissional – Guia de Análise. PDF disponível em: http://www.google.com/#hl=pt-PT&sa=X&ei=UEqdTqe7A8m68gOLt4SzCQ&ved=0CBoQvwUoAQ&q=Percursos+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+S%C3%B3cio-profissional&spell=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=69aa7773198c19b5&biw=1280&bih=604

Webgrafia

www.dgrs.mj.pt – Direção Geral de Reinserção Social

www.dgsp.pt – Direção Geral dos Serviços Prisionais

Outras fontes

Ministério da Justiça – Direção Geral de Reinserção Social (2012) – “Estatísticas Trimestrais 2012”. Direção dos Serviços de Estudos e Planeamento: Lisboa.

Ministério da Justiça – Direção Geral de Reinserção Social(2010) – “Caraterização da Atividade Operativa da DGRS”. Direção dos Serviços de Estudos e Planeamento: Lisboa.

GOMES, Fausto (coord) - Direção Geral de Reinserção Social (2009)- “Difusão Estatística 2009”. Direção dos Serviços de Estudos e Planeamento: Lisboa.

A vida de ex-reclusos, por suas palavras.
Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social